

**2019**

# **REFLEXÕES**

**Livro XXXI**

## **REFLEXÕES XXXI**

---



---

**LUIZ ALBERTO BANCI**  
**luiz.banci@hotmail.com.br**  
**banciblog.wordpress.com**

---

## Índice

**50 ideias para 50 anos-** Revista Veja- 2018

**7- A democracia: entre a luz e as trevas-** Roberto Pompeu de Toledo

**26- Futuro em risco-** Daniel Ziblatt

**30- As ideologias: gangorra de ideias-** Gabriel Castro

**33- A lei: prevalência inédita-** Laryssa Borges

**38- A missão do STF-** Sergio Moro

**43- O globalismo: aldeia até quando?-** Duda Teixeira

**50- A urgência do diálogo-** Klaus Schwab

**54- A prosperidade: nova revolução-** Marcelo Sakate

**57- A desigualdade: fosso perigoso-** Roberta Paduan

**60- Chaga nacional-** José Roberto Afonso e Marcelo Medeiros

**64- A pobreza: mal que persiste-** Eduardo Gonçalves

**67- O bem-estar social: o desafio do século-** Marcela Mattos

**71- O trabalho: a inovação inclusiva-** Erik Brynjolfsson

**75- O lucro: além do capital-** Ernesto Neves

**78- O petróleo: o caso do ouro negro-** Ernesto Neves

## REFLEXÕES XXXI

---

- 81- A revolução verde: o drone é a enxada-** Roberta Paduan
- 84- O ambientalismo: a ideologia verde-** Leandro Nomura
- 87- O virtual: 1 bilhão de anos-** André Lopes
- 90- Adeus ao iluminismo-** Henry Kissinger
- 100- O *streaming*: o último ruído-** Sérgio Martins
- 103- O *Big Data*: espanto digital-** Duda Teixeira
- 106- O polegar: gigante por natureza-** Lucila Soares
- 109- Sem fio: foi tudo pelos ares-** Alexandre Salvador
- 111- A memória: é melhor esquecer-** Claudia Fonseca
- 116- Nada é para sempre-** Mike Krieger
- 119- A verdade: o valor da mentira-** Anna Carolina Rodrigues
- 123- Os *nerds*: eles venceram-** Fábio Altman
- 125- O espaço: a próxima odisseia-** Filipe Vilicic
- 129- O cérebro: mente aberta-** Marcelo Marthe
- 132- A evolução: assim caminhamos-** Ricardo Ferraz
- 135- Os genes: no limite da ética-** Jennifer Ann Thomas
- 139- As raças: origem única-** Jennifer Ann Thomas



## REFLEXÕES XXXI

---

- 142- O animal: semelhantes a nós-** Jennifer Ann Thomas
- 145- Os gêneros: ser o que se é-** Fernanda Thedim
- 148- A tolerância: aceitar é progredir-** Roberta Paduan
- 151- O ódio: o rancor, o rancor-** Paula Soprana
- 154- A autoestima: o tempo do eu-** Fábio Altman
- 157- O amor: o que vale a pena-** João Batista Jr.
- 160- A felicidade: a obrigação de sorrir-** Ana Claudia Fonseca e Rinaldo Gama
- 166- O feminismo: voz rejuvenescida-** Jana Sampaio
- 171- Embalo em ondas-** Rokhaya Diallo
- 175- A fama: quinze segundos e só-** João Batista Jr.
- 177- O compartilhamento: a arte de usar sem ter-** João Batista Jr.
- 180- A nostalgia: viagem de volta-** Edoardo Ghirotto
- 183- A infância: meninice abreviada-** João Batista Jr.
- 185- A correção política: a obra é coletiva-** Ricardo Ferraz
- 188- Deus: fé sem doutrina-** Adriana Dias Lopes
- 191- A educação: a expansão do saber-** Jana Sampaio

## REFLEXÕES XXXI

---

- 193- O futebol: gloriosos holandeses-** Fábio Altman
- 195-A cidade: atração urbana-** Marcelo Sakate
- 198- O carro: relação no divã-** Ernesto Neves
- 201- A morte: quase eternos-** Natalia Cuminale
- 205- O corpo: transplantes, não-** Natalia Cuminale
- 207- A medicina: um remédio só meu-** Natalia Cuminale
- 210- A arte: o fim da beleza?-** Jerônimo Teixeira
- 213- O efêmero: o show nunca para-** Isabela Boscov

LUIZ BIANCI

## 50 ideias para 50 anos

### 1. A democracia: entre a luz e as trevas

**Roberto Pompeu de Toledo**



*No último meio século, regime que consagra a vontade popular experimentou avanços e recuos, mas foi tema incontornável mesmo*

*nas ditaduras — e seguirá sendo*

VEJA teve o azar de nascer às vésperas do Ato Institucional Nº 5, mas a sorte de viver a maior parte dos cinquenta anos agora completados sob o regime mais democrático que o Brasil já conheceu. A edição nº 1 da revista chegou às bancas na segunda semana de setembro de 1968, com data de capa do dia 11 daquele mês, quarta-feira. A lâmina liberticida do AI-5 desabou sobre o país três meses depois. Fechava-se o Congresso, suspendiam-se as garantias de liberdade de expressão e reunião, retomava-se a temporada de cassações de mandato e demissões sumárias, abria-se a possibilidade de confisco de bens e impedia-se o habeas-corpus para os “crimes políticos”. A foto de capa escolhida para a ocasião mostrava o presidente Costa e Silva sozinho no Congresso, sentado entre

**DEZEMBRO DE 1968 - A foto de Costa e Silva no Congresso vazio ocupou a capa de VEJA sobre o AI-5 recolhida das bancas**



cadeiras vazias. Só ele agora mandava, era o recado. A revista teve toda a sua edição apreendida nas bancas, por ordem do Exército, inaugurando oito anos em que a convivência com a censura prévia se

alternaria com a violência das apreensões de exemplares nas bancas.

O período ditatorial conheceu o seu ocaso com a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, em janeiro de 1985. A revista escreveria, na edição que precedeu a votação no chamado Colégio Eleitoral:

*“Pela primeira vez em 21 anos, um civil ocupará a chefia do governo brasileiro, encerrando o único ciclo duradouro de poder militar da história do País. Saído do PMDB e apoiado por uma dissidência do partido do governo, Tancredo será também o primeiro opositorista a ocupar o Palácio do Planalto depois do mais longo período de monopólio do poder ocorrido em toda a vida nacional. Com ele deverá começar o que com suas palavras chamou, em dezembro de 1984, uma ‘Nova República’”.*

Democracia e seu reverso, a ditadura. Democracia e sua construção. Seus êxitos e seus tropeços, suas virtudes e suas deficiências. A democracia foi, nos últimos cinquenta anos, e possivelmente continuará sendo, nos próximos cinquenta — no Brasil e no mundo —, um tema recorrente e incontornável. Discutiu-se a democracia em teoria e viveu-se a prática de seus avanços e retrocessos.

A democracia chilena, junto com a uruguaia a mais estável da América do Sul, conheceu o seu armagedom na data ominosa de 11 de setembro de 1973. A revista completava exatos cinco anos de vida, e tinha uma enviada especial, Dorrit Harazim, em Santiago. Ela assistiu à brutalidade com que os jatos da Força Aérea Chilena destruíram o Palácio de La Moneda, onde se entrincheirava o presidente Salvador Allende, e escreveu:

*“Pela razão ou pela força’, ensina a divisa do emblema nacional do Chile. ‘Como é claro e azul teu céu’, canta o Hino Nacional. (...) Na manhã da última terça-feira, o céu brilhava claro e azul em Santiago, e a razão nada mais podia. Restava a força, e ela foi empregada com uma severidade inédita na América Latina”.*

## REFLEXÕES XXXI

Apenas sete meses depois a gangorra na qual se sacudiam, mundo afora, a liberdade e a opressão, a treva e a luz, a democracia e a tirania experimentavam outro movimento brusco, em sentido contrário ao vivenciado no Chile. A ditadura portuguesa, tão consolidada que parecia eterna, responsável pelo arbítrio e pela mediocridade em que o país se arrastava havia 41 anos, conhecia morte súbita em 25 de abril de 1974. O relógio marcava 02h20min daquela quinta-feira quando a rádio Renascença, de Lisboa, levou ao ar a canção Grândola, Vila Morena, em que o compositor Zeca Afonso louvava as virtudes de um vilarejo do Alentejo, “terra da fraternidade”, em que “o povo é quem mais ordena” e em que reina, “em cada esquina, um amigo, em cada rosto, igualdade”. A música era a senha para que as unidades militares comprometidas com o movimento iniciassem o cirúrgico processo de extirpação do regime inaugurado por Antônio de Oliveira Salazar e então custodiado por seu sucessor, Marcello Caetano.

*“Ainda no início da semana passada eles (os portugueses) formavam aos olhos do mundo um povo envelhecido de emigrantes, sem planos para o futuro”, escreveu Pedro Cavalcanti, correspondente de VEJA em Paris, deslocado a Lisboa para cobrir o histórico evento. “Mas, antes que a semana acabasse, o povo estava plenamente entregue à experiência inédita de manifestar livremente seus sentimentos — e o país revelou feições absolutamente inesperadas.”*

**Outubro de 1975 - Vladimir Herzog foi assassinado nos porões do Exército, que se moviam contra os liberalizantes**

O movimento português seria apelidado de Revolução dos Cravos. Em contraponto às bombas em Santiago, oferecia flores à população. Portugal estava em festa. As festas coletivas mais comoventes dos últimos cinquenta anos foram as que



saudavam a chegada da democracia — a do fim do *apartheid* na África do Sul, a da queda do Muro de Berlim. Inversamente, alguns dos momentos mais dramáticos foram aqueles em que a força bruta decapitou o sonho da democracia — os tanques a invadir a Checoslováquia da efêmera Primavera de Praga, a repressão ao movimento dos estudantes na Praça da Paz Celestial, em Pequim.

### **Árdua Conquista**

A reconquista da democracia no Brasil foi resultado de um laborioso processo. Começamos por um paradoxo: em poucas situações se fala tanto em democracia quanto na vigência de uma ditadura. Às vezes aos sussurros, é verdade, porque os ouvidos da polícia secreta podem estar atentos. Era o que ocorria em Portugal, onde a famosa Pide não descansava. Ou mesmo no Brasil, em certos momentos mais intensos do regime militar. Mas a escorregadia palavra democracia pode frequentar também a fala de quem acaba de ascender ao poder por força de um golpe. Em seu discurso de posse na Presidência da República, em abril de 1964, o marechal Castello Branco descreveu como objetivos do movimento sob seu comando “restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social”. Democracia é palavra sedutora demais, em nosso tempo, para ser descartada, mesmo em atos inaugurais de uma ditadura. Inversamente, “democracia” era também invocada pelos grupos de esquerda que, a partir de 1966, recorreram à luta armada para combater o regime. Até hoje, veteranos da aventura guerrilheiro-terrorista apresentam-se como combatentes da democracia. Eram tempos da Guerra Fria entre o capitalismo e o comunismo e o combate era na verdade pelo comunismo. Não se conhece até hoje regime comunista democrático, entendida a democracia por sua mais corriqueira e fundamental acepção — um regime em que os dirigentes são eleitos pelo povo e em que as liberdades essenciais são garantidas.

A redemocratização do Brasil decorreu da ação conjugada de

três fatores: o projeto do governo, as manifestações da sociedade civil e os azares do processo eleitoral. O governo Geisel pôs na mesa o que então se chamava de distensão, um substantivo que, quando atrelado aos adjetivos “lenta, gradual e segura”, completava a fórmula em sua mais reveladora embalagem. Tratava-se de liberalizar o regime, no limite até de dissolvê-lo, mas nada de pressa. Quem ditaria o ritmo eram os próprios detentores do poder, passo a passo, e o fariam de forma segura o suficiente para não o deixar escorrer às mãos descontroladas do vulgo. Não se pôs a distensão a andar por favor. O milagre econômico do governo Médici se esvaíra. A crise do petróleo de 1973, com consequências planetárias, refreara os horizontes do Brasil e nos legara uma carga que nos acompanharia por anos a fio, a da dívida externa.

A tais fatores, juntava-se a peculiaridade de que desde o início a ditadura brasileira se impusera que, uma hora, tinha de acabar. No discurso de posse já citado, o marechal Castello Branco dizia esperar que, “ao iniciar-se o ano de 1966”, viesse a entregar o poder ao seu “sucessor legitimamente eleito pelo povo, em eleições livres”. Não era como o regime de Franco, na Espanha, de Salazar, em Portugal, ou dos países comunistas, que se imaginavam definitivos, assim como mais recentemente se imaginou definitivo, aqui na vizinhança, o regime inaugurado na Venezuela por Hugo Chávez. Na expressão precisa do brasilianista Alfred Stepan, o Brasil vivia uma “situação” autoritária, palavra que conduz à ideia de provisório, e não um regime com vocação para institucionalizar-se. Entre os militares mais lúcidos, e Geisel estava entre eles, impor-se um termo era necessário até para salvaguardar o Exército. Quanto mais a instituição o retivesse, mais sofreria a usura do poder.

A “distensão lenta, gradual e segura” seria atravessada por percalços, alguns dos quais gestados no interior do próprio sistema, como então se chamava a complexa, e frequentemente contraditória, máquina do poder. Em outubro de 1975 o jornalista Vladimir Herzog foi morto, sob tortura,



em dependência do Exército em São Paulo. Três meses depois, nas mesmas circunstâncias e no mesmo local, foi morto o operário Manoel Fiel Filho. Geisel enxergou nos dois casos a ação de provocadores em sua retaguarda, e enxergou certo. Os porões do regime se moviam em desafio a seus propósitos liberalizantes. Teve de agir com firmeza, e demitiu o comandante do II Exército, com jurisdição em São Paulo, general Ednardo D'Ávila Melo. Na edição em que tratou do assunto, VEJA falou longamente do sucessor de D'Ávila Melo, o “sorridente” general Dilermando Monteiro, e nada do demitido. Os leitores ficaram sabendo que Monteiro tocava piano e acordeão de ouvido, que seu repertório incluía A Jardineira e O Teu Cabelo Não Nega, e que estava em dúvida entre torcer para o Palmeiras ou para o Corinthians, agora que moraria em São Paulo, mas nada do motivo da troca de comando. A revista encontrava-se sob censura.

O “lento, gradual e seguro” estava virando “aos trancos e barrancos”. A oposição dentro das Forças Armadas cresceu a ponto de cristalizar-se no próprio ministro do Exército, Sylvio Frota. Lideranças paralelas, encenqueiros e provocadores desde o início povoaram os intestinos do regime, configurando o que o jornalista Elio Gaspari, autor da melhor história do período, chamou de “anarquia militar”. Frota, representante máximo da então chamada “linha-dura”, amealhou apoios e arvorou-se em candidato à sucessão de Geisel. Acabou demitido, na mais arriscada manobra do presidente, e na mais audaciosa investida contra os anarquistas, em 12 de outubro de 1977. Geisel estava livre para conduzir a sucessão a seu modo, instalando o chefe do SNI, João Baptista Figueiredo, na cadeira presidencial, e para perpetrar o seu maior feito: a revogação do Ato Institucional N<sup>o</sup> 5, em vigor à zero hora de 1<sup>o</sup> de janeiro de 1979. O comandante de oposição, Ulysses Guimarães, aparece na edição de VEJA daquela semana dizendo: *“É como se a nação fosse informada de que, afinal, o câncer tem cura”*.

Na gestão de Figueiredo vai se manifestar com mais força a

pressão de baixo, da sociedade civil, pela redemocratização. Movimentos pela anistia, greves, livre debate pela imprensa e, por fim, a campanha pela eleição direta do presidente tiveram, tudo somado, o efeito de atropelar a tentativa do governo de ainda manter o processo sob seu controle, gradual e seguro. Aos reclamos de anistia “ampla, geral e irrestrita”, o governo respondia com um projeto restrito, mas já não havia AI-5 nem liderança forte, no Planalto, para segurá-lo. Em junho de 1979, VEJA saiu com capa em que a palavra “anistia”, em grandes letras, se repetia cinco vezes. A reportagem respectiva reproduzia um apelo de Nelson Rodrigues, um anticomunista e defensor do regime, agora engajado na campanha:

*“Solte esses rapazes. Meia dúzia de obras gigantescas não colocam um presidente na história. Você é o único brasileiro que tem essa oportunidade na mão. Solte esses moços, Figueiredo. Por favor, Figueiredo, solte meu filho”.*

O filho, preso havia nove anos, acusado de integrar a luta armada, foi solto, e com ele os outros todos. E voltaram ao país os exilados ilustres, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes.

Ainda no governo Geisel irrompera com estrondo no país o que então se chamou de “novo sindicalismo”, com sede preferencial na região do ABC paulista. Seu líder era um metalúrgico ao qual a imprensa se referia como “Luiz Inácio da Silva, o Lula”. As greves se repetiriam até 1980, escancarando de vez a tampa com que o regime pretendeu sufocar a questão social. Nada se compara, no entanto, em mobilização popular, com a campanha das Diretas Já, em favor da aprovação da emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta do presidente da República. Em sua edição com data de 1º de fevereiro de 1984, VEJA publicou na capa uma foto aérea da Praça da Sé, em São Paulo, coalhada de gente. “Eu quero votar pra presidente”, aparecia escrito em cima da foto, em letra cursiva, como se fosse o recado de um popular. “A história das manifestações políticas da sociedade brasileira ganhou na

quarta-feira passada um novo marco de grandiosidade”, dizia a reportagem nas páginas internas, informando que 200.000 pessoas estiveram presentes na manifestação. Os comícios que se seguiram, em diferentes cidades do país, podem hoje ser considerados, com a distância do tempo, uma festa antecipada pela reconquista da democracia. Ainda que a emenda Dante de Oliveira tenha afinal sido derrotada no Congresso, não foi em vão que se assistiu a uma das maiores, se não a maior, mobilizações populares da história do país.

O terceiro fator a determinar a democratização do país, os azares do processo eleitoral, tem seu ponto de partida na eleição parlamentar de 1974. Uma das bizarras do regime era permitir a existência de um partido de oposição. A bizarras, inerente à condição de “situação autoritária”, para retomar Alfred Stepan, gerava o benefício de ganhos de imagem, internos e externos, sem oferecer maiores ameaças, dada a desproporção entre as regalias da Arena, o partido do governo, em nacos do poder e conseqüente influência eleitoral, e a penúria do opositorista MDB. Em 1974 a mágica do bipartidarismo e das eleições com resultados previsíveis sofreu um tropeço, e o MDB ganhou dezesseis das 22 cadeiras em disputa no Senado. Eleições de senadores eram as únicas disputas majoritárias permitidas pelo regime. As de governador, assim como a de presidente da República, eram decididas em conciliábulo e depois sacramentadas nos colégios eleitorais em rituais de cartas marcadas.

O projeto de eleições controladas sofreu forte abalo, e precisou ser corrigido três anos depois, com o chamado Pacote de Abril, conjunto de medidas que, além de fechar temporariamente o Congresso, por não ter aprovado uma reforma do Judiciário imposta pelo governo, incluiu novas regras eleitorais, entre as quais a nomeação por via indireta de um em cada três senadores. Com a introdução dessa esdrúxula figura, logo apelidada de “senador biônico”, seria afastada a ameaça de em 1978, quando estariam em jogo duas cadeiras por estado, repetir-se o revés de quatro anos antes.

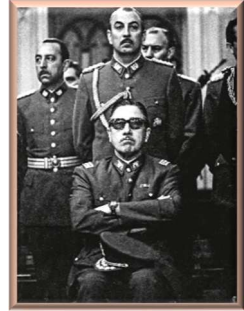
Os artifícios do Pacote de Abril retardaram, mas não estancaram o processo de desgaste do partido do governo nas urnas. A partir de 1974, segundo escreveu o cientista político Bolivar Lamounier no livro *Tribunos, Profetas e Sacerdotes*, “ganha corpo a percepção de que o regime poderia ser batido nas urnas”. Em 1982, permite-se pela primeira vez a eleição direta dos governadores e a oposição elege os seus candidatos em dez dos 22 estados, inclusive nos três mais populosos — São Paulo, com Franco Montoro, Minas Gerais, com Tancredo Neves, e Rio de Janeiro, com Leonel Brizola. “Um cenário plausível”, escreve Lamounier, “*era o de que uma progressão de vitórias oposicionistas acabaria por encantar o regime em seu último reduto, o Colégio Eleitoral.*” Foi o que ocorreu em 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo Neves ganhou de Paulo Maluf por 480 a 180 votos. VEJA noticiou que Figueiredo costumava referir-se ao mineiro como “Tancredo Never”. Teve de engolir o Tancredo Neves.

### **Sobressaltos**

Falar mal abertamente da democracia já foi moda. “*Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade da pátria, e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.*” As palavras são do presidente Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, dia da instalação do Estado Novo, nome copiado do regime de Salazar. Assim como aconteceria com o AI-5 no regime militar de três décadas depois, o Estado Novo inaugurou a fase mais dura do período de Vargas. Mas, ao contrário dos generais de 1964-1985, Vargas não tinha pejo em denunciar as liberdades. O “*sufrágio universal*”, disse ele no mesmo discurso, tornara-se “*instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio de apetites pessoais e de corrilhos*”. E o Poder Legislativo revelara-se um “*aparelho inadequado e dispendioso*”, a tal ponto que mantê-

lo seria “obra de espírito acomodaticio e displicente”.

***Setembro de 1973 - No Chile de Pinochet “restava a força, empregada com uma severidade inédita na América Latina”***



Viviam-se anos de desprestígio das democracias. O futuro parecia estar com os regimes fortes, fossem de direita, como os de Hitler e Mussolini, fosse o comunismo soviético, sob o tacão de Stalin. Um e outro tinham adeptos de peso no país. Em junho de 1940, Getúlio voltaria ao mesmo diapasão num discurso a bordo do encouraçado Minas Gerais, no dia da Marinha. “Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordens”, disse. O tempo seria “das nações fortes, impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria, e sustentando-se pela convicção da própria superioridade”. A Europa já estava em guerra. A França acabara de ser ocupada pelos nazistas. Nosso ditador estava a pique de se engajar no lado do conflito que se revelaria errado.

Ataque tão direto e explícito aos valores democráticos soa hoje estranho, mas um olhar alongado pela história diminui a estranheza. A democracia nasceu na Grécia, como sabem todos. O que não sabem é que já nasceu contestada, e pelos melhores espíritos do tempo. Platão propugnava por um governo de sábios. E seu discípulo Aristóteles, ao ranquear as diversas formas de governo, punha a democracia entre as piores. Ambos pela mesma razão: o fato de o governo ser conduzido “pelo povo ou pela massa, aos quais foram habitualmente atribuídos os piores vícios da licenciosidade, do desregramento, da ignorância, da incompetência, da insensatez, da agressividade, da intolerância”, nas palavras do filósofo e cientista político italiano Norberto Bobbio. A democracia ateniense expressava-se com o povo na rua. Hoje o símbolo maior da democracia é a eleição, lembra Bobbio, no

livro Teoria Geral da Política. E a cabine eleitoral, ou, no caso brasileiro, a urna eletrônica, é o símbolo da democracia em ação. Para os gregos, o símbolo da democracia era o povo reunido na praça para deliberar, os braços erguidos para aprovar as propostas, inertes para desaprová-las.

*O que se tem hoje nas chamadas mídias sociais é uma algaravia, em que se confundem sensatos e histéricos*

Há uma diferença capital entre a democracia ateniense e a moderna. A moderna é uma democracia representativa; o povo elege representantes, e estes decidem pelo povo. A ateniense era direta. Aos cidadãos reunidos na praça em assembleia (a *ekklesia*) eram propostas as questões da cidade (a *polis*) e ali mesmo decididas. Bem entendido que entre os cidadãos aptos a deliberar não se incluíam as mulheres, os escravos e os estrangeiros, mas mesmo assim a assembleia atraía milhares de pessoas, e em tese todos tinham o direito de se manifestar. Outra diferença era o método de preencher os cargos de governo: mais se valiam os gregos do sorteio do que da eleição. Preenchiam-se por sorteio, entre cidadãos que se voluntariavam para participar, as vagas do Conselho dos 500 (grosso modo, encarregado de elaborar a pauta para a *ekklesia*) e vários cargos que hoje seriam chamados de “executivos”. Apenas 10% dos cargos eram preenchidos por eleição, um deles o de general. Não por acaso, eram os cargos mais sensíveis. O resultado da eleição era controlável, ao contrário do sorteio. Daí por que Aristóteles considerava que o sorteio era um método democrático, enquanto a eleição era aristocrática.

Nos tempos modernos, a democracia, em baixa no período que antecedeu a II Guerra Mundial, recuperou seu prestígio com o desfecho do conflito. No Brasil, a Constituição de 1946 proporcionou um interregno democrático que não chegaria a vinte anos — interrompeu-se em 1964 — e foi salpicado de conúbios entre políticos e militares e tentativas de golpe. Basta lembrar a célebre invectiva de Carlos Lacerda, às vésperas da eleição de 1955, um modelo do desprendimento com que os

políticos descartavam a Constituição: “*Juscelino não será candidato. Se for, não se elege. Se se eleger, não toma posse. Se tomar posse, não governa*”. Progredimos. É notável como todos, de um lado a outro do espectro político, falam hoje com carinho da “nossa democracia”, embora da sinceridade de alguns se possa desconfiar. Tanto progredimos que ao longo da construção de um ideário democrático durante o período militar, ocorrida na surdina em certos períodos, abertamente em outros, entre intelectuais, jornalistas e políticos, consolidou-se o conceito de democracia como “um valor em si”, não como escada para objetivos outros, à esquerda ou à direita. Não é pouca coisa, por mais que ultimamente se sinta o cheiro de desafios a tal consenso.

A queda do Muro de Berlim propiciou um renovado surto de prestígio à ideia da democracia. Os países comunistas entregaram os pontos e não tiveram alternativa senão uma atabalhoada corrida ao regime de liberdades reclamado por seus povos. Na euforia da vitória o cientista político Francis Fukuyama decretou “o fim da história”. Não poderia haver ousadia maior. Mesmo que, ao longo de seu livro, ele suavizasse o tom peremptório do título, a ideia central era aquela mesmo: a de que os tempos da procura pela melhor maneira de governar os povos tinham encontrado a forma definitiva. Não fosse essa a ideia, o livro não teria pegado. O título era forte como um *slogan* publicitário.

E hoje... que estaria acontecendo hoje? Um refluxo momentâneo dos ideais democráticos? Ou o anúncio de uma era sombria como a dos anos 1930? Na França, a Frente Nacional, anti-imigrante, para não dizer racista, nacionalista, para não dizer xenófoba, e até pró-nazista em manifestações de seu hoje afastado fundador, Jean-Marie Le Pen, já foi duas vezes ao segundo turno em eleições presidenciais. Na Itália, a Liga Norte, hoje rebatizada apenas “Liga”, igualmente anti-imigrante, nacionalista, xenófoba e até separatista (surgiu defendendo a separação do país entre Norte e Sul), tornou-se, na eleição de março, a força predominante no Parlamento, e



legenda mais influente na coalizão governamental. Partido semelhante também participa do governo na Áustria, enquanto movimentos aparentados vêm crescendo na Alemanha e na Suécia. Na Inglaterra, o entrincheiramento exclusivista e xenófobo traduziu-se na vitória do Brexit. Os Estados Unidos nos presentearam, a todos os cidadãos do planeta, com Donald Trump.

Um dos livros de maior impacto lançados neste ano é *Como as Democracias Morrem*, dos professores da Harvard Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, (no Brasil foi publicado agora). A tese central dos autores é que, cessada a era dos golpes, as democracias hoje morrem pelo voto. Os atuais governos de Turquia, Polônia, Hungria e Venezuela foram todos legitimamente eleitos para, uma vez vitoriosos, solapar instituições, perseguir adversários e abrir terreno para perpetuar-se no poder. A liberdade de imprensa é alvo preferencial de tais regimes.

Duas organizações que medem o estado da democracia e das liberdades ao redor do mundo, a revista inglesa *The Economist* (por meio de sua *Intelligence Unit*) e a ONG americana *Freedom House*, acusaram um declínio global nas percepções e nas práticas desses valores, em seus últimos relatórios. Numa escala de 1 a 10 a *Economist* aponta para a democracia uma queda da média de 5,52, em 2016, para 5,48, em 2017, considerados todos os 165 países e dois territórios pesquisados. Um total de 89 países retrocedeu, 51 permaneceram estagnados e apenas 27 registraram avanços no período. Os critérios para a avaliação dos países são cinco: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; cultura política. No final, os países são divididos em quatro blocos: democracias plenas; democracias falhas; regimes híbridos; regimes autoritários.

Algumas das novidades destacadas no ano foram a mudança da Venezuela de regime híbrido para autoritário e a da Espanha para o último lugar entre as democracias plenas,



quase escapando para as democracias falhas, por causa da condução da questão catalã. O bloco das democracias plenas, com notas entre 10 e 8,01, é liderado pela Noruega (nota 9,87), que puxa o pelotão escandinavo, e contém ainda os mais que esperados Nova Zelândia, Canadá, Austrália, Suíça e Holanda. Como surpresa aparece nosso vizinho Uruguai (8,12), o único latino-americano a figurar na turma. O Brasil, sem surpresa, é uma “democracia falha”, mas, para nosso consolo, temos a companhia, no mesmo bloco, dos Estados Unidos, ainda que com notas relativamente distantes para um e o outro — 7,98 para os Estados Unidos, que estão a apenas 0,03 ponto das democracias plenas, e 6,86 para o Brasil. A justificativa para a posição dos Estados Unidos é um “severo declínio da confiança pública nas instituições”. Para a do Brasil, é a corrupção. As investigações, diz o relatório, evidenciaram “as malfeitorias entre políticos e muitas das maiores empresas do país, conduzindo a subornos em troca de contratos governamentais e favores políticos”.

A Freedom House tem escopo vizinho, mas não coincidente, com o da Economist. Seu foco são as liberdades, não propriamente a democracia, e os critérios de avaliação derivam dos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Daí decorre que a investigação avalia “os direitos e liberdades gozados por indivíduos, mais que governos ou o desempenho de governos em si mesmos”. A instituição investigou 195 países e catorze territórios, em 2017, e concluiu que 45% deles são “livres”, 30% são “parcialmente livres” e 25% “não livres”. O Brasil está entre os livres. Não há notas, e nosso país não merece apreciação individualizada. Importa destacar a conclusão geral, explícita na primeira frase do relatório: *“Direitos políticos e liberdades civis ao redor do mundo deterioraram-se em 2017 para seu mais baixo ponto em mais de uma década, ampliando um período caracterizado por revigorados autocratas, ameaçadas democracias e o recuo dos Estados Unidos de seu papel de líder na luta global pela liberdade humana”*.

Na avaliação que os próprios brasileiros fariam do estado de sua democracia entrariam a desordem nas instituições, a ilegitimidade da representação política e a disfuncionalidade da ação governamental. Tudo isso é arquissabido. A última novidade é um candidato a presidente que louva a passada ditadura e faz pouco dos direitos humanos.

### **E o futuro?**

O futuro pode esperar dois parágrafos. Antes, voltemos ao passado. Havia durante a ditadura dois tipos de censura a atenuar a imprensa brasileira. O primeiro consistia num comunicado às redações, sob a forma de um bilhete ou um telefonema, de que estava proibido tal ou qual assunto. Era a censura branca, para usar a nomenclatura de Maria Fernanda Lopes Almeida, autora do livro *Veja sob Censura*. O segundo era a censura prévia oficial, exercida seja na própria redação, por um censor nela instalado, seja por meio do envio das matérias ao órgão policial ou militar designado, antes de serem baixadas às oficinas. A censura por telefonemas ou bilhetinhos atingia virtualmente a totalidade da imprensa e resultava por vezes na ironia de informar os jornalistas de assunto de que não tinham conhecimento. Entrou para o folclore das redações que só vieram a saber de um movimento de guerrilha em curso na região do Araguaia quando chegou um bilhete estatuindo que era proibido mencioná-lo.

*Novembro de 1989 - As festas mais comoventes em 50 anos celebraram a liberdade, como na queda do Muro de Berlim*

Enquanto a censura branca dos bilhetes era dirigida virtualmente a todos os meios noticiosos, a outra dirigia-se a certos órgãos selecionados. VEJA foi um dos premiados. O período mais longo em que a revista esteve sob esse regime começou em maio de 1974, e foi desencadeado por uma charge de Millôr Fernandes, então colaborador da revista. Um prisioneiro miseravelmente desmilinguido,



pendurado no teto de sua cela pelos braços, e com uma bola de ferro amarrada aos pés, merecia da autoridade de passagem o comentário: “Nada consta”. A partir do número seguinte, os jornalistas passaram a contar com a companhia de um censor que só se retirou da redação em maio de 1976, exatos dois anos depois. Ao saudar, então, a retirada da censura, a revista fez na Carta ao Leitor um balanço que acusou mais de 10.000 linhas de textos suprimidas, só nesses últimos dois anos, sessenta reportagens cortadas na íntegra e 64 ilustrações.

Voltamos ao passado para perguntar, com relação ao futuro: é isso que se quer? Um mito alimentado por saudosistas da ditadura quer fazer crer que a mão pesada do regime só atingia os contestadores, a esquerda de preferência. A censura ilustra que a vítima era a população em geral, em um direito tão líquido e certo, nestes tempos de democracia, como o de se informar. Contra a crise da democracia, ou as crises, pois a atual não é a primeira nem será a última, o remédio mais eficaz, segundo os melhores pensadores que se têm debruçado sobre o assunto, é: mais democracia. A alternativa é a tirania e a barbárie. Por “mais democracia”, deve-se entender, principalmente: (1) maior participação da população nas decisões governamentais; (2) a construção de uma sociedade mais igualitária, em que todos estejam capacitados a participar do jogo.

O Brasil tem sido um campeão na multiplicação do título de eleitor. Em 1960, quando da eleição presidencial vencida por Jânio Quadros, o eleitorado de 15,5 milhões representava 22% da população de 70 milhões de habitantes. Os analfabetos estavam impedidos constitucionalmente de votar. Em 1982, eleição que, no período militar, restabeleceu a votação direta para governador, o eleitorado de 58 milhões já representava 50% da população de 119 milhões. Os analfabetos ainda não podiam votar, mas eram menos — 26%, contra 40% em 1960. Em 1989, na primeira eleição presidencial sob a Constituição de 1988, que acabara com a proibição do voto para os analfabetos, o eleitorado de 82 milhões, comparado à

população de 147 milhões, subiu ao patamar de 55%. Hoje, para uma população de 208 milhões, temos um eleitorado de 147 milhões — 70% dos habitantes do país.

Nesse quesito vamos bem. Falta ampliar a democracia para além do ato de votar. Ao voltar às origens da democracia, percebe-se que a participação, no sistema ateniense, era mais ampla do que nas democracias modernas. Escreve Norberto Bobbio, no livro já citado: *“Nas duas formas de democracia, a relação entre participação e eleição está invertida. Enquanto hoje a eleição é a regra e a participação direta a exceção, antigamente a participação direta era a regra, e a eleição a exceção”*. Não deixa de ser participação, nas democracias de hoje, a militância dentro de partidos, dos movimentos sociais e das ONGs. A intercomunicação global propiciada pela internet criou, no entanto, ou recriou, uma voz mais insistente que a dos grupos a reclamar participação — a voz dos indivíduos. O que se tem hoje nas chamadas mídias sociais ainda está longe de ser uma forma organizada de expressão política. É antes uma algaravia, em que se confundem sensatos e histéricos, vozes abalizadas e ignorantes. Umberto Eco radicalizou, e chamou a internet de território dos imbecis.

Mas o instrumento está aí. A internet gerou a possibilidade, concebível apenas na ficção científica, até poucos anos atrás, de comunicação direta e instantânea de todos com todos, no planeta. Não se concebe que as populosas sociedades modernas venham a tomar decisões coletivas reunidas numa praça, como nas pequenas sociedades gregas. O instrumental oferecido pela internet nos acena, no entanto, com a viabilidade, em tempo talvez mais próximo do que imaginamos, de recuperação pela via digital de algumas formas de democracia direta, se não da própria democracia direta. Não se concebe ainda como isso poderia ser organizado, nem como poderiam ser evitados as fraudes e os abusos, mas até há pouco também não se concebia como o GPS poderia indicar os caminhos e ajudar a enfrentar o trânsito.

Tampouco se vislumbra se, nesse quadro, sobriaria lugar para os partidos políticos, que lugar seria esse, e, caso não sobre lugar algum, se é possível haver democracia sem partidos. Para os gregos, era; seu sistema prescindia deles. Há autores que chutam mais alto e pregam a volta do preenchimento de alguns cargos de governo por sorteio, como em Atenas. É o que faz o belga David Van Reybrouck, no livro *Contra as Eleições*, publicado no ano passado no Brasil. Sendo a reeleição proibida ou limitada, como entre os gregos, muito mais cidadãos seriam convocados a participar do processo, e a figura do político profissional daria lugar a cidadãos que alternariam as condições de governante e governado.

A construção de uma sociedade mais justa, outra condição para a ampliação da democracia, é — vá lá o truísmo — o maior desafio do Brasil. Escreveu Fernando Henrique Cardoso em seu mais recente livro, *Crise e Reinvenção da Política no Brasil*: *“Ela (a desigualdade) afeta o próprio exercício da liberdade. Não é livre, nem sequer para ir e vir, o morador da favela que se sujeita às regras arbitrárias do crime organizado. Os níveis de desigualdade existentes no Brasil, além de moralmente inaceitáveis, são uma ameaça concreta à democracia e à convivência civilizada”*. O acesso a um bom sistema de educação — vá lá outro truísmo — é condição sem a qual não se melhorará a desigualdade — e o Brasil tem dormido um sono eterno nesse capítulo. Rui Barbosa, na década de 1920, já denunciava a conexão entre um bom sistema de educação e a saúde da democracia. A democracia, escreveu ele, *“não existe entre nós senão nominalmente, porque as forças populares, pela incapacidade relativa em que as coloca a ausência de sistema de educação nacional, estão mais ou menos excluídas do governo”*.

Se em nosso país a desigualdade é antiga, em outras partes ela ressurge, dolorosa como doença que se acreditava erradicada. Do pós-guerra até outro dia, por obra sobretudo dos governos social-democratas, a Europa construiu sociedades que conciliaram exemplarmente progresso, liberdade e justiça

## REFLEXÕES XXXI

---

social. De algumas décadas para cá, as crises fiscais e o afluxo de massas de migrantes abalaram as estruturas do Estado de bem-estar social e aumentaram a distância entre ricos e pobres. Estava posto o caldo de cultura do qual se alimentam a xenofobia e os partidos inimigos da democracia. Trabalhar por um constante aperfeiçoamento das instituições, que garanta a permanência da democracia, é um dos mais cruciais imperativos que desafiam a nós, brasileiros. Nosso consolo é que, como ficou claro nestes últimos anos, é um imperativo igualmente para o resto do mundo. ●

**Roberto Pompeu de Toledo**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 2. Futuro em risco

**Daniel Ziblatt**

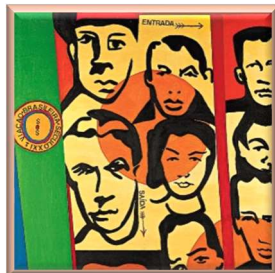


*Após período de expansão, os regimes democráticos começam a definhar em vários países. Para evitar o retrocesso, é preciso*

*estar atento aos sinais de alerta*

Hoje, muito se comenta que o futuro da democracia em todo o mundo não é brilhante. Novas democracias regridem, e as antigas enfrentam desafios sem precedentes. A onda global de democracia que parecia ter chegado ao clímax nos anos 1990, com o colapso dramático do comunismo, perdeu força. É essa a visão predominante. Contudo, para refletirmos de maneira útil sobre o futuro da democracia, devemos começar a pensar sobre o seu passado.

Muitas vezes na história ocorreram momentos em que a democracia apareceu triunfante. Mas esses períodos de entusiasmo foram sempre de curta duração. Considere a primeira onda democrática do século XX. Em 1918, o quase simultâneo colapso dos impérios Otomano, Russo, Austro-Húngaro e Alemão parecia significar que a democracia estava em ascensão. Antes de 1918, existiam apenas três repúblicas na Europa. Depois dessa data, havia treze. O astuto observador britânico James Bryce escreveu, em 1921, que o mundo estava testemunhando “a aceitação universal da democracia como forma normal e natural de governo”. A alegria durou pouco. A ascensão de Benito Mussolini na Itália, em 1922, desencadeou uma onda de





autoritarismo que varreu Portugal, Espanha, Alemanha e França.

A história raramente se move em uma direção. Expansões democráticas são sempre acompanhadas por contrações. Como aconteceu depois de 1918, estamos hoje passando por um momento de recessão democrática que se seguiu à grande explosão de transições pós-Guerra Fria. De acordo com uma análise feita em 178 países, conduzida pelo The Varieties of Democracy Project, um terço da população mundial vive em democracias que estão regredindo. Por um lado, está claro que o número de democracias se expandiu dramaticamente desde os anos 1990. No fim de 2017, a maioria das pessoas no planeta ainda vivia em democracias. Em meados dos anos 2000, porém, dobramos uma esquina. O crescimento de novas democracias perdeu velocidade. Em países que pareciam ser novas democracias promissoras, como Turquia, Polônia, Venezuela e Hungria, as coisas começaram a definharem. A partir de 2017, pela primeira vez desde 1979, a quantidade de países que vêm retrocedendo é a mesma de nações que estão avançando.

No entanto, ainda que existam semelhanças com o passado, a história não se repete. Para confrontarmos os desafios de nossa era, não devemos apenas aprender com a história. Devemos reconhecer que os desafios atuais são novos. Primeiro, o modo como as democracias morrem hoje é diferente. Durante a maior parte do século XX, as democracias geralmente terminavam de forma espetacular, por meio de golpes militares, revoluções ou revoltas violentas, em que líderes revolucionários confrontavam os contrarrevolucionários. Um exemplo foi o bombardeio do palácio presidencial La Moneda, no Chile, em 1973, que levou o general Augusto Pinochet ao poder naquela que parecia ser a democracia mais estável — e antiga — da América Latina.

O mundo mudou depois de 1990. Desde o colapso do comunismo, a maioria das democracias morre nas urnas. Elas não caem pelas mãos de generais, e sim pelas mãos de



presidentes e primeiros-ministros, que são eleitos. Isso lhes dá alguma aparência de legitimidade democrática. Entretanto, no poder, eles atacam as instituições mediante decisões parlamentares, judiciais e referendos.

Como as eleições se tornaram a maneira pela qual quase todos os países organizam suas políticas, eles adotam as armadilhas formais da democracia, sem necessariamente adotar sua essência. Essa nova realidade significa que as democracias hoje morrem de maneira muito mais sutil do que no passado. Como resultado, os cidadãos e analistas frequentemente não percebem quando isso está acontecendo, até ser tarde demais. Os cidadãos debatem calorosamente se estão exagerando ou não. Enquanto isso, os políticos atacam os tribunais, a burocracia e as instituições coercitivas, alegando falar em nome do “povo” que os elegeu. Vestidos com uma retórica democrática, marginalizam os rivais e tentam garantir suas vantagens em longo prazo, alterando o equilíbrio no campo da competição política. Eles mudam as regras eleitorais para dividir a oposição e reescrever as constituições para dar mais poder aos presidentes. Na Hungria, na Venezuela e na Turquia, líderes autoritários de esquerda ou de direita seguem a mesma cartilha.

Uma vez que as democracias terminam de modo mais discreto, é especialmente importante que analistas e cidadãos reconheçam os sinais de alerta quando uma crise se instala. A boa notícia é que existem vários alarmes claros. O primeiro deles é a polarização partidária extrema, que torna qualquer sistema político vulnerável a crises. Certamente, alguma polarização e lutas políticas duras entre partidos são positivas e ajudam a fazer a prestação de contas funcionar. Os políticos precisam representar os grupos que os elegem, e o desacordo é fundamental para ajudar as sociedades a resolver problemas reais. Contudo, quando a polarização é extrema, partidos e políticos começam a considerar seus rivais não simplesmente como rivais, mas como “ameaças existenciais”. São chamados de criminosos, bandidos ou agentes de potências estrangeiras.

## REFLEXÕES XXXI

---

Por isso não podem ter direito algum de governar. Quando os políticos usam essa retórica extrema que parece questionar o próprio conceito de “oposição legítima”, a democracia pode começar a se corroer.

Um segundo sinal de alerta é quando candidatos atacam as regras básicas do jogo democrático questionando a Constituição ou a legitimidade das eleições. Acusam rivais de ser criminosos ou subversivos, criticam as liberdades civis básicas, como a imprensa livre, e encorajam a violência.

Em uma época em que as democracias morrem nas urnas, é fundamental que os cidadãos estejam alerta a esses sinais. Os políticos nos dizem frequentemente o que planejam fazer. Então, os cidadãos devem levar a retórica a sério e tratar esses sinais como “linhas vermelhas”, que não podem ser ultrapassadas. Se um candidato violar qualquer dessas linhas, deveremos esperar que, assim que estiver no cargo, aja de acordo com o que disse.

No mundo atual do autoritarismo eleitoral, para que a democracia sobreviva, acima de tudo, não devemos considerar que ela já está garantida. Os cidadãos não podem agir de forma imprudente. Devem exigir que seus eleitos atuem com responsabilidade. A democracia está em nossas mãos, e sua sobrevivência corre risco. ●

**Daniel Ziblatt**: cientista político, professor da Universidade Harvard, é coautor de *Como as Democracias Morrem*, escrito com Steven Levitsky  
Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 3. As ideologias: gangorra de ideias

**Gabriel Castro**



*Quando se pensou que esquerda e direita eram passado, a disputa política renasceu. Assim gira o mundo e assim continuará girando*

Desde que a Revolução Francesa ofereceu ao mundo os termos “esquerda” e “direita”, que em sua origem distinguiam os que defendiam os ideais revolucionários dos que apoiavam o rei, a gangorra ideológica já subiu e desceu, voltou a subir e descer — e continua a subir e descer. Nas últimas cinco décadas, a ideologia política traçou um voo ambicioso ao dividir o mundo entre esquerda e direita. Pode-se dizer que na Guerra Fria as cabeças de direita eram americanas, as de esquerda eram soviéticas e quem estivesse entre uma e outra era europeu. No maniqueísmo próprio daqueles tempos, no Brasil a direita era associada à ditadura e a esquerda, a todos os que estavam do outro lado — dos democratas genuínos aos falsos democratas.

A gangorra moveu-se depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e começou-se a especular que talvez não existissem mais direita nem esquerda. Francis Fukuyama, em *O Fim da História e o Último Homem*, previu o triunfo definitivo da democracia liberal e da economia de mercado. No Brasil, a esquerda, orgulhosa de seu passado contra a ditadura, afirmava sua existência, enquanto a direita, envergonhada pela aliança com os militares, dizia que não fazia mais sentido trabalhar com as categorias ideológicas clássicas.

Mais uma vez a gangorra se mexeu, Fukuyama foi desmentido e o mundo retomou o embate entre direita e esquerda. Hoje, com a China disputando a hegemonia mundial com os Estados

Unidos, a divisão ideológica voltou, mas sem a antiga clareza.

***Estética saudosista - Desfile na Coreia do Norte, o país mais exótico e ininteligível do planeta: modelo para ninguém (Ed Jones/AFP)***



A China é comunista na hora de sufocar ideias políticas e capitalista quando se trata de encher os bolsos.

No Brasil, depois do desastre ético do PT, o quadro inverteu-se: a direita, que antes não ousava dizer seu nome, veio à tona novamente. A esquerda se retraiu.

A gangorra voltará a se movimentar? “Há razões para crer que os seres humanos precisam e vão continuar precisando das características que são associadas com esquerda e direita”, afirma John Jost, da Universidade de Nova York, no ensaio “O Fim do Fim da Ideologia”. Antonio José Barbosa, historiador da Universidade de Brasília, diz que o mundo não testemunhou a morte das ideologias, e sim a morte das ideologias do passado, como o comunismo e o fascismo. “De alguma forma, o confronto ideológico se refaz em novas bases, com novas características, mas se refaz.”

Ainda há, embora cada vez menos, nações que se dizem comunistas, como Cuba, que vem fazendo a seu modo uma abertura lenta, gradual e segura, e a Coreia do Norte, o mais exótico e ininteligível lugar do planeta. No entanto, nenhum desses países serve de modelo ou inspiração a quem quer que seja. Ao mesmo tempo, o mundo não deixou de travar o embate ideológico em outras frentes: aborto, imigração, casamento gay e até democracia, regime que antes parecia ser um consenso ocidental e agora exhibe rachaduras.

“A capacidade de inventar maneiras de viver, que são as ideologias, aproxima-se do infinito”, diz o antropólogo Roberto DaMatta. Ele registra que os conceitos de esquerda e direita, embora voláteis, continuarão balizando o debate político. *“Em qualquer comunidade humana vão existir*

## REFLEXÕES XXXI

---

*esquerda e direita. Sempre vai haver disputa entre aquilo que achamos que deve permanecer e aquilo que achamos que deve mudar.” Para o antropólogo, sem utopia a própria vida perderia sentido. “Para o bem e para o mal, as ideologias persistem, mesmo que em processo permanente de transformação.” ●*

**Gabriel Castro**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 4. A lei: prevalência inédita

**Laryssa Borges**



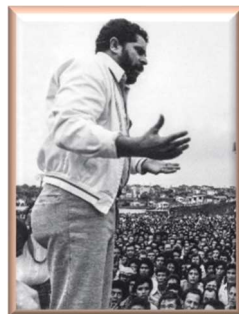
As democracias constitucionais, como o Brasil, colocaram a Justiça no centro da vida nacional, mas já há movimentos para reverter esse

*fenômeno*

A foto abaixo mostra o então líder sindical Luiz Inácio da Silva, quando ainda não se chamava oficialmente “Lula”, falando a metalúrgicos em março de 1979, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Na foto mais abaixo aparece o então ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto de 2012, no julgamento do *mensalão*, marco inicial da derrocada ética do PT, que acabaria levando Lula à prisão. Entre uma imagem e outra, passaram-se 33 anos, mas a mudança mais notável não é visível em nenhuma foto: a lei, antes aplicada apenas para os pequenos e os pobres, começou a valer também para punir os poderosos.

**DISCURSO – Lula, em 1979, em assembleia com os metalúrgicos, quando ainda não se chamava “Lula” oficialmente**

Pois a lei continua a mesma, ou quase a mesma, mas a Justiça mudou. Com a chegada de uma nova geração de magistrados e procuradores, ela passou a ser menos condescendente com os criminosos de colarinho branco e, no rastro de seu revigoramento, tornou-se até mais do que isso: virou o epicentro da vida política nacional. A esse fenômeno, no qual a Justiça adquire enorme relevância



numa ampla gama de assuntos públicos, os especialistas dão o nome de “judicialização da política”. Ou seja: os grandes temas nacionais, em vez de ser definidos pelo Parlamento, acabam sendo objeto de decisões do Poder Judiciário.

É comum atribuir a judicialização da política brasileira ao detalhismo da Constituição de 1988. Ela é detalhista mesmo, mas o fenômeno é uma marca global. Acontece inclusive nos Estados Unidos, cuja Constituição é notoriamente objetiva. Talvez o exemplo mais gritante tenha se dado precisamente entre os americanos, quando, na eleição presidencial de 2000, a Justiça decidiu quem tinha sido o vencedor entre o democrata Al Gore e o republicano George W. Bush, que foi considerado o vitorioso.

A prevalência inédita da Justiça na vida nacional tem se multiplicado pelo mundo. Na Alemanha, coube aos juízes decidir qual deveria ser o lugar do país dentro da União Europeia. Na Turquia, antes do avanço autocrático de Recep Erdogan, os magistrados estabeleceram a natureza secular do sistema político. Há outros exemplos no Canadá, no México, na França. Por quê? Para alguns especialistas, isso tudo decorre de uma combinação: a supremacia constitucional das democracias e o predomínio da discussão sobre direitos na política e na vida cotidiana das sociedades livres.

Depois da II Guerra Mundial, juízes e tribunais foram alçados à categoria de poder político e passaram a disputar espaço com os poderes Legislativo e Executivo, este hipertrofiado após governos totalitários. A supremacia constitucional está presente hoje em mais de 100 países, mas no Brasil o fenômeno é um pouco mais significativo porque nossa Constituição é, de fato, excessivamente minuciosa. *“Presenciamos uma hiperconstitucionalização por causa da nossa Constituição pretensiosa. Isso dá ao Judiciário um poder maximizado, um superempoderamento da Justiça”*, diz o professor Oscar Vilhena Vieira, da FGV Direito.

A situação transferiu à Justiça parte do poder político

decisório típico de autoridades eleitas pelo voto popular. “*Estamos no limite do equilíbrio entre os poderes*”, afirma o ministro Alexandre de Moraes, o mais recente membro do STF. “*O Supremo deveria escolher o que julga, centralizar-se como poder moderador e apenas resolver crises.*” De acordo com os ministros da Corte, esse é o desafio imediato para o futuro. Há outros.

Dois anos antes da promulgação da atual Constituição, o hoje ministro do Supremo Luís Roberto Barroso integrou um grupo de professores brasileiros em viagem aos Estados Unidos. Corria o ano de 1986. A comitiva iria conhecer o mais avançado aparelho de comunicação da época. “Era um fax, que ocupava toda uma sala”, recorda. No ano seguinte, o equipamento se tornou presença certa nas principais repartições públicas brasileiras. Barroso traça um paralelo: “*A Igreja, as Forças Armadas e o Judiciário não são como a tecnologia. Eles mudam com lentidão*”. Existem alguns experimentos para agilizar a Justiça e aproximá-la da população. Na Turquia, o sistema judicial permite que advogados e cidadãos encaminhem informações, paguem custas processuais e arquivem casos em qualquer lugar do país. Desde 2017, a Colúmbia Britânica, a terceira maior província do Canadá, tem um tribunal on-line para decidir processos sobre disputas de propriedades de pequeno valor, dispensando as partes de viajarem para julgamentos na Corte suprema. O chamado “*e-Judiciary*” tem bons resultados em vários países.

Especialistas estimam que, em médio prazo no Brasil e no mundo, áreas mecânicas da produção da Justiça, como o cálculo de indenizações, danos morais e multas, serão dominadas por máquinas, o que desafogará a montanha de processos sob responsabilidade dos juizes. Os magistrados poderão usar técnicas de inteligência artificial para saber, por exemplo, como todo o sistema judiciário julgou e decidiu determinado tema e qual a média de indenizações daquelas demandas. Processos virtuais serão aplicados para encurtar



distâncias e cortar custos, enquanto depoimentos e audiências serão feitos remotamente. Para os escritórios de advocacia, mecanismos de inteligência artificial poderão estimar o índice de sucesso de uma causa antes de apresentá-la ao tribunal, diminuindo assim o volume de questionamentos e processos. O professor escocês Richard Susskind, autor de estudos sobre o futuro do direito, é favorável a que disputas civis de baixo valor sejam tratadas por tribunais on-line desde já.

**DECISÃO – O ministro Joaquim Barbosa, no julgamento do *mensalão*, em 2012: marco inicial da derrocada ética do PT**



Enquanto a judicialização toma conta das democracias, existe um movimento contrário — a “*desjudicialização*” da vida cotidiana, que reduziria, sobretudo, a duração dos processos. No Brasil, a experiência mais proeminente é a da negociação direta, estimulada pelo próprio governo, em um endereço na internet. Seria o fim dos juízes como conhecemos hoje? *“No futuro, os juízes ainda vão ter algum papel, porque é preciso certo grau de humanidade nas decisões judiciais, mas a tendência é que a Justiça tradicional perca espaço para mediação e arbitragem”*, diz o ministro Barroso.

Apesar de experimentações pontuais, a Justiça do futuro chega a passos lentos ao Brasil. Ainda hoje ministros do Supremo penam para tentar mudar regras internas e permitir mais julgamentos virtuais, em que cada magistrado apenas diz se concorda ou não com o entendimento do relator, ou ainda discutir a viabilidade de estabelecer prazos mais ou menos fixos para que cada juiz leve um determinado tema a julgamento.

Em maio passado, o STF iniciou um projeto-piloto de inteligência artificial a fim de filtrar os temas de determinados recursos. O robô Victor — assim batizado em homenagem ao

ministro Victor Nunes Leal (1914-1985), cassado pelo regime militar — identifica milhares de decisões tomadas pelo colegiado em temas similares e classifica os novos processos de acordo com o entendimento consolidado. Trata-se, por ora, de uma parcela ínfima de participação na montanha de processos que sobrecarrega a Justiça brasileira.

Desde 2017, outro pequeno símbolo do Judiciário do futuro dá expediente na Procuradoria-Geral no Distrito Federal. Uma advogada-robô, a “Doutora Luzia”, idealizada por uma *start-up*, agiliza cobranças judiciais. Ela cruza dados, avalia o andamento dos processos e aponta possíveis soluções para as contendas. *“No futuro, certas áreas do direito poderão prescindir do aparato humano e adotar instrumentos tecnológicos, como na aplicação de multas e na fiscalização tributária”*, prevê o professor Oscar Vilhena. Haveria perspectivas promissoras no futuro também para a área penal? *“Salvo uma mudança substancial na condição humana, não se poderá prescindir nem da Justiça nem dos juízes”*, diz Vilhena. Trata-se de um aspecto fundamental, pois a Justiça não precisa nem deve ser exemplar ou implacável. Sua natureza é ser generosa, como a condição humana sugere, mas que continue valendo tanto para os pequenos e pobres quanto para os poderosos. ●

**Laryssa Borges**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### A missão do STF

**Sergio Moro**



*Como Joaquim Nabuco disse, em relação ao fim da escravidão: há uma esperança infinita de que os dias dos barões da corrupção*

*chegarão ao fim, cedo ou tarde*

Com inspiração na Suprema Corte dos Estados Unidos, criou-se, no início da República, o Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF), e a ele foi atribuído o controle de constitucionalidade das leis. É um poder controverso, pois se trata, na prática, de outorgar a um órgão composto de profissionais do direito a revisão de políticas públicas formuladas por representantes eleitos pelo povo. São decisões de autoridades não eleitas sobrepondo-se a escolhas de autoridades sujeitas a eleições periódicas. Ainda assim, juízes podem acertar no exercício desse poder.

Ficaram famosas, por exemplo, decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos que contribuíram para a eliminação da segregação racial, como a que proibiu que crianças fossem separadas nas escolas por causa de sua cor. Mas houve também equívocos graves. Da própria Suprema Corte, podem ser encontrados maus exemplos, como as decisões que, no início do século XX, invalidaram leis que proibiam o trabalho infantil, por suposta violação da liberdade de contratar.

Entre erros e acertos da revisão judicial de leis, há quem defenda a tese de que as Cortes devem assumir uma postura de autocontenção e outros que advogam pelo ativismo. Em uma posição intermediária, há quem argumente que os juízes devem alternar autocontenção com ativismo, este focado em

## REFLEXÕES XXXI

casos de mau funcionamento da democracia.

**DIÁLOGO IMPOSSÍVEL** - Acrílica sobre cartão  
colado em Duratex, 1966, 71 cm x 71 cm

Tradicionalmente, o STF teve um papel de interferência na vida pública menos destacado do que a Corte americana. Mas esse quadro vem sendo alterado nos últimos anos, o que trouxe a Corte brasileira para o centro do debate público.



Embora o STF tenha tomado decisões relevantes na proteção de grupos minoritários, por exemplo, no reconhecimento da validade de relações homoafetivas, e na proteção da liberdade de expressão, a ilustrar, vedando censura prévia, é inegável que a sua atuação nos últimos anos vem se destacando no enfrentamento da corrupção.

Primeiro, pelo julgamento de ações penais originárias, como no *mensalão*, quando proferiu condenações contra criminosos poderosos; segundo, na adoção de uma postura mais rigorosa no julgamento de recursos contra decisões de cortes inferiores, como quando manteve a prisão de políticos e empresários poderosos; e terceiro, mais importante, no exercício do controle de constitucionalidade, proferindo decisões de cunho geral que representam verdadeiras medidas anticorrupção.

Na última hipótese, destacam-se: a decisão do STF que proibiu doações eleitorais corporativas, uma vez que elas, sem limites estritos, favorecem relações impróprias entre empresas e candidatos; os sucessivos julgamentos pelo STF no sentido de que a presunção de inocência não impede a execução de condenação criminal exarada por Corte de Apelação; e a interpretação restritiva do foro privilegiado, limitando este a acusações que envolvam crimes praticados no exercício da função.

A Constituição estabelece as regras do jogo político democrático. Proteger direitos de minorias mesmo contra a vontade de maiorias temporárias faz parte do trabalho de uma Corte Constitucional. Mas também faz parte de suas funções evitar a captura do aparato estatal por facções e interesses especiais.

*“Se o Supremo voltar atrás nos avanços até o momento obtidos no enfrentamento da corrupção, o resultado será desastroso”*

Considerando o grau de deterioração da coisa pública revelado no mensalão e na Operação Lava-Jato, não deixa de ser justificado algum ativismo judicial contra a corrupção.

Não se trata de defender interpretações criativas da Constituição. Trata-se de defender a igual e imparcial aplicação da lei contra o abuso sistemático do poder para fins privados. A lei deve valer para todos. O ativismo reside na estrita aplicação da lei mesmo contra interesses especiais. No Brasil, tal postura é revolucionária.

A Constituição Federal de 1988 não foi aprovada com o objetivo de estabelecer privilégios de impunidade para criminosos poderosos. Ela consolidou uma democracia, na qual o igual tratamento perante a lei é imperativo, e não uma sociedade de castas, com privilégios e imunidades. Ela estabeleceu que os governantes prestam contas aos governados, e não a irresponsabilidade dos poderosos.

O STF encontra-se atualmente diante de uma tarefa importante. De certa forma, trata-se de um desafio equivalente ao da Suprema Corte americana diante do cenário de segregação racial nos Estados Unidos na primeira metade do século passado. Importa abandonar a posição de conforto e, mesmo diante de alguma animosidade, prosseguir no desmantelamento da estrutura que propiciou o surgimento da corrupção sistêmica no Brasil.

Nunca à custa do devido processo, mas o devido processo jamais pode ser equiparado a privilégios de impunidade. O

sistema de Justiça criminal não pode ser inoperante em relação aos crimes praticados pelos poderosos, entre eles a apropriação privada do Estado.

Não há ilusão de que o STF sozinho eliminará o sistema de corrupção que afetou a coisa pública. A corrupção sistêmica não pode ser superada unicamente com condenações criminais. São necessárias políticas públicas que reduzam incentivos e oportunidades para a prática da corrupção. O exemplo de lideranças políticas honestas, tanto no Congresso como no governo, é também fundamental. De todo modo, decisões do STF comprometidas com o fim da corrupção sistêmica e da impunidade têm relevância e podem estimular os demais Poderes a realizar a sua parte. Podem também incentivar a sociedade civil a cobrar de seus representantes eleitos posturas probas e políticas anticorrupção. Isso também ocorreu nos Estados Unidos em relação à segregação racial. A decisão da Suprema Corte para a dessegregação racial das escolas públicas é de 1954, mas a Lei dos Direitos Cíveis que completou a dessegregação foi aprovada só uma década depois, em 1964.

Retrocessos, mesmo disfarçados, seriam lamentáveis. Se o STF voltar atrás nos avanços até o momento obtidos no enfrentamento da corrupção, o resultado será desastroso. Se já tem sido difícil que os demais Poderes sigam os bons exemplos advindos das decisões recentes do STF, tudo estará perdido se a própria Corte rever seus precedentes.

Enfim, o STF, mesmo que em julgamentos apertados, proferiu decisões relevantes para o enfrentamento do sistema de corrupção. Tal atuação é produto de certo ativismo, ainda que este seja fundado não em interpretações constitucionais criativas, mas na exigência fundamental de que a lei seja aplicada de maneira igual para todos. Algum ativismo não é inconsistente com a missão de uma Corte Constitucional, máxime quando os demais poderes se mantêm inertes quanto às suas responsabilidades. Guardadas as diferenças, o STF promove uma mudança constitucional relevante, eliminando

## REFLEXÕES XXXI

---

privilégios de impunidade e enfrentando a corrupção sistêmica, assim como fez a Corte americana ao dar impulso ao fim da segregação racial nos Estados Unidos. A dúvida atual é se o STF persistirá nessa tarefa ou se retrocederá — e, com ele, todos nós. Em qualquer hipótese, é de manter, como Joaquim Nabuco disse em relação ao fim da escravidão, uma esperança infinita de que os dias dos barões da corrupção chegarão, cedo ou tarde, ao fim. ●

**Sergio Moro:** juiz federal

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## 5. O globalismo: aldeia até quando?

**Duda Teixeira**



*A supremacia dos interesses mundiais disseminou-se pelo planeta nas últimas cinco décadas — um processo hoje ameaçado pelos*

*nacionalistas e populistas*

O filósofo canadense Marshall McLuhan cunhou a expressão “aldeia global” ainda nos anos 1960. Ele acreditava que, assim como os assuntos mundanos interessam a todos os indivíduos de uma mesma tribo, a comunicação de massa — via rádio e televisão — faria com que o círculo de empatia se expandisse por todo o globo, transbordando as fronteiras nacionais. “*Vivemos em um único espaço restrito em que ressoam os tambores tribais*”, escreveu McLuhan em *A Galáxia de Gutenberg*. Três décadas depois, uma combinação de fatores levou habitantes do mundo todo a se sentir de fato como parte de uma aldeia global. Graças aos provedores de internet e aos canais de televisão por assinatura, notícias produzidas em qualquer canto do planeta sensibilizavam telespectadores nas capitais ou vilas mais remotas.

***AQUI E AGORA - Cartógrafo faz imagens em 360 graus na Antártica para eternizar na internet o novo mapa-mundi***

Em 1990, o conflito no Golfo Pérsico tornou-se a primeira guerra da história transmitida ao vivo — pela CNN, a pioneira rede de televisão a cabo só de notícias, com alcance mundial. Com os produtores e os apresentadores instalados em um hotel de Bagdá, a capital do Iraque,





a Guerra do Golfo recebeu cobertura 24 horas por dia e foi transmitida sem edição. Até membros do governo do ditador iraquiano Saddam Hussein acompanhavam o noticiário. Foi a realização incontestável da profecia de McLuhan.

As pessoas, e não apenas a comunicação via satélite e cabos de fibra óptica, também cruzavam as fronteiras, em busca de melhores condições de vida. Em 1990, aproximadamente 440 milhões trocaram de país. Em 2000, já eram 682 milhões. O número de viagens internacionais não parou de aumentar. Há duas décadas, ocorriam 15 milhões de voos por ano. Hoje são 36 milhões. O total de passageiros multiplicou-se por quatro, segundo a Organização da Aviação Civil Internacional.

*Com as impressoras 3D e os robôs, diminuirá a vantagem em levar fábricas a países com mão de obra barata*

As mercadorias também ganharam mais trânsito atrás de mercados mais atraentes, e até as companhias passaram a circular pelo mundo, num processo que se iniciou na década de 1970, mas só alcançou tração mais tarde. Uma das pioneiras foi a GE, comandada pelo executivo Jack Welch. Para ele, uma empresa devia mais satisfação aos acionistas do que aos funcionários. Qualquer localidade poderia ser escolhida, desde que seguisse o imperativo de reduzir os custos e aumentar os lucros. Outra pioneira foi a Nike, que em 1975 instalou uma fábrica na China. O capital financeiro teve impulso e começou a garimpar oportunidades em todos os continentes, de dia ou de madrugada, indo e vindo ao sabor dos lucros e dos juros. O fluxo de capitais aumentou de 13,5 trilhões de dólares, em 2000, para 37 trilhões de dólares, em 2017.

A globalização — da comunicação, das pessoas, das empresas, do dinheiro — é um processo de séculos, que se estreitou na era das grandes navegações e na Revolução Industrial, mas sua etapa mais recente, pelo olhar dos historiadores, teve um marco inicial duplo: a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, dois anos depois. O espaço então foi

ampliado. A Guerra Fria, que dividiu o mundo entre Estados Unidos e URSS, acabou. A tecnologia e o fluxo livre de informações fizeram do planeta a aldeia global de McLuhan. Paralelamente a essa integração, cresceu o que hoje se entende por globalismo.

*“O globalismo vem da ideia de que há interesses que se sobrepõem aos temas individuais ou nacionais. Esse fenômeno está relacionado com as mobilizações sociais, como as preocupações ambientais, com os direitos humanos e as lutas das mulheres e dos negros”*, diz o sociólogo e historiador americano Howard Winant, da Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. O esforço para coibir o aquecimento global ilustra o conceito. Em 2015, 195 países assinaram o Acordo de Paris, para tentar conter o problema e amenizar seus impactos — até que Donald Trump, o mais isolacionista dos presidentes americanos recentes, excluiu os Estados Unidos do pacto global.

**CONTÊINERES - Herança da era das navegações do século XVI, eles são uma das ferramentas do vaivém de produtos**

Será que Trump é o prenúncio de uma reversão histórica? Os primeiros lances mais evidentes de que o mundo se globalizava foram recebidos com simpatia, temor, dúvida e desconfiança. Acreditava-se que o processo deixaria os ricos ainda mais ricos, a ponto de, em 1999, ambientalistas, *punks*, fabricantes franceses de queijo roquefort e políticos americanos protestarem nas ruas de Seattle, que sediava um encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Atualmente, a resistência à globalização existe sobretudo nos países desenvolvidos. As nações mais ricas têm sofrido para conseguir fazer sua economia crescer e precisam lidar com a insatisfação das pessoas de classe média que não têm formação universitária e vivem saudosas dos empregos do passado no setor industrial.



## REFLEXÕES XXXI

**ABANDONADOS** - *Em 2015, imigrantes sírios tentam atravessar, desesperadamente, a fronteira da Hungria com a Sérvia*



A consultoria McKinsey realizou diversos estudos sobre o futuro da globalização na tentativa de prever o que acontecerá nas próximas décadas. Uma das constatações é que o movimento de levar fábricas a países pobres, com mão de obra mais barata, sofrerá um revés. Com as impressoras 3D e o uso intenso de robôs nas fábricas, diminuirá a vantagem que antes elas haviam conseguido. Mais importante será ficar perto do mercado consumidor. No futuro, um cliente poderá entrar numa loja e encomendar um par de tênis, que será feito na hora e de acordo com a preferência do comprador. A volta das fábricas para o país de origem, contudo, não deverá melhorar os índices de emprego nas nações desenvolvidas, pois as novas instalações não farão uso intensivo de mão de obra.

As vagas estarão, cada vez mais, no setor de serviços. Atualmente, a rede de restaurantes McDonald's emprega 375 mil funcionários no mundo. Esse número é superior ao da fábrica de automóveis Toyota, a maior do planeta, que tem 370 mil trabalhadores. O comércio seguirá crescendo, sobretudo graças à exportação de produtos e serviços por pequenas e médias empresas, beneficiadas pelas plataformas criadas por gigantes do varejo e da tecnologia, como Amazon ou Alibaba. No plano da diplomacia, os contatos formais e burocráticos entre embaixadas e consulados perderam relevância. Pequenas empresas, prefeituras e ONGs movem-se com desenvoltura entre vários países. Com a ajuda da internet, seus gerentes conseguem realizar congressos, fechar acordos e criar projetos em uma velocidade que os diplomatas são incapazes de acompanhar.

*O comércio mundial multiplicou-se por oito desde os anos 1990, e o PIB per capita dos países aumentou, em média, 3%*

# UM MUNDO MAIS PLANO

A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA REDUZIU A DIFERENÇA DE RENDA ENTRE PAÍSES RICOS E PAÍSES POBRES...



## ...E GANHOU MAIOR APOIO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE:

ACREDITA QUE O COMÉRCIO INTERNACIONAL CRIA EMPREGOS



ACREDITA QUE O COMÉRCIO INTERNACIONAL AUMENTA OS SALÁRIOS



Fontes: FMI e Pew Research

O idioma das próximas etapas do globalismo, com a China avançando num ritmo avassalador depois de ter tirado mais de 500 milhões de pessoas da pobreza em duas décadas, deverá ser o mandarim. Da polarização entre Estados Unidos e União Soviética, o mundo poderá seguir para uma dicotomia entre Ocidente e Oriente. Nesse novo contexto, o Ocidente desenvolvido poderá cair em armadilhas protecionistas, um caminho escolhido por Trump. É improvável, contudo, que decisões arbitrárias possam reverter o processo mais amplo em curso. *“Ao elevar as taxas de importação de matérias-primas e produtos, Trump pode beneficiar fabricantes nacionais, mas onerará todo o resto da população com o aumento do custo de vida”*, diz Nicola Calicchio, diretor da McKinsey para a América Latina. *“Se optarem por se fechar, os países avançados apenas perderão relevância para o resto do mundo.”*

No cômputo geral, a globalização trouxe enorme riqueza para a humanidade. O comércio mundial multiplicou-se por oito desde os anos 1990, e o PIB *per capita* dos países, ainda que em velocidades diferentes, aumentou, em média, 3% ao ano na década de 1990. *“A globalização ajudou a impulsionar as nações em desenvolvimento que tinham custo de mão de obra baixo. No fim, esse processo foi positivo ao reduzir a desigualdade entre nações ricas e pobres”*, explica o economista Sérgio Firpo, professor do Insper, em São Paulo (veja o quadro acima). Em 2000, a ONU estabeleceu os Objetivos do Milênio. O primeiro deles era reduzir a população que vivia na pobreza à metade em 2015. A meta foi alcançada cinco anos antes, em 2010. Nesse período, a quantidade de gente que vive na extrema pobreza diminuiu em 1,1 bilhão. Segundo a ONU, o efeito da globalização em melhorar a renda das pessoas aconteceu principalmente em países do Hemisfério Sul. Além disso, o comércio entre países refreou a propensão às guerras. *“Uma das razões por que penso que não devemos bombardear os japoneses é que eles fizeram minha minivan”*, escreveu o jornalista americano Robert Wright no livro Não Zero: a Lógica do Destino

### Humano.

Nem tudo é simples assim. Em diversas nações, a globalização começou a formar cidadãos ressentidos por seu papel marginal no mercado de trabalho, por causa das novas tecnologias e pela transferência das indústrias para outras partes do mundo. *“A globalização está sob ameaça, tanto da direita quanto da esquerda”*, diz o sociólogo mexicano Gerardo Otero, professor da Universidade Simon Fraser, no Canadá. Do lado da esquerda, ele cita a eleição de Andrés Manuel López Obrador, o AMLO, no México. *“AMLO promove um tipo de nacionalismo e protecionismo com o objetivo de recuperar algumas atividades econômicas dentro do país”*, afirma Otero.

Nos países desenvolvidos, a ameaça brota da direita nacionalista. Nos Estados Unidos, Trump tem elevado impostos sobre produtos chineses e fechado as fronteiras a imigrantes. Na França, a Frente Nacional de Marine Le Pen chegou ao segundo turno nas últimas eleições, em maio de 2017. No caso de um fracasso do governo de Emmanuel Macron, o grupo pode ressurgir com força. Na Alemanha, o Alternativa para a Alemanha, avesso aos imigrantes e à União Europeia, conquistou cadeiras pela primeira vez no Parlamento, em 2017. *“Vivemos num mundo interconectado, em que todas as partes são afetadas pelo que fazemos”*, diz o economista americano Jeremy Rifkin, autor do livro *A Terceira Revolução Industrial*. O fundamental, neste momento, é não esquecer essa lição. ●

### **Duda Teixeira**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### A urgência do diálogo

**Klaus Schwab**



*As organizações multilaterais que atuam hoje foram fundadas há setenta anos e precisam ser reformadas para melhorar a vida*

Desde a II Guerra, e sobretudo nos últimos trinta anos, conectamos a humanidade entre cidades, Estados, continentes e culturas digitalmente, financeiramente e por meio do comércio e de cadeias de valor integradas. Isso resultou em um mundo de nível mais elevado e mais amplo de desenvolvimento humano do que em qualquer outro momento da história, com redução da mortalidade infantil e materna, maior expectativa de vida, menores níveis de pobreza e maiores oportunidades. As Metas de Desenvolvimento Sustentável, acordadas na ONU em 2015, até chegaram a contemplar a erradicação da pobreza. Fizemos tudo isso por meio da globalização, da liberalização do comércio e dos fluxos de capital e do compartilhamento, em grande escala, de informação, conhecimento e opinião. Levamos o modelo ao seu limite e agora estamos experimentando uma reação negativa.

***NÃO HÁ VAGAS - Relevo em madeira pintada com tinta acrílica, 1965, 194 cm x 142 cm***

Temos agora indivíduos privilegiados em detrimento da comunidade; e priorizamos os mercados sobre o contrato social. Muitas pessoas estão insatisfeitas.

Existe um grande contraste entre a





escala da economia global e as diferenças profundas em nossa sociedade mundial. O senso de comunidade perdeu força e o número de pessoas que reconhecem a necessidade de buscar programas comuns para avançarmos em nossos interesses coletivos é muito menor. O atual sistema de governança global está abalado: as organizações multilaterais atuais foram criadas setenta anos atrás para enfrentar os desafios de um planeta muito diferente. Apesar de essas organizações ainda serem fundamentais, sua reestruturação é essencial. Como consequência da rápida evolução e da complexidade do mundo moderno, estamos preocupados com a gestão de crises em vez de atentarmos em como podemos influenciar o futuro de um modo mais construtivo.

Tal quadro intensificou as tensões nacionalistas e tem causado ondas de migração forçada. Isso contribuiu para os desafios enfrentados pelos governos representativos, que formaram a ordem internacional no século XX. A cooperação global e uma ordem internacional baseada em regras estão sob pressão em economias avançadas e no mundo em desenvolvimento. Da mesma forma, na medida em que a população da Terra cresceu de 3 bilhões, em 1960, para 7,6 bilhões, atualmente, com pessoas urbanizando-se, viajando, fabricando, consumindo e desperdiçando mais do que nunca, estamos desestabilizando a biosfera e testando os limites do planeta, causando fortes alterações no clima e nos oceanos.

A Quarta Revolução Industrial — a transformação mais profunda do cenário tecnológico em mais de dois séculos — está alterando estruturas sociais, modelos de negócios e a condução de guerras, desafiando Estados e governos em todo o globo. Na próxima década, essa revolução transformará o emprego e a educação e confrontará nossas sociedades com questões sobre a natureza do conhecimento e o significado do trabalho e da identidade humana.

Precisamos criar um novo sistema e uma estrutura de cooperação nacional, regional e global que preserve os sucessos alcançados e resolva os desafios que enfrentaremos



no futuro. Temos de fazer isso com urgência, antes que uma perversa combinação de insatisfação social, populismo e protecionismo acabe em tragédia.

Esse novo cenário de cooperação global precisa refletir que a Terra passou de um sistema unipolar para multipolar — e também de um mundo uniconceitual para multiconceitual. Isso significa que a nova estrutura deve ser capaz de integrar diferentes sistemas políticos, econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que reconhece os valores básicos essenciais para uma convivência harmoniosa. Mais: ela deve integrar as preocupações dos segmentos da população que estão se sentindo deixados para trás.

*“Nossa missão não será fácil. Novas ordens regionais ou globais geralmente só são construídas após grandes guerras”*

Precisamos reduzir a desigualdade aguda, criar oportunidades de crescimento social e construir redes de segurança social para as pessoas que não podem ser reeducadas para as profissões que devem surgir dos novos modelos econômicos. Devemos transformar a educação e o treinamento para viabilizar a mobilidade horizontal e promover o ensino durante a vida toda, construindo capital social e coesão para poder compartilhar responsabilidades. Globalmente, é importante buscar mais cooperação para combater o terrorismo, o extremismo violento e o crime organizado, e fomentar a segurança cibernética. Devemos restabelecer a justiça e a vitalidade dos regimes de comércio internacional para evitar o deslocamento das cadeias de valor globais, o que reduz o crescimento e aumenta as tensões geopolíticas.

Nossa missão não será fácil. Novas ordens regionais ou globais geralmente só são construídas após grandes guerras. As reuniões em Bretton Woods e São Francisco são um exemplo. Mas precisamos de um sentido renovado de interesses e de valores comuns para incentivar as pessoas e os Estados a aceitar regras em suas interações. Precisamos de acordos para enfrentar os desafios dos bens globais. Em um planeta

multipolar, esses acordos não podem ser impostos por meio de processos políticos tradicionais. Para garantirem eficácia e legitimidade, eles devem ser bem concebidos e cocriados. Precisamos de diálogos inclusivos entre todas as partes interessadas — governo, empresas, sociedade civil, academia, juventude e mídia — para propor uma estrutura global desejável que reflita as perspectivas de cada sociedade nacional e atenda à rápida transformação do mundo.

O objetivo do Fórum Econômico Mundial, e especialmente da próxima Reunião Anual em Davos, é iniciar um entendimento abrangente e o desenvolvimento de uma nova estrutura de cooperação global. O Fórum, a maior plataforma mundial para múltiplas partes interessadas e reconhecido como Organização Internacional para a Cooperação Público-Privada, tem a capacidade e a responsabilidade de coordenar esse diálogo. O Fórum também é um catalisador de novas ideias por meio de suas redes científicas e acadêmicas. Isso requer envolvimento e acompanhamento para alinhar posições e produzir resultados acionáveis. O Fórum está preparado para fornecer o “sistema operacional” para esse esforço global durante os próximos anos.

Após a II Guerra, os líderes de todos os setores da sociedade se reuniram para estabelecer as estruturas globais necessárias para a convivência, dentro de um ambiente de paz, segurança e prosperidade contínuas. Eles criaram as organizações e processos institucionais que eram essenciais para alcançar essa meta. No entanto, o planeta mudou muito desde então. Precisamos de uma nova abordagem, na qual — todos juntos — criaremos nosso próprio futuro global por meio de um compromisso para melhorar o mundo. ●

**Klaus Schwab:** fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial  
Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 6. A prosperidade: nova revolução

**Marcelo Sakate**

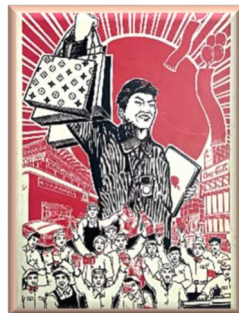


*A tecnologia, o principal motor de inclusão, pôs o capitalismo em outro ciclo de desenvolvimento*

Preste atenção no desenho abaixo. Haveria algo de muito falso ao representar chineses mesmerizados por alguns dos ícones do consumo capitalista? Definitivamente a resposta é não. Basta citar este dado avassalador: um em cada três iPhones vendidos no planeta foi para as mãos de um chinês. Isso representa 243 milhões de usuários. Se formasse um país, esse contingente teria a quinta maior população do globo, superada apenas pela da própria China, da Índia, dos Estados Unidos e da Indonésia. Por trás desse número há mais do que a evidente constatação de que a abertura da China comunista à economia capitalista, iniciada na década de 1970, está consolidada. O que essa nova realidade experimentada pelos chineses deixa claro é que o avanço da tecnologia passou a ocupar o lugar das revoluções na ambição de levar prosperidade material ao maior número possível de pessoas.

***ÀS COMPRAS, CAMARADAS! - No estilo do realismo socialista, os hábitos de consumo na China***

Não se trata de um consumismo que acaba em si mesmo. Impulsionada pela internet — da qual o célebre modelo de celular lançado por Steve Jobs em 2007 soube se valer tão bem —, a era virtual permitiu que milhões de cidadãos em todos os continentes prosperassem, pelo simples fato de passarem a ter acesso a uma gama



variadíssima de mercados e serviços dos quais até então se viam excluídos. Pagar contas, comprar, fazer cursos a distância, consultar-se com especialistas — tudo o que um simples *smartphone* possibilita hoje em dia a centenas de milhões de usuários significa inclusão. Não por acaso, o Nobel de Economia de 2015, Angus Deaton, um dos maiores estudiosos da atualidade em questões sociais, é taxativo: *“hoje vivemos melhor do que em qualquer outro momento da história”*.

Se desde a Revolução Industrial o capitalismo se movimenta em ciclos que alternam crescimento e recessão, como teorizou, na década de 1920, o economista russo Nikolai Kondratiev (1892-1938), existe, ao mesmo tempo, de acordo com Deaton, uma “força coletiva racional” que guia o mundo, em longo prazo, para a solução de problemas sociais como a pobreza, levando ao avanço na qualidade de vida. Assim, estaríamos orgulhados, neste momento, em um duradouro ciclo de prosperidade. Naturalmente, ele não atinge de maneira igualitária todos os países, devido ao protecionismo, a políticas populistas e outros fatores. A Argentina é um bom exemplo. Apontada como uma nação que dispunha de fartas condições para se desenvolver, ela não só perdeu o rumo do progresso como tem falhado miseravelmente em suas tentativas de retomada do crescimento.

A história das últimas décadas ensinou também que a prosperidade decorre de leis e práticas que estimulam e permitem que os indivíduos trabalhem e sejam produtivos. O respeito aos contratos, o combate aos privilégios e a estabilidade das instituições são elementos comuns a países que conseguiram romper a barreira que separa os pobres dos emergentes, e estes dos desenvolvidos. Tome-se o caso da Coreia do Sul. Em quarenta anos, os sul-coreanos deixaram a condição de nação pobre para ingressar no seletorol das economias desenvolvidas. A priorização da educação, uma estratégia de apoio ao crescimento da indústria local associada ao cumprimento de metas — algo ausente na cultura brasileira

## **REFLEXÕES XXXI**

---

de concessão de incentivos — e a abertura comercial foram alguns dos pilares do milagre de Seul. Não, a prosperidade não é uma invenção. ●

**Marcelo Sakate**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

LUIZ BIANCHI

### 7. A desigualdade: fosso perigoso

**Roberta Paduan**



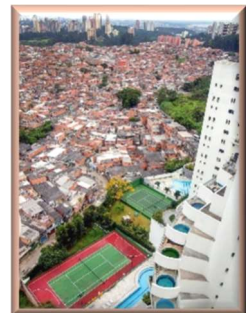
*Por que combater a disparidade social é fundamental para manter o equilíbrio, sem riscos totalitários, de qualquer sociedade*

O abismo econômico entre ricos e pobres foi tratado por economistas como tema marginal ao longo dos últimos cinquenta anos. Isso se deve, entre outros motivos, ao fato de que, durante a Guerra Fria, qualquer debate sobre a distribuição de renda acabava fatalmente contaminado pela polarização ideológica do período. Assim, muitos acadêmicos preferiram direcionar esforços para estudar os meandros do crescimento econômico, quase sempre baseados no raciocínio de que é preciso primeiro crescer para depois dividir o bolo, máxima que se popularizou na boca do então ministro da Fazenda Delfim Netto, ainda durante o regime militar.

Esse entendimento começou a mudar nos anos 2000, na Europa. Governos passaram a se dar conta de que, apesar de seus esforços em extinguir a pobreza e gerar emprego, a disparidade crescente entre o topo e a base da pirâmide originava novos problemas, aí incluídos a

*Abismo – A foto, de 2005, é um ícone das diferenças econômicas ao mostrar a favela e um prédio de luxo em São*

Paulo. A xenofobia, o terrorismo e outros males. Em 2013, o economista francês Thomas Piketty tornou-se uma celebridade ao lançar o livro *O Capital no Século XXI*, um inventário da desigualdade no mundo desde a Revolução Industrial até os



tempos atuais. Algumas constatações da Pesquisa Desigualdade Mundial 2018, coordenada por Piketty: a fatia da renda nacional que ficava nas mãos dos 10% mais ricos dos Estados Unidos era de 30% em 1980 e passou a 40% em 2014; na Rússia, a concentração de riqueza subiu de 21% para 46% entre 1980 e 2016; e a China, embora sendo o país mais bem-sucedido do mundo em reduzir a pobreza, não conseguiu desempenho igual no que se refere à desigualdade. Resultado: nos anos 1970, os 10% mais ricos detinham cerca de 27% da riqueza da China. Em 2015, abocanhavam 42% dos ganhos totais do país. No Brasil, mundialmente notório pelo seu nível obscuro de desigualdade, essa proporção é ainda maior: quase 30% de toda a renda fica nas mãos de apenas 1% da população.

Em seus estudos, Piketty tentou explicar a força inexorável da desigualdade mesmo em tempos de bolo crescendo: a renda dos mais ricos, diz ele, quase sempre aplicada em investimentos financeiros, tende a crescer em ritmo mais acelerado que a renda de alguém que não possui nada além dos ganhos com seu trabalho. Em entrevista a VEJA, em 2014, dois anos antes da vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, ele esclareceu por que o problema é preocupante.

*“Precisamos mostrar que existem maneiras de repartir os ganhos da globalização de forma mais equilibrada. Para que o processo virtuoso do capitalismo continue, é necessário que todos se beneficiem; caso contrário, surgem tentações como as que assombram a Europa de hoje. Quando não conseguimos resolver nossos problemas, procuramos um culpado, que pode ser o imigrante, a Alemanha, a China, o Brasil.”*

A desigualdade não mina as democracias apenas porque potencializa a violência, a disputa entre grupos ou a eclosão de conflitos sociais. O fracasso em distribuir a riqueza de forma menos desigual ameaça os regimes livres, sobretudo porque abre uma perigosa fenda por onde se esgueiram oportunistas de todos os matizes ideológicos — com seus alvos de ocasião e

## REFLEXÕES XXXI

---

uma solução simples para cada problema complexo. ●

**Roberta Paduan**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

LUIZ BIANCHI



### Chaga nacional

**José Roberto Afonso e Marcelo Medeiros**



*Em detrimento dos mais pobres, o Estado brasileiro cultiva a concentração de renda, que dificulta o que o capitalismo tem de melhor: a*

*competição criadora*

O Brasil é extremamente desigual. Perto de um quarto de toda a renda do país é recebido pelo 1% mais rico da população. A concentração do patrimônio é ainda maior, apontam estudos recentes feitos pelo Ipea. As evidências das diferenças não param aí: homens ganham mais que mulheres, brancos mais que negros, o Sudeste é mais vantajoso que outras regiões...

Não se trata apenas de um problema de justiça: a desigualdade eleva os custos e os riscos para a economia. Dinheiro é poder — e riqueza demais significa uma capacidade desproporcional de influenciar a política. A concentração extrema também facilita monopólios e dificulta aquilo que o capitalismo tem de melhor: a competição criadora. Em um ambiente assim, é mais fácil capturar o Estado para obter benefícios particulares. A desigualdade alta atrapalha o desenvolvimento do país.

A história mostra que não é simplesmente o nível de crescimento, de abertura da economia ou de intervenção do Estado que determina o comportamento da desigualdade. É a forma desses processos que faz o país ser mais ou menos desigual. A concentração de renda e de riqueza é resultado de escolhas feitas no passado e no presente, que afetarão várias gerações no futuro. Ela, que já era muito alta no Brasil rural de 1920, subiu ainda mais até o fim da ditadura Vargas. Depois

disso, caiu sistematicamente até 1964, em uma das fases de maior crescimento da economia brasileira. A situação mudou de novo com o golpe militar. Na ditadura, durante os quatro anos de estagnação que antecederam o crescimento acelerado a partir de 1968, a desigualdade disparou e continuou subindo para os maiores níveis da história brasileira até a restauração da democracia. A partir daí surgiram os primeiros sinais de queda, que nos dados tributários e nas pesquisas de mercado de trabalho ficaram mais evidentes depois da década de 1990. Nos anos 2000, a concentração no mercado de trabalho diminuiu, mas no fim daquela década foi contraposta por um aumento do peso do capital na desigualdade. Nos últimos dois anos, os sinais não são claros, porém, ao que parece, a desigualdade pode estar aumentando novamente.

*“Não se pode continuar a prometer proteção a quem tem pouco enquanto se oferecem privilégios a quem tem mais”*

Não é fácil tornar um país tão desigual. É preciso combinar uma série de fatores para produzir isso. A desigualdade não tem causa única e, por esse motivo, não terá solução simples. Melhorias educacionais, reformas tributárias, políticas regionais, redução da discriminação — nenhuma dessas medidas isoladamente será capaz de trazer o Brasil a níveis aceitáveis de desigualdade em um prazo razoável.

Sempre há alguma controvérsia sobre o que fazer. No entanto, existem coisas que precisam mudar. Uma parte nada desprezível da desigualdade brasileira é resultado de privilégios, vantagens que são concedidas a quem é mais rico e que não chegam à massa da população. Esses privilégios nem sempre são óbvios e seus efeitos exatos são difíceis de medir.

A forma de cobrar tributos no Brasil é um caso notório de como as políticas públicas não apenas deixam de corrigir, mas ainda agravam a desigualdade. Do total da carga tributária, 40% provêm diretamente de incidência sobre mercadorias e serviços. Essa proporção chega quase à metade se levarmos em conta que ela é a base de parcela de outros tributos. É

## REFLEXÕES XXXI

muito mais fácil tributar uma venda do que lucros ou propriedades; do mesmo modo, é também menos transparente — não se sabe quanto de imposto há embutido no que se compra; contudo, isso se torna evidente quando o valor vem descontado no contracheque ou é preciso ser recolhido em uma guia. O fácil e o opaco são um atalho para a tributação perversa.

Ao tributar pesadamente o consumo, atinge-se quem mais gasta, em termos proporcionais: os 10% mais pobres da população consomem 25% a mais que sua renda familiar, enquanto os 10% mais ricos só gastam 55% do que ganham. Logo, depois de simulado quanto se paga direta e indiretamente de impostos, a carga daqueles que menos ganham é de 53% de sua renda familiar, contra 23% dos que têm maior renda. Dessa forma, diferentemente da maioria das economias avançadas, o Brasil fica mais desigual depois de cobrar impostos. Quando governos devolvem os recursos à sociedade na forma de gastos públicos, poderiam tentar compensar a distorção tributária. Simulações revelam que a maior contribuição estatal redistributiva se dá na educação e na saúde; entretanto, tais gastos vêm perdendo cada vez mais espaço para a previdência social (tais benefícios do regime geral explicam 8% da renda dos 20% mais pobres do país, contra 19% dos 20% mais ricos — isso se agrava ainda mais se contados os regimes dos servidores). Da mesma maneira, se computados também as isenções, os subsídios e os juros da dívida, a estrutura de gastos públicos no Brasil funciona como uma espécie de Robin Hood ao revés.

**ELEVADOR SOCIAL** – Acrílica sobre madeira,  
1966, 138 cm x 125 cm

A ideia de que reformas fatalmente prejudicariam os mais pobres é mais uma faceta da desigualdade no acesso ao conhecimento, em particular de como instituições e políticas públicas no país não privilegiam os menos



favorecidos. O caminho de reformas é inexorável; todavia, a depender do que se faça ou não nos próximos anos, corremos o risco de tornar nossos sistemas, do tributário ao previdenciário, ainda mais desiguais para as próximas gerações. Continuar a tributar pesadamente mercadorias enquanto se cobra mal de serviços e direitos de imagem, beneficia os de maior poder aquisitivo, que mais e melhor acessam a economia moderna. É o caso de endurecer o acesso à previdência social para quem é pobre, com mulheres sem empregos estáveis, ao mesmo tempo em que se diferenciam regras de idade para favorecer certas categorias especiais de servidores públicos, como militares e policiais civis, sem fazer com que paguem mais ou ganhem menos em decorrência das vantagens que vão receber, como ocorre em outros países? Somem-se a isso o Sistema Único de Saúde sucateado e sobrecarregado, o pouco acesso dos mais pobres ao ensino médio e superior, a assistência social tímida, que não se expande nos momentos de crise, e os pilares de um país desigual estão formados.

Nenhum desses problemas tem solução trivial, e dificilmente isso pode ser mudado de forma rápida. Mas não há como negar que uma parte importante de nossa desigualdade é resultado de decisões políticas. Não se pode continuar a prometer proteção a quem tem pouco enquanto se oferecem efetivamente privilégios a quem tem mais. Pior que nascer pobre é saber que a ação do governo ao longo de sua vida não o tira da pobreza e ainda o torna cada vez mais distante dos mais bem-nascidos. O Estado brasileiro com uma das mãos afaga os pobres, porém com a outra acaricia os ricos — e isso torna o Brasil cada vez mais desigual. ●

**José Roberto Afonso:** pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)

**Marcelo Medeiros:** pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor da Universidade de Brasília (UnB)

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## 8. A pobreza: mal que persiste

**Eduardo Gonçalves**

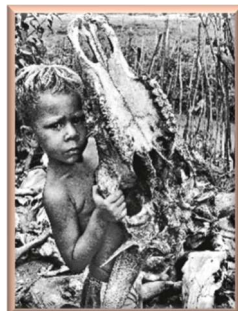


*A história do combate à miséria mostra que políticas públicas só funcionam quando aliadas ao desenvolvimento econômico*

O episódio de um desempregado que rouba um pão ao ver a família passar fome e por isso é preso tornou-se enredo de um dos romances mais conhecidos de Victor Hugo, *Os Miseráveis*, de 1862. Foi a primeira obra relevante a ter como tema a miséria, num período em que a pobreza era considerada parte da ordem natural das coisas. Desde o lançamento de *Os Miseráveis*, levou pelo menos um século para que o mundo começasse a enxergar a justiça social como fator indissociável do avanço econômico e a perceber que, se todos os setores da sociedade acumulassem mais riqueza, um país aceleraria seu desenvolvimento. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), dois terços da taxa de redução de pobreza no mundo decorrem do crescimento econômico. A China é o exemplo mais patente: entre 1981 e 2001, 680 milhões de chineses ascenderam na escala social, beneficiados pela abertura econômica e por investimentos em educação, que levaram o país a ter uma

***RETROCESSO – A fome na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (em foto de 2002), é uma vergonha nacional***

alta anual do PIB de 8% em média na última década. O Brasil é outro exemplo de avanço: nos anos 2000, 16 milhões de pessoas deixaram a pobreza graças a políticas de transferência de renda e ao



crescimento econômico decorrente da expansão do agronegócio — por sua vez, beneficiado pelo preço das *commodities*.

Ainda assim, há hoje 1 bilhão de pessoas no planeta que vivem com menos de 1,90 dólar por dia, o parâmetro internacional que define a pobreza. A maior parte desse contingente está na África e em países da América Latina e da Ásia. São bolsões de miséria num mundo que nunca foi tão rico. Segundo dados do Banco Mundial, o PIB *per capita* global já chega a 10 700 dólares — um aumento de 1 400% em relação a cinquenta anos atrás. Naquela época, a pobreza era retratada como fenômeno localizado, em geral ligado ao homem do campo, e não como uma chaga econômica que precisava ser combatida.

No Brasil, essa ideia estava cristalizada nas gerações dos boias-frias — trabalhadores rurais que, depois da criação da CLT, foram removidos das casas que ocupavam nas propriedades rurais para as periferias das cidades. Outro grupo social que definia a pobreza como fenômeno localizado eram as famílias nordestinas que, fora do período de safra, buscavam nos lixões a céu aberto o seu alimento.

Na década de 1990, já se falava da pobreza como um mal sistêmico, impulsionado pelo crescimento desordenado das cidades: havia 60 milhões de miseráveis no Brasil. Naquele momento, a população de rua não se resumia a indivíduos com histórico de alcoolismo ou doenças mentais, mas a trabalhadores com carteira assinada que se despediam todos os dias da família para trabalhar e voltavam à noite para o que chamavam de casa — em geral, um espaço improvisado embaixo de um viaduto. Estava claro que o Brasil nunca se desenvolveria se não agregasse ao cotidiano econômico essa massa de miseráveis.

Em 2000, a ONU estabeleceu como meta reduzir à metade a pobreza do planeta num prazo de quinze anos. Esse objetivo foi atingido antes desse período graças aos esforços da China e do Brasil. Os chineses continuam melhorando seus

## REFLEXÕES XXXI

---

indicadores, mas o Brasil retrocedeu. A pesquisa nacional mais recente revelou que o país teve uma alta de 11% no contingente de extremamente pobres, que passou de 13,34 milhões, em 2016, para 14,83 milhões, em 2017. A explicação é simples: a crise econômica fulminou o emprego entre os mais pobres e minou a capacidade financeira do governo de ajudá-los. “Essas pessoas até recebem o Bolsa Família, mas não é possível sustentar uma casa com 200 reais por mês sem um emprego”, explica o economista Cosmo Donato, da LCA. O sucesso no cumprimento da primeira meta fez a ONU dobrar a aposta para os quinze anos seguintes. Para o Brasil, será muito difícil cumpri-la. A Índia deverá ser o próximo a liderar a guerra contra a pobreza, segundo projeções feitas pela Economist Intelligence Unit (EIU). A história mostra que políticas públicas mitigam o estrago causado pela diferença de oportunidades em um país —, mas só o dinamismo econômico é capaz de reduzir a miséria. ●

**Eduardo Gonçalves**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601



### 9. O bem-estar social: o desafio do século

**Marcela Mattos**



*O envelhecimento da população e os fluxos migratórios ameaçam um belo achado: as nações que dão ampla proteção a seus cidadãos*

As origens do estado de bem-estar social remontam a séculos, mas seu impulso decisivo aconteceu nos países europeus depois da II Guerra Mundial: governos de direita e de esquerda passaram a adotar uma política de proteção ampla de seus cidadãos — e, nesse novo cenário, a Suécia tornou-se um caso modelar. Hoje, com índice notável de desenvolvimento humano, a Suécia desconhece a pobreza, tem salário médio de 14 000 reais, expectativa de vida de 84 anos no caso das mulheres. Mais: 83% dos adultos concluíram o ensino médio, a maioria em escolas públicas, e a taxa de homicídios é de dar inveja a qualquer brasileiro — o país nórdico leva um ano para matar o mesmo número de cidadãos que a Bahia, apenas a Bahia, mata em seis dias.

Apesar de tudo isso, o século XXI começa a pôr em xeque o Estado de bem-estar social mesmo em casos tão bem-sucedidos como o da Suécia. Motivo: o governo de Estocolmo está enfrentando dificuldades para manter os níveis de qualidade de vida devido ao envelhecimento da população e ao acolhimento de imigrantes, situações que

***MAI-ESTAR - Com as pessoas cada vez mais longevas, até na Suécia já é difícil manter os níveis de qualidade de vida***

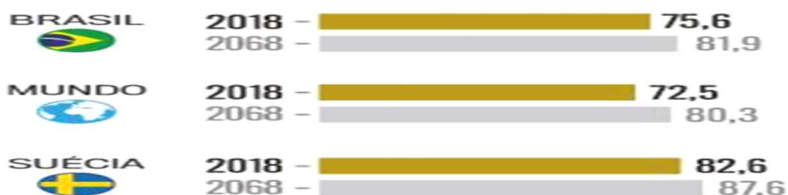




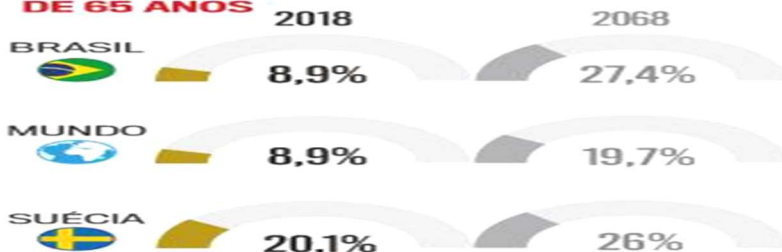
## O PLANETA ESTÁ ENVELHECENDO

A pedido de VEJA, o Frederick S. Pardee Center for International Futures, respeitado centro de estudos americano, preparou uma projeção da idade da população para os próximos cinquenta anos. Os dados mostram que, de norte a sul, o mundo tende a envelhecer, o que desafia os governos a redirecionar as políticas trabalhistas e assistenciais

### EXPECTATIVA DE VIDA (em anos)



### POPULAÇÃO ACIMA DE 65 ANOS



### IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO



afligem outras nações europeias e até mesmo o Brasil.

Enquanto a Europa do pós-guerra fortalecia as bases do Estado de bem-estar social, na mesma época o Brasil movia-se num sentido semelhante, com a ampliação dos direitos trabalhistas e da cobertura previdenciária. No entanto, o Brasil nunca conseguiu derrotar a miséria. Em 2002, ano da primeira eleição do presidente Lula, 53 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza. Do total, 23 milhões não tinham recursos nem mesmo para comer. Depois de uma melhoria nos anos do governo do petista, a situação voltou a piorar e, atualmente, 52 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, segundo o IBGE. Uma das causas desse problema continua sendo a aplicação ineficiente do dinheiro arrecadado dos contribuintes. Gasta-se muito com quem menos precisa — e vice-versa.

*“A gente tem de fazer uma opção pelos mais pobres. O Brasil, nos últimos trinta anos, jogou dinheiro de helicóptero”,* diz o ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Neri, especialista em desigualdade social. Neri critica especialmente as despesas com aposentadorias e pensões. Nos próximos cinquenta anos, calcula, a população brasileira idosa crescerá cinco vezes mais do que a japonesa. O custo financeiro do envelhecimento populacional é pesado até para a Suécia, cuja população com mais de 65 anos dobrou desde 1970.

Autor do livro *Desmascarando a Utopia: Expondo o Mito do Socialismo Nórdico*, Nima Sanandaji contou a VEJA como a vida mudou em seu país: *“os aposentados suecos não estão morrendo de fome, mas não têm condições de comprar uma casa e alguns vivem com uma alimentação básica, comendo apenas macarrão”*. A Suécia também lida com o desafio da imigração. De 2015 para cá, cerca de 220 000 pessoas solicitaram asilo ao país, o que significa mais gente dependendo da ajuda do Estado para sobreviver e conseguir um emprego.

O movimento gerado pelas migrações é tema da Agenda 2030, pacto assinado pelos 193 Estados-membros da ONU que tem a

ambiciosa meta de erradicar a fome e a pobreza extrema no mundo nos próximos doze anos. Uma das propostas é facilitar a migração de forma ordenada, medida que enfrenta resistência até em países historicamente simpáticos à ideia. *“Esse tipo de migração, que vemos como algo temporário, pode se tornar estrutural, e não apenas por motivos políticos. Podemos encontrar lugares no mundo que terão problemas de acesso à alimentação, à água e a tudo o que está em análise de mudança climática”,* diz George Molina, economista-chefe para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A migração e o envelhecimento são os principais desafios a ser superados. A pedido de VEJA, o Frederick S. Pardee Center for International Futures, um centro americano de estudos para o futuro, preparou uma projeção sobre a idade da população nos próximos cinquenta anos. Os dados são taxativos: a população mundial tende a envelhecer — e, no caso do Brasil, em maior velocidade (veja o gráfico acima). Sergei Suarez, doutor em economia e ex-presidente do Ipea, adverte: *“Se não houver reforma, em 2068 os gastos do governo serão exclusivos aos aposentados. Ou a gente reforma, ou o futuro do Brasil será o de mal-estar total”*. ●

**Marcela Mattos**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 10. O trabalho: a inovação inclusiva

**Erik Brynjolfsson**



*A tecnologia gera riqueza, mas também desigualdade. Ela só não extinguirá milhões de atividades se for usada de modo criativo*

Em um artigo publicado no jornal *The New York Times* seis anos atrás, eu avisei que, mesmo com a tecnologia impulsionando a produtividade e o crescimento econômico, muitas pessoas estavam sendo deixadas para trás com salários medianos e estagnados desde o fim da década de 1990. De lá para cá, a economia criou 151 milhões de empregos em todo o mundo, porém o desafio continua: não há postos com remuneração boa o suficiente. Como dizia o economista americano Robert J. Gordon, *“não temos um problema de quantidade de trabalho, temos um problema na qualidade do trabalho”*.

Assim, embora possa ajudar, a tecnologia sozinha não consegue trazer uma solução. A inovação tecnológica há muito tempo é um impulsionador da criação de riqueza. Temos mais milionários e bilionários do que nunca, e sete das empresas mais valiosas do planeta — Apple, Amazon, Google, Microsoft, Facebook, Alibaba e Tencent - são de tecnologia.

***POSSO SERVIR? - Robô-garçonete atende clientes em uma pizzaria no Paquistão: a automação provoca espanto crescente***

E não somente essas, de negócios digitais, estão transformando o mundo, mas também as empresas de setores tradicionais como as de Elon Musk —



## REFLEXÕES XXXI

---

Tesla, SpaceX e Solar City —, dependentes do desenvolvimento de novas tecnologias e que estão impulsionando mudanças na indústria automobilística, de aviação e energia.

A tecnologia, no entanto, enfrenta uma reação ascendente e é cada vez mais responsável pela crescente desigualdade e pela falta de demanda em muitos tipos de ocupação. O aumento da automação de tarefas repetitivas resultou em um mercado de trabalho sem equilíbrio, com muitos empregos de alta qualificação com bons salários e ocupações de baixa qualificação e remuneração reduzida, ocasionando um esvaziamento dos postos intermediários. E, para muitos trabalhadores, essa transição tem sido mais do que uma teoria econômica. É uma realidade dolorosa vivida todos os dias.

A pesquisa pioneira dos economistas americanos Anne Case e Angus Deaton, que documenta o crescente número de suicídios e de mortes por alcoolismo entre a classe trabalhadora, consegue trazer uma indicação sobre os efeitos capciosos da estagnação salarial. Ao analisar esses números, minha aposta é que nós devemos e podemos fazer melhor. Como? Usando a tecnologia para não somente criar riqueza como também empregos — e de qualidade. Em outras palavras, podemos inovar de maneira a não só proporcionar prosperidade para poucos, mas prosperidade compartilhada para muitos. Inventar um futuro em que o trabalho será melhor do que o que conhecemos hoje. Contudo, criar um futuro com indústrias e postos que ainda não existem requer uma liderança visionária e ação imediata. Precisamos reconhecer e recompensar os inovadores inclusivos que já estão seguindo essa tendência. Esses inovadores são empresários de todos os setores e origens que usam uma variedade de ferramentas e tecnologias com um objetivo comum: a prosperidade compartilhada.

Um estudo recente da consultoria Accenture estimou que 65% das crianças que atualmente estão na escola terão empregos que ainda não existem. Não podemos prever com exatidão

quais serão eles, mas podemos antecipar em quais mercados aparecerão e nos preparar para isso. Habilidades técnicas, como codificação e análise de dados, aprendidas por meio da engenharia e da matemática, permanecerão fundamentais nos próximos anos. Além disso, como argumento em *A Segunda Era das Máquinas*, as inovações permitidas pela inteligência artificial e pelas máquinas que aprendem muitas vezes aumentam a demanda por capacidades claramente humanas, a exemplo da empatia, como complemento das ciências exatas.

Na América Latina, a *Laboratoria*, um treinamento de ciência da computação com duração de seis meses, está ensinando a mulheres de baixa renda tanto habilidades técnicas quanto habilidades pessoais, como trabalho em equipe e colaboração, exigidas de programadores e *designers* de aplicativos. Após a formatura, 80% das alunas da *Laboratoria* encontram ocupações que pagam três vezes o que ganhavam antes do curso. O ex-presidente Barack Obama reconheceu seu impacto quando disse que “*a taxa de sucesso da Laboratoria foi extraordinária*”.

Embora esse seja um exemplo promissor, a criação e a preparação de trabalhos do futuro não são suficientes. É preciso aproveitar a mão de obra que não será incluída rapidamente pelos treinamentos mundo afora. Felizmente, os empreendedores estão resolvendo esse descompasso entre oferta e demanda de mão de obra usando plataformas digitais e algoritmos. A empresa *Apli*, que funciona como agência de empregos, utiliza tecnologia para automatizar os processos de recrutamento. Um *chatbot* dotado de inteligência imita uma entrevista para candidatos subempregados — estudantes, mães solteiras, trabalhadores intermitentes —, reunindo de forma precisa mais informações sobre eles do que uma equipe de recursos humanos poderia fazer. Essa abordagem é mais objetiva em termos de tempo e recursos, preenchendo os postos de trabalho em 24 horas, e não em 52 dias, o ciclo médio de recrutamento.

Com o mercado de trabalho mais eficiente, empregados e

empregadores vão ganhar. Todos têm um papel para cumprir na promoção da inovação inclusiva. Empreendedores focados em criação de empregos, desenvolvimento de habilidades e combinação de oportunidades precisam do apoio de um forte ecossistema de inovação. Os líderes do setor público podem defender o empreendedorismo e o futuro das políticas de trabalho. A comunidade de investimentos pode levar os empreendedores para fora dos centros de inovação típicos, como o Vale do Silício, e disseminar os recursos de forma mais ampla. Universidades, escolas técnicas e até mesmo escolas primárias podem trabalhar para preparar as pessoas para prosperarem nesse novo ambiente.

No Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), lançamos o Desafio de Inovação Inclusiva (IIC, na sigla em inglês) para reconhecer e premiar os inovadores com 1,5 milhão de dólares em apoio ao seu trabalho. Tanto a Laboratoria como a Apli, que citei anteriormente, são exemplos vencedores da IIC na América Latina. Enquanto os empreendedores usam a tecnologia como uma ferramenta para promover a prosperidade compartilhada em nossa economia digital, uma ampla rede de interessados deve ajudar a catalisar seu sucesso.

A tecnologia tem sido uma faca de dois gumes, criando uma riqueza recorde, mas também deixando as pessoas para trás. A resposta não é abandonar a tecnologia, e sim ser criativo na maneira como a empregamos. ●

**Erik Brynjolfsson:** diretor do centro do MIT para Negócios Digitais, professor do MIT Sloan School of Management, pesquisador associado do National Bureau of Economic Research e coautor de *A Segunda Era das Máquinas*, escrito com Andrew McAfee.

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601



## 11. O lucro: além do capital

**Ernesto Neves**



*O capitalismo ainda busca resultados positivos —, mas, numa virada histórica, descobre que ganhará ainda mais com o respeito*

*ao meio ambiente*

Desde que o filósofo escocês Adam Smith (1723-1790) cunhou as bases do liberalismo em sua obra fundamental, *A Riqueza das Nações*, o lucro é uma questão central do capitalismo. Para prosperarem, os negócios — da padaria de bairro ao conglomerado internacional — precisam ter os ganhos como finalidade. É condição que estimula novos investimentos, crescimento e renda. Durante boa parte das últimas cinco décadas, período em que a economia global viveu anos de bonança sem precedentes, testemunhou-se essa dinâmica virtuosa. Impulsionadas pelo comércio intercontinental, as grandes corporações se espalharam pelo planeta, expandindo os negócios e aumentando a rentabilidade.

***ALTERNATIVA - O que vale dinheiro, hoje, são soluções limpas, como a da usina geotérmica do Lago Myvatn, na Islândia***

Nesse meio século, porém, uma transformação radical ocorreu. É evidente que a multiplicação de dividendos continua a ser o postulado máximo do sistema. Mas já não é o seu único pilar, incontornável e que não admite recuo. Uma a uma, empresas tão diversas como a Nestlé, a Honda e a farmacêutica GlaxoSmithKline aderem a um novo tripé: o lucro, as pessoas e o planeta. Em inglês,





são os “3 Ps” (profits, people, planet), expressão que, criada em 1994 pelo sociólogo britânico John Elkington, se tornou o novo norte do capitalismo moderno. Em resumo, além de fazer dinheiro, é necessário ter responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, de modo que o crescimento econômico seja viável em longo prazo.

A ideia de Elkington é uma resposta ao modelo vigente nas últimas décadas, calcado no consumo indiscriminado de recursos ambientais. Ele foi útil para expandir a classe média e retirar milhões da pobreza. Em meio século a economia mundial foi multiplicada por seis, e a renda *per capita* quase triplicou. Mas o sucesso trouxe uma fatura amarga na forma do esgotamento ambiental e do mais complexo desafio já enfrentado pela sociedade moderna — o aquecimento global.

Em julho deste ano, os termômetros bateram inacreditáveis 30 graus em áreas da Noruega situadas acima do Círculo Polar Ártico. Padrões climáticos erráticos sufocam o estado americano da Califórnia, varrido pelos maiores incêndios florestais de sua história. “Chegamos a um ponto de inflexão”, diz o economista Sérgio Besserman Vianna. *“Serão necessárias alterações profundas não só de empresas, como também no sistema político.”*

Em parte, essa mudança já ocorreu. No capitalismo moderno, despontam empresas como a Tesla, a montadora do inquieto e hoje encrenqueiro empresário Elon Musk. Sua companhia preocupa-se não apenas em produzir carros, como em criar modelos menos poluentes, movidos por baterias elétricas. Além disso, dispõe de mão de obra de alta qualificação e investe pesado em inteligência artificial. Os capitalistas do passado ficariam espantados, mas hoje nem sempre as estrelas do presente dão lucro. No segundo trimestre de 2018, a Tesla teve um prejuízo de 717,5 milhões de dólares. Mesmo assim, seu valor de mercado bateu os 50 bilhões de dólares, superando a centenária Ford. Tudo porque seus investidores enxergam como um farol das tendências que definirão os próximos cinquenta anos. A expectativa vale mais que a

máquina.

A mutação do capitalismo atual decorre de sua capacidade única de adaptação. Quando Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) apontaram o lucro como fator responsável pela miséria, o capitalismo se transformou. Para fazer frente à dupla de pensadores que formulou o comunismo, a burguesia concedeu salários mais dignos e criou-se a rede de proteção social. Com a renda distribuída de maneira mais igualitária, o capitalismo derrotou o comunismo. Em 1989, a vitória tomou forma dramaticamente concreta, com a queda do Muro de Berlim e do mundo que ele escorava. Agora, o capitalismo, com seu darwinismo extraordinário, está aprendendo que não há espaço para o lucro a qualquer custo. ●

**Ernesto Neves**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## 12. O petróleo: o caso do ouro negro

**Ernesto Neves**



*Vilão ecológico, o combustível fóssil deixará de ser o mais precioso recurso econômico. Antes disso, o Brasil tem uma última janela de*

*oportunidade*

Entre o fim da II Guerra e o início dos anos 1970, a abundância de petróleo ajudou a criar a ideia de que viveríamos uma era de progresso ilimitado. Dos foguetes que levaram o homem à Lua à aviação a jato, o planeta enxergava nessa indústria uma fonte infinita de riquezas. A festa foi abruptamente interrompida em 1973, quando os países árabes responsáveis pela produção de petróleo aumentaram o preço do barril em 400%. Além do pandemônio provocado pela súbita escassez do produto, o cenário fez ruir a ideia de que a *commodity* bancaria nossos avanços civilizatórios eternamente. Atordoados com a encrenca econômica e social, cientistas e políticos passaram a repetir o mantra de que a humanidade encontraria novas fontes de energia. E que, em no máximo cinquenta anos, nossa dependência seria eliminada. O prazo foi postergado, década após década. Agora, pela primeira vez, a profecia está prestes a se materializar.

**TEMPESTADE NO DESERTO - Vazamento em poços no Kuwait, em 1991: o óleo como arma de guerra e paz**

Os motivos, na verdade, são completamente distintos dos cogitados no passado. Ao longo do século XX, analistas de risco previam que a cadeia fornecedora poderia colapsar como resultado de um



conflito armado. Foi o que esteve próximo de acontecer durante a Revolução Iraniana, que em 1979 provocou um segundo choque nos preços. E na Guerra do Golfo Pérsico, em 1990, quando o Iraque invadiu o Kuwait e dali foi expulso por forças americanas. Apostava-se também no esgotamento dos estoques na natureza em decorrência de novos mercados consumidores, como a China e a Índia.

A derrocada do petróleo, no entanto, não virá pela falta do produto em si. Há estoques para os próximos 48 anos. Além disso, foram abertas outras rotas de produção (incluídos aí o pré-sal brasileiro e as areias betuminosas do Canadá). A mudança inédita está sendo imposta pelas condições climáticas. A subida inequívoca dos termômetros desatou uma corrida tecnológica por novas fontes. E ela vem se acelerando. Principalmente após nações firmarem acordos climáticos internacionais, como o de Paris, em 2015. Nele, 195 países, à exceção dos Estados Unidos, comprometeram-se a conter o aquecimento global para, no máximo, 2 graus. Pelo entendimento, o consumo mundial de óleo deverá cair drasticamente já a partir de 2020. A resposta da iniciativa privada tem sido lenta, mas progressiva. Montadoras famosas por produzir carros beberrões, como a Chevrolet, iniciaram a venda de automóveis elétricos.

A cesta de matérias-primas utilizadas para mover a produção econômica também mudou. Em 1973, ano em que o cartel árabe fez com que o preço do barril disparasse, o petróleo respondia por 46% da demanda mundial de energia. Quatro décadas depois, a participação havia caído para 31%. O gás natural, bem menos poluente, saiu de um uso risível e já supre 21%. E as fontes renováveis, como eólica e solar, que antes nem sequer existiam, alcançam hoje 1% e devem ter crescimento vertiginoso nos próximos anos.

O sobe e desce do preço do petróleo nos últimos cinquenta anos afetou profundamente o Brasil. Seu encarecimento fez a dívida externa saltar de 17,2 bilhões de dólares, em 1974, para 43,5 bilhões de dólares, quatro anos depois. Com a economia

corroída pelo estagflação, os generais da ditadura militar decretaram moratória da dívida em 1982 — e deixaram Brasília pela porta dos fundos. Por outro lado, o país investiu em tecnologias inovadoras, que possibilitaram a prospecção submarina pela Petrobras. As reservas encontradas no litoral tornaram a estatal um colosso avaliado em 230 bilhões de reais. Em 2006, pesquisadores localizaram reservas nas profundezas abissais do Oceano Atlântico, chamadas de pré-sal. Com potencial de gerar lucros estimados em 10 trilhões de dólares, o pré-sal teve sua exploração adiada durante os governos de Lula e Dilma Rousseff. A isso, somou-se uma série de desvios financeiros, que minaram a capacidade de investimentos da Petrobras. Agora, a reconstrução da estatal e a quebra do monopólio no setor podem alterar esse cenário. *“O pré-sal vai acontecer. Teremos, no entanto, de fomentar outras fontes. O petróleo pode se tornar um produto obsoleto antes do que se imagina”*, alerta David Zylbersztajn, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo. Para não perdermos esta que pode ser a última janela de oportunidade, seria bom correr logo com isso. ●

**Ernesto Neves**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 13. A revolução verde: o drone é a enxada

**Roberta Paduan**



*O investimento em pesquisa ceifou o atraso no campo e fez do Brasil um gigante na exportação de alimentos*

Quando a primeira edição de VEJA foi lançada, em 1968, o Brasil era um grande importador de grãos. Era o Brasil da enxada e da pobreza no campo — além da verminose e da malária —, e a maior parte da população rural sonhava em fugir do atraso migrando para as cidades. Em cinquenta anos, a mudança foi brutal. O país saiu de um patamar de 1 200 quilos de grãos por hectare para 3 750 quilos. *“Da década de 1970 para cá, a produção de grãos cresceu nove vezes, enquanto a área plantada triplicou. Ou seja, o ganho de produtividade transformou o Brasil de importador de alimentos em um dos celeiros do mundo”*, diz José Gasques, coordenador de pesquisas de política agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As sementes da virada foram plantadas no fim dos anos 1960 e começo dos 1970, com o início da ocupação da Região Centro-Oeste e a criação da Embrapa, uma joia da pesquisa agropecuária.

**SAÍDA TECNOLÓGICA** – *Enquanto a área plantada triplicou, a produção agrícola do Brasil foi multiplicada por nove*

A ocupação do cerrado se deu com a pecuária, que promoveu o povoamento em direção a áreas fronteiriças, com o estímulo dos governos militares. Na época, já era consenso que o mundo seria alimentado pelos países emergentes,



especialmente os localizados em áreas tropicais, onde é possível produzir três safras por ano, em vez de uma, como ocorre em zonas de clima temperado.

Graças ao avanço da Embrapa, o solo ácido do cerrado foi adaptado à agricultura. Hoje, 44% da produção nacional de grãos vem dessa região. A Embrapa ajudou a desenvolver sementes adequadas às condições do solo e do clima do bioma. Com isso, além de permitir o aumento da produção de grãos para exportação, facilitou a alimentação da extensa população bovina criada nos pastos.

O Brasil que importava alimentos é hoje o maior exportador mundial de proteína animal, o terceiro maior produtor de milho e o segundo de soja — mesmo diante dos gargalos de infraestrutura que eliminam boa parte da eficiência conseguida dentro das fazendas. O valor do frete pago pelo exportador brasileiro é, em média, o quádruplo do desembolsado pelo americano e mesmo pelo argentino. “*Se quisermos manter o protagonismo no setor, teremos de usar a tecnologia para uma melhoria dramática da infraestrutura de transporte*”, afirma o engenheiro agrônomo Cesar de Castro Alves, da consultoria MBAgro.

*A Embrapa ajudou a desenvolver sementes adequadas às condições do solo e do clima do bioma do cerrado*

Um pedaço do futuro já chegou. Em Maracaju, em Mato Grosso do Sul, tem-se um exemplo da inventividade que move a revolução verde do país. Flávio Ferreira e Souza, 30 anos, e seu irmão, Gabriel, de 23, netos de fundadores de Maracaju, passam os dias pilotando um drone equipado com duas câmeras de alta resolução e um GPS pelos céus de sua fazenda. Gabriel usa as imagens captadas e depois analisadas por um software para detectar, por exemplo, a presença de ervas daninhas no solo, sem precisar pisar a lavoura. Ao identificar os focos de invasão, aplica o veneno apenas nas áreas infestadas.

*“Antes, tínhamos de cobrir toda a plantação, o que*

## REFLEXÕES XXXI

---

*aumentava o gasto com o veneno, o maquinário e o combustível”, explica o agricultor. Como toda ideia boa se espalha rapidamente num ambiente saudável, os irmãos já são procurados para dar consultoria a fazendeiros da região interessados em aumentar a produtividade. Eles já encomendaram um novo drone, que em breve voará os céus de Maracaju. Os avós dos Souza ficariam de boca aberta com a cena. ●*

**Roberta Paduan**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601



### 14. O ambientalismo: a ideologia verde

**Leandro Nomura**

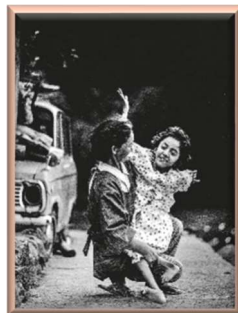


*A preocupação cada vez maior com as mudanças climáticas terá o dom de evitar que o mundo caia na armadilha do nacionalismo*

A humanidade vive de sustos, e de choque em choque avançamos a caminho da civilização. Em poucas áreas do conhecimento houve tantos saltos movidos a espanto, nos últimos cinquenta anos, quanto no campo das ideias que alimentaram o ambientalismo — movimento que nasceu como um sopro, cresceu como vendaval e virou ideologia. Tudo começou com um livro — *A Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, misto de reportagem investigativa e manifesto político, de 1962 — que escancarou o uso de pesticidas na agricultura, atalho para o envenenamento de aves. As 328 páginas de Rachel foram a faísca inaugural de tudo o que viria a seguir. *“Poucas vezes um livro alterou tanto o curso da história”*, segundo avaliação do senador americano democrata Ernest Gruening, falecido em 1974.

**MANCHA – Fotos como esta, de vítimas do mercúrio de Minamata, no Japão (1973), mexeram com as consciências**

Depois dele brotaram os desastres que, como manchas indeléveis, construíram uma nova consciência: o mercúrio na Baía de Minamata, no Japão, revelado algum tempo depois do evento, em 1971, por uma série de fotografias; o vazamento químico de Bhopal, na Índia, em 1984; o acidente nuclear de Chernobil, em 1986; e o óleo derramado do Exxon Valdez, à margem do



Alasca, em 1989. A lista é longa.

Não há candidatura a qualquer coisa, hoje em dia, nem mesmo a síndico de prédio, que possa abrir mão das preocupações com o meio ambiente. Já não existe mais espaço para comportamento negligente, dada a avalanche de estatísticas reunidas. De acordo com o mais recente relatório do IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), de 2014, o uso exagerado de combustíveis fósseis contribuiu para que a temperatura média global subisse 0,85 grau entre 1880 e 2012. Se a elevação de menos de um grau provocou intensificação de furacões e derretimento expressivo de calotas polares, imagine-se o que poderia ocorrer com um calor ainda mais intenso. “A última vez que a Terra estava 2 graus mais quente foi há cerca de 115.000 anos, e o nível do mar encontrava-se então entre 4 e 6 metros mais alto”, diz o americano Thomas Lovejoy, professor da Universidade George Mason (EUA).

São dados incontestáveis, e mesmo os mais céticos não podem jogá-los para debaixo do tapete. O estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg, o mais prestigiado entre os cientistas céticos com relação ao aquecimento global, diz não existir dúvida de que a emissão de CO<sub>2</sub> é a principal responsável pelo aumento da temperatura. Todavia, ele não acredita que o Acordo de Paris (assinado em 2015 e destinado a limitar a emissão dos gases que provocam o efeito estufa, de modo a restringir o aquecimento global a, no máximo, 2 graus até 2100) seja a melhor forma de combater o problema.

Lomborg sustenta que, caso todos os países cumpram tudo o que foi acertado na capital francesa há três anos, o impacto na redução do PIB mundial chegaria a 1,5 trilhão de dólares por ano em 2030, já que a economia do planeta cresceria menos e a energia usada seria mais cara. Por outro lado, os ganhos com a queda do chamado “custo social do carbono”, que é o preço dos danos causados por tonelada de CO<sub>2</sub> liberada na atmosfera, seriam mínimos. “Cada dólar gasto no Acordo de Paris produzirá 3,5 centavos de dólar em benefícios

climáticos”, calcula Lomborg. A solução alternativa? *“Investir 100 bilhões de dólares anuais, seis vezes mais do que agora, em pesquisas de desenvolvimento de fontes de energia renováveis”*, diz ele. Dessa forma, cada dólar gasto daria 11 centavos de retorno.

É uma equação complicada, uma conta que não fecha. Mas ao menos o futuro do ambientalismo carrega uma promessa: é a melhor ferramenta que existe para manter vivo o globalismo, no avesso do nacionalismo que fecha fronteiras. Diz Yuval Noah Harari em seu livro recém-lançado, *21 Lições para o Século 21*: *“Sempre que considerações ambientais em longo prazo exigem algum sacrifício, nacionalistas podem ser tentados a pôr interesses nacionais em primeiro plano. Não é coincidência que o ceticismo quanto à mudança climática tende a ser exclusivo da direita nacionalista. Raramente veem-se socialistas ou a esquerda proclamar que a mudança climática é um embuste chinês”*. ●

**Leandro Nomura**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 15. O virtual: 1 bilhão de anos

**André Lopes**



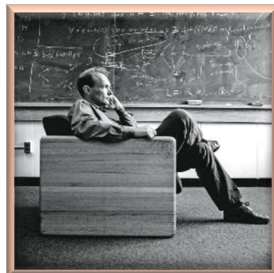
*É o tempo que, somente em 2018, a humanidade deve ficar plugada na internet, a ferramenta que criou a era digital e está moldando o futuro*

Foi tudo muito, muito rápido. Na verdade, nenhuma outra criação humana se propagou de maneira tão veloz pelo planeta, afetando a vida de tantas pessoas. Em pouco menos de cinco décadas, a internet surgiu, tornou-se parte da vida de cada um de nós e se transformou no principal meio de comunicação da sociedade. Atualmente, cerca de metade da população global está conectada — e passa em torno de seis horas diárias nesse universo virtual, cada vez menos paralelo, sendo metade desse tempo em redes sociais. Com isso, somente em 2018, a humanidade deve ficar on-line o equivalente a 1 bilhão de anos.

Tamanho impacto faz da *web*, simultaneamente, heroína e vilã. Merece aplauso porque é *“uma plataforma aberta que permite conectar qualquer um para compartilhar informações, acessar oportunidades e colaborar, sem importarem as fronteiras geográficas”*,

**LIBERDADE - Berners-Lee, o criador do *www*, sempre apostou numa plataforma aberta**

de acordo com ninguém menos que o cientista da computação inglês Tim Berners-Lee, um dos principais responsáveis pelo seu desenvolvimento. Por outro lado, a rede mundial de computadores está na origem de



novíssimos problemas, como a disseminação de vídeos — inclusive os “*lives*” (as versões ao vivo) — que promovem crimes como o terrorismo, e a espantosa profusão das *fake news*, as notícias falsas, que se espalham por meio do Facebook, do Twitter, etc. Qualquer que seja a classificação que se faça da internet, um fato é incontornável: a virtualização do mundo promovida por ela se transformou em um fenômeno irreversível, que veio para mudar (e digitalizar) tudo.

O marco inicial de desenvolvimento dessa extraordinária tecnologia se deu em 1969. Foi nesse ano que o governo dos Estados Unidos decidiu criar um sistema de comunicação entre computadores para que eles pudessem preservar dados militares sigilosos. Havia o receio de que um ataque da União Soviética destruísse tais informações. Para que isso não ocorresse, a solução foi digitalizar documentos e espalhá-los numa trama de máquinas interconectadas por meio de cabos. Desse modo, se uma delas fosse destruída, as outras preservariam o material. Assim nasceu a Arpanet, com tão somente quatro computadores.

O conceito de máquinas conectadas começou então a se espalhar entre cientistas, que construíram redes similares em centros acadêmicos. No entanto, ainda eram poucos os que apostavam alto na inovação. Um desses visionários foi o cientista da computação americano Joseph Carl Licklider. Em 1962, portanto antes da Arpanet, ele previu que um dia existiria uma “rede intergaláctica”. Seis anos depois, em 1968, redigiu uma teoria na qual mostrava a viabilidade dessa rede com o uso de computadores. Licklider morreu em 1990, no exato ano em que a Arpanet foi desativada — justamente em consequência de sua inutilidade diante de outro sistema nascente, que viria a ser a tal “rede intergaláctica”.

O passo definitivo para a popularização da internet havia sido dado um ano antes, por Tim Berners-Lee, então pesquisador do Cern, organização europeia de pesquisas nucleares. Ele sugeriu uma forma de padronização da comunicação entre

computadores que venceria o principal limite da expansão da rede. Antes, as máquinas não conseguiam se interconectar por, literalmente, não seguirem todas a mesma linguagem, ou seja, a mesma base de códigos de programação. Berners-Lee moldou então o protocolo do *www* — aquele mesmo que aparece no início do endereço de *sites* hoje em dia — e desse modo permitiu que qualquer dispositivo pudesse se ligar a outro.

A partir daí o crescimento da *web* tornou-se exponencial. No Brasil, a inovação começou a desembarcar em 1995. Havia então 40 milhões de pessoas, de 100 países, on-line. Hoje, só no Brasil são 139 milhões. No futuro, nem seremos nós, seres humanos, os principais navegantes desse vasto oceano virtual. Isso porque se estima que 125 bilhões de aparelhos de todos os tipos, de *smartphones* a geladeiras e carros, estarão amarrados a esse sistema, na agora chamada nuvem, compartilhando dados automaticamente, movidos por sistemas de inteligência artificial. Nesse tempo, regido pela *big data*, o real deverá ser cada vez mais virtual — com tudo e todos interconectados. E já teremos ficado on-line muitos outros bilhões de anos. ●

**André Lopes**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## Adeus ao iluminismo

**Henry Kissinger**



*Filosoficamente,  
intelectualmente —  
sob todos os aspectos  
—, a sociedade  
humana não está  
preparada para a  
ascensão da*

*inteligência artificial*

Há três anos, eu participava de uma conferência sobre assuntos internacionais quando a questão da inteligência artificial (IA) surgiu na agenda. Quase fui embora, por se tratar de um tema alheio aos meus interesses usuais, mas o início da apresentação me segurou na cadeira. O palestrante descreveu o funcionamento de um programa de computador que estava sendo preparado para desafiar campeões mundiais do jogo de tabuleiro go.

Impressionou-me saber que um computador seria capaz de dominar o go, um jogo mais complexo que o xadrez. Nele, cada jogador distribui 180 ou 181 peças (dependendo da cor que escolhe), alternadamente, em um tabuleiro que começa vazio; vence o lado que, por meio de decisões estratégicas mais eficientes, consegue controlar território e imobilizar o adversário.

**“SEM TÍTULO”, DA SÉRIE FOTOPINTURAS – Lápis de cor e pastel, 2007, 33 cm x 45 cm**

Segundo o orador, essa habilidade não pode ser programada. A máquina dele aprenderia a jogar go na prática, treinando. O computador receberia as regras básicas e jogaria inúmeras partidas contra si mesmo, aprendendo com os seus erros e refinando os algoritmos conforme



a necessidade. No processo, adquiriria habilidade maior que a dos campeões humanos. De fato, nos meses que se seguiram à palestra, um programa de IA chamado AlphaGo derrotou os maiores do mundo no jogo.

Enquanto eu ouvia aquela celebração do progresso da técnica, minha experiência de historiador e estadista eventual me fez pensar. Que impacto terão na história as máquinas que aprendem sozinhas, que adquirem conhecimento por meio de processos que lhes são inerentes e depois o aplicam em finalidades que não se encaixam em nenhuma categoria do entendimento humano? Será que aprenderão a se comunicar umas com as outras? Que escolhas farão diante das opções apresentadas? Seguirá a história da humanidade o mesmo caminho dos incas diante da cultura espanhola, para eles incompreensível e atemorizante? Ou estamos entrando em uma nova fase da história?

Consciente de que não tenho competência técnica nesse campo, organizei algumas conversas informais sobre o tema, com a ajuda e a cooperação de pessoas das áreas de humanas e tecnologia. Essas discussões só aumentaram minha preocupação.

O avanço tecnológico que mais alterou o curso da história moderna até hoje foi a invenção da prensa, no século XV, instrumento que permitiu que a busca do conhecimento empírico fosse além da doutrina religiosa e que a Idade da Razão suplantasse a Idade da Religião. A visão individual e o saber científico tomaram o lugar da fé como critério mais relevante na consciência das pessoas. A informação foi armazenada e sistematizada em bibliotecas cada vez maiores. Foi na Idade da Razão que tiveram origem os pensamentos e as ações que moldaram a ordem mundial contemporânea.

Essa mesma ordem está agora aturdida diante do surgimento de uma nova e ainda mais abrangente revolução tecnológica, cujas consequências ainda não paramos para avaliar e cuja culminação pode ser um mundo dependente de máquinas



movidas a informação e algoritmos e desaparelhada de regras éticas e filosóficas.

A Idade da Internet em que já vivemos suscita algumas questões que a IA tornará ainda mais prementes. O Iluminismo pretendeu submeter verdades tradicionais a uma razão humana liberada e analítica. O propósito da internet é ratificar o conhecimento por meio da acumulação e manipulação de dados em constante expansão. A percepção humana perde o caráter pessoal. Indivíduos se tornam dados e dados passam a imperar.

Os usuários da internet preferem recuperar e manipular informação a contextualizar e conceitualizar seu significado. Eles dificilmente atentam para a história e a filosofia; em geral, querem informação relevante para suas necessidades práticas imediatas. Nesse processo, os algoritmos dos mecanismos de busca adquirem a capacidade de antecipar as preferências de cada cliente, personalizar resultados e disponibilizá-los a terceiros para uso político e comercial. A verdade se torna relativa. A informação ameaça ofuscar a sabedoria.

Submetidos, via redes sociais, a um enorme volume de opiniões, os usuários se distanciam da introspecção; aliás, muitos usam a internet justamente para evitar a temida solidão. Essas pressões solapam a força de vontade necessária para desenvolver e sustentar convicções alcançadas apenas por quem percorre a trilha solitária que é a essência da criatividade.

*“Como conseguiremos gerir a IA, melhorá-la, impedir que cause danos ou possa diminuir a própria capacidade do homem?”*

O impacto da tecnologia da internet na política é especialmente potente. A capacidade de identificar microgrupos anulou qualquer consenso sobre prioridades, ao permitir que se foquem objetivos e ressentimentos específicos. Os políticos, assoberbados pela pressão de nichos, deixam de refletir sobre o contexto geral, o que os impede de desenvolver

uma visão mais ampla.

A ênfase do mundo digital na velocidade inibe a reflexão. Os incentivos que ele oferece fazem com que o radical fique mais poderoso que o moderado. Os valores são moldados pelo consenso de subgrupos, e não pela introspecção. Em que pesem suas realizações, o universo digital corre o risco de voltar-se para si mesmo, à medida que suas imposições superem suas conveniências.

A acumulação e a análise de vastas quantidades de dados, facilitadas pela internet e pela crescente potência dos computadores, fizeram emergir aspectos inéditos do entendimento humano. O mais significativo deles talvez seja o projeto de produção de inteligência artificial — uma tecnologia capaz de inventar e resolver problemas complexos, aparentemente abstratos, utilizando processos que dão a impressão de replicar os da mente humana.

Isso vai muito além da automação tal qual a conhecemos. A automação lida com meios — ela alcança objetivos predeterminados racionalizando e mecanizando os instrumentos para chegar a eles. A IA, ao contrário, lida com fins — ela estabelece os próprios objetivos. Sendo suas realizações em parte formuladas por ela mesma, a IA se torna inerentemente instável. Os sistemas de IA, pela natureza de seus mecanismos de operação, estão em movimento constante, adquirindo e analisando instantaneamente novos dados e tentando se aperfeiçoar com base nessas análises. Ao agir dessa forma, a inteligência artificial desenvolve uma habilidade que se julgava exclusiva dos seres humanos: a de tomar decisões estratégicas sobre o futuro, baseadas às vezes em dados gerados por ela mesma (ao executar, por exemplo, 1 milhão de interações de um jogo).

O carro que anda sem motorista ilustra bem a diferença entre as ações de computadores movidos a *softwares* e controlados por pessoas e o universo em que a IA navega. Dirigir um carro requer que se tomem decisões em situações impossíveis de

antecipar e, portanto, de programar com antecedência. O que acontecerá, para usar um exemplo batido, se o carro sem motorista for obrigado pelas circunstâncias a optar por atropelar um idoso ou uma criança? Quem ele vai escolher? Por quê? Que fatores, entre as suas opções, ele vai priorizar? Como ele explica seu raciocínio? Sua resposta sincera, se pudesse se comunicar, seria: “Não sei” ou “Você não vai entender (porque fui treinado para agir de certa maneira, mas não para explicar os motivos)”. E, no entanto, carros sem motorista devem estar tomando conta das estradas daqui a dez anos.

Confinadas até agora a campos de atividade restritos, as pesquisas de IA empenham-se neste momento em montar uma “inteligência generalista” capaz de executar tarefas em diversas áreas. Uma parcela crescente da atividade humana será, em um futuro não muito distante, controlada por algoritmos de IA. Entretanto, esses algoritmos, por serem interpretações matemáticas de dados observados, não detêm explicações para a realidade que os produziu.

*“A ênfase do mundo digital na velocidade inibe a reflexão. Com seu incentivo, o radical fica mais poderoso que o moderado”*

Encontra-se aí um paradoxo: o mesmo mundo que se torna mais transparente vai ficando cada vez mais misterioso. O que distinguirá o mundo novo deste que conhecemos? Como viveremos nele? Como conseguiremos gerir a IA, melhorá-la, ou pelo menos impedir que cause danos? São dúvidas que remetem à preocupação mais tenebrosa: a de que a IA, tendo dominado certas competências com mais rapidez e eficiência que nós, possa com o tempo diminuir a capacidade e a própria condição humana, que terá transformado em dados.

Prevê-se que a inteligência artificial trará enormes benefícios para a ciência médica, o fornecimento de energia limpa, as questões ambientais e muitos outros setores. Contudo, justamente porque a IA toma decisões com vista a um futuro ainda indeterminado, em evolução, os resultados carregam

incertezas e ambiguidades.

Três áreas são particularmente preocupantes.

Primeira preocupação: que a IA chegue a resultados inesperados. A ficção científica já desenhou cenários em que a IA se volta contra seus criadores. Mais provável, porém, é o perigo de que interprete errado as instruções dos humanos, por lhe faltar contexto. Um exemplo recente que ficou famoso é o do robô Tay, projetada para conduzir conversas agradáveis nos padrões de linguagem de uma garota de 19 anos. Todavia, a máquina não captou os parâmetros de vocabulário “amigável” e “razoável” instalados por seus criadores, e o resultado foram respostas racistas, sexistas e exaltadas. Muitos cientistas consideraram a experiência mal projetada e mal executada, mas ela serve para ilustrar uma ambiguidade inescapável: até que ponto é possível capacitar a IA a compreender o contexto que dá forma a suas instruções? Que método ajudaria Tay a definir o significado da palavra “ofensivo”, que não é consenso nem entre os humanos? Será que conseguiremos corrigir a tempo um programa de IA que não responda conforme o esperado? Ou será que a IA, estimulada a agir de forma independente, vai inevitavelmente desenvolver pequenos desvios que, com o tempo, podem evoluir para anomalias catastróficas?

Segunda preocupação: que, depois de alcançar os objetivos pretendidos, a IA mude os processos de pensamento e os valores humanos. O AlphaGo derrotou os campeões mundiais de go executando manobras estratégicas que os seres humanos ainda não haviam concebido e, portanto, não sabiam como desarticular. Estariam essas manobras além da capacidade do cérebro humano? Será que conseguiremos aprendê-las agora que foram demonstradas por um novo mestre?

Antes de a IA dominar o go, o jogo tinha objetivos variados e inter-relacionados: o jogador ambicionava não apenas ganhar, como também aprender novas estratégias que pudesse aplicar

em situações diversas. A IA, ao contrário, só tem uma meta: ganhar. Ela não aprende conceitualmente, e sim matematicamente, fazendo pequenos ajustes em seus algoritmos. Ao aprender a ganhar no go jogando de maneira diferente da dos seres humanos, a IA mudou tanto a natureza do jogo quanto seu impacto. Será que essa insistência obsessiva em vencer caracteriza a inteligência artificial como um todo?

Outros projetos de IA pretendem modificar a forma de pensar desenvolvendo mecanismos capazes de gerar uma gama de respostas a questões humanas. Deixando de lado as perguntas factuais (“Qual a temperatura hoje?”), aquelas que envolvem a natureza da realidade ou o significado da vida levantam dúvidas mais profundas. Queremos que nossos filhos aprendam valores por meio do diálogo com algoritmos sem rédeas? Devemos proteger a privacidade restringindo as informações da IA sobre as pessoas que a questionam? Como faremos isso?

Se a IA aprende de modo exponencialmente mais rápido do que os seres humanos, é de esperar que acelere, também exponencialmente, o processo de tentativa e erro que leva a grande parte das decisões das pessoas — o que quer dizer que ela cometerá mais erros, e de maior magnitude, do que os humanos. E talvez seja impossível amenizar esses erros adicionando ao programa, como muitos pesquisadores sugerem, salvaguardas que exijam resultados “éticos” e “razoáveis”. Disciplinas acadêmicas inteiras surgiram a partir da incapacidade de definir esses termos de maneira cabal. Devemos dar a palavra final à IA?

*“O que as máquinas fazem de diferente de todos nós não é pensar. Suas habilidades ímpares são a memorização e a computação”*

Terceira preocupação: que a IA, ao atingir os objetivos predeterminados, não saiba definir o raciocínio por trás de suas conclusões. Em alguns campos — reconhecimento de padrões, análise de *big data*, jogos —, a capacidade da IA pode

já ter excedido a das pessoas. Se a sua potência computacional continuar a se acumular rapidamente, ela conseguirá dentro em breve otimizar situações de maneiras ao menos um pouco, mas provavelmente muito, diferentes das usadas pelos seres humanos. Será, no entanto, que nesse ponto a IA conseguirá explicar, de modo que as pessoas entendam, por que agiu como agiu? Ou seu processo decisório vai ultrapassar a capacidade de explicação da linguagem e da razão humanas?

Ao longo da história da humanidade, as civilizações encontraram um jeito de explicar o mundo à sua volta — a religião, na Idade Média; a razão, no Iluminismo; a história, no século XIX; a ideologia, no século XX. A questão mais difícil e ao mesmo tempo mais importante sobre o mundo para o qual nos dirigimos é: o que será da consciência humana se seu poder de fornecer explicações for suplantado pelo da IA e as sociedades não souberem mais interpretar o universo que habitam de uma forma que contenha algum significado?

Como a consciência será definida em um ambiente em que máquinas reduzem a experiência humana a dados matemáticos interpretados pelas memórias delas? Quem será responsável pelos seus erros? Um sistema legal projetado por pessoas conseguirá acompanhar atividades produzidas por uma IA capaz de pensar mais rápido e eventualmente enganá-lo?

A expressão “inteligência artificial” pode ser equivocada. É fato que essas máquinas resolvem problemas complexos, aparentemente abstratos, que só o conhecimento humano era capaz de solucionar. Contudo, o que elas fazem de diferente de todos nós não é pensar, tal qual o pensamento foi concebido e é praticado. Suas habilidades ímpares são a memorização e a computação. É por causa de sua inquestionável superioridade nessas duas áreas que a IA consegue ganhar qualquer jogo. Só que nós, humanos, não jogamos apenas para ganhar, jogamos para pensar. Tratar um processo matemático como se fosse um processo de pensamento, e tentar imitá-lo ou simplesmente aceitá-lo sem discutir, é correr o risco de perder

uma capacidade que está na essência do saber dos seres humanos.

As implicações dessa evolução ficam evidentes em um programa desenhado recentemente, o AlphaZero, que joga xadrez em nível superior ao dos mestres enxadristas e de uma forma nunca vista na história. Jogando sozinho contra si mesmo, ele dominou em poucas horas um nível de habilidade que os seres humanos levaram 1 500 anos para alcançar. O AlphaZero só recebeu as regras básicas do jogo. Nem pessoas nem dados gerados por pessoas fizeram parte de seu processo de autoaprendizagem. Se o AlphaZero adquiriu tamanho domínio tão rapidamente, onde estará a IA daqui a cinco anos? Qual será seu impacto na capacidade dos seres humanos de adquirir conhecimento? Qual o papel da ética nesse processo, que consiste essencialmente na aceleração de escolhas?

Questões como essas costumam ficar restritas aos meios tecnológicos e científicos. Filósofos e humanistas em geral, que sempre ajudaram a formatar os conceitos da ordem mundial, estão em desvantagem, por não entenderem claramente os mecanismos da IA e até por se sentirem diminuídos diante de habilidades tão avançadas. Enquanto isso, o mundo das ciências é impelido a explorar as possibilidades técnicas, e o tecnológico compõe cenários comerciais em escala extraordinária. A esses dois universos interessa esticar os limites das descobertas, em vez de tentar compreendê-las. E os órgãos de controle, quando se voltam para o assunto, estão mais dispostos a investigar as aplicações de IA em segurança e inteligência do que a explorar as transformações da condição humana que ela começa a produzir.

O Iluminismo nasceu a partir de conjecturas essencialmente filosóficas possibilitadas por uma nova tecnologia. Nossa época caminha em direção oposta. Ela criou uma tecnologia potencialmente dominadora que busca uma filosofia que lhe sirva de guia. Há países que fizeram da IA um projeto

## REFLEXÕES XXXI

---

nacional. Os Estados Unidos, como nação, ainda não exploraram sistematicamente todos os seus aspectos, não estudaram suas implicações e não se debruçaram sobre a maneira como se desenvolve. Essa, porém, deveria ser uma prioridade nacional, sobretudo do ponto de vista da relação da IA com as tradições humanísticas.

Os pesquisadores de IA, tão inexperientes em política e filosofia quanto eu em tecnologia, deveriam fazer-se algumas das perguntas que apresentei aqui e começar a introduzir respostas no arcabouço da sua engenharia. O governo americano precisa analisar a possibilidade de criar uma comissão de pensadores que se dedique ao assunto. Uma coisa é certa: se não começarmos logo, vamos descobrir rapidamente que começamos tarde demais. ●

**Henry Kissinger:** secretário de Estado americano (1973-1977) nos governos Richard Nixon e Gerald Ford e ganhador do Nobel da Paz de 1973  
Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601



## 16. O *streaming*: o último ruído

**Sérgio Martins**



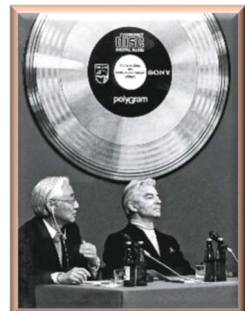
*O CD vive seus dias finais enquanto a transmissão digital pela web altera o modo como os consumidores se relacionam com a*

*música*

Um dos regentes mais poderosos do século XX, o austríaco Herbert von Karajan era perfeccionista. Gravou a integral das nove sinfonias de Beethoven cinco vezes porque buscava aprimorar sua execução. Quando a Sony mostrou ao mundo sua nova criação, o CD, em 1982, Karajan, como modelo de excelência, foi escolhido como garoto-propaganda do primeiro suporte físico da música digital. Hoje, muitas de suas interpretações grandiloquentes são tidas como ultrapassadas — e o CD, mais que ultrapassado, está virtualmente sepultado pela transmissão em tempo real na internet. O chamado *streaming* é consequência natural da digitalização: afinal, por que guardar arquivos em um disquinho prateado que exige um aparelho de leitura específico se eles podem ser acessados imediatamente no celular, no computador, no *tablet*? As gravadoras, que já se sentiram ameaçadas pela livre circulação da música on-line, agora se despedem dos formatos físicos com tranquilidade.

*O fim do disco – Akio Morita, empresário da Sony, e o maestro Herbert von Karajan no lançamento do CD, em 1982*

Paulo Junqueiro e Paulo Lima, presidentes, respectivamente, da Sony Music e da Universal Music, apresentaram o mesmo número a VEJA: a expectativa



para 2018 é que a venda de CDs alcance apenas 5% do mercado brasileiro.

Hoje o *streaming* representa uma grande fonte de renda para as empresas de música. De acordo com o mais recente relatório da Federação Internacional da Indústria Fonográfica, o lucro das gravadoras em plataformas de *streaming* foi de 6,6 bilhões de dólares em 2017, um crescimento de 41% em relação ao ano anterior. A Goldman Sachs calcula um lucro de 41 bilhões de dólares do setor fonográfico até 2030 — destes, 34 bilhões virão de assinaturas e publicidade em serviços de *streaming*; a venda em suporte físico e *download* ficará em apenas 700 milhões. Ainda se encontram CDs no comércio, mas trata-se do último suspiro dessa tecnologia. “O CD vai para o museu. E eu adoro museus”, diz João Marcello Bôscoli, executivo de música.

O *streaming* teve um impacto tremendo também no audiovisual desde o lançamento do YouTube, em 2005. A Netflix, a companhia que começou alugando DVDs pelo correio e desde 2007 aderiu ao *streaming*, responde por 20% do uso da banda larga mundial. Tem 125 milhões de assinantes em 190 países. Devastou o negócio das locadoras — , mas não o dos cinemas, que ainda são o canal privilegiado dos grandes estúdios. A digitalização da música, porém, veio antes — e a pirataria com ela —, no fim do século XX, e mudou o modelo de negócios das gravadoras. A música foi o grande laboratório para o impacto da internet sobre a indústria cultural.

A indústria fonográfica tinha a tradição de abraçar com agilidade as mudanças de formato tecnológico, do disco de 78 rotações ao LP e deste ao CD. Mas, por muito tempo, considerou a internet uma inimiga. Em *Dirty Little Secrets of the Record Business* (Segredinhos Sujos da Indústria Fonográfica, sem edição no Brasil), o jornalista Hank Bordowitz argumenta que os gigantes do setor nos Estados Unidos erraram feio ao se mostrar hostis ao Napster, o primeiro serviço de compartilhamento de música. Quando a

indústria finalmente se conscientizou de que a rede poderia dar novo alento a um mercado claudicante, milhões de dólares já haviam sido perdidos. A entrada do iTunes, em 2003, e posteriormente a criação de plataformas de *streaming* como Deezer e Spotify, em 2007 e 2008, ajudaram a equilibrar as contas do mercado. E mudaram os hábitos das pessoas. “O consumidor não quer mais perder tempo. Escuta música quando está fazendo outras coisas”, atesta João Augusto, presidente da gravadora Deck.

Há consequências para o modo como o ouvinte médio frui a música. O LP e o CD induziam à audição da obra toda — daí a voga do “disco conceito” nos anos 1960 e 1970, com o Sgt. Peppers, dos Beatles, luzindo como a criação maior dessa era. O jornalista musical Stephen Witt, entusiasta da tecnologia (“faz quase vinte anos que não compro um CD”, diz), acredita que no futuro o fã de música será cada vez mais dispersivo. “O público não tem mais paciência para escutar apenas um artista. Ele deverá optar por seleções de intérpretes e grupos variados”, prevê. A tecnologia, veja só, fará com que os hábitos voltem a padrões de décadas atrás. O consumidor vai preferir ouvir músicas individuais — como os *singles* dos anos 1950 — a discos. ●

**Sérgio Martins**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 17. O *Big Data*: espanto digital

**Duda Teixeira**



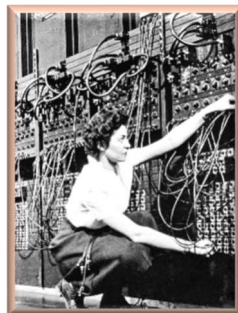
*A expressão que designa a quantidade abissal de dados surgiu há vinte anos, mas a dimensão de sua relevância nos surpreende a toda*

*hora*

A Biblioteca de Alexandria, erguida no Antigo Egito, pretendia compilar toda a informação escrita até então. Chegou a guardar 700 000 rolos de pergaminhos. Tudo foi perdido, provavelmente em um incêndio no ano 48 a.C., mas a humanidade, claro, não parou de produzir informação. Hoje, em apenas dois segundos, menos até, tem-se o equivalente ao acervo de Alexandria. Em vinte minutos, o acervo da Biblioteca do Congresso americano, a maior do mundo. Em dois dias, a quantidade de dados gerada equivale a tudo o que o homem produziu desde o início da civilização até 2003. Bem-vindo à era do *Big Data*, expressão em inglês que designa o oceano de informações e dados que geramos no mundo digital.

**GRANDE e FRACO - Eniac, o primeiro computador, de 1946: no início deste século, um celular já era mais potente que ele**

Foi em um estudo publicado em 1997 pelos pesquisadores Michael Cox e David Ellsworth, do centro da Nasa na Califórnia, que nasceu o nome *Big Data*. Ao participarem da Conferência Internacional de Tecnologia Industrial, realizada em Phoenix, Cox e Ellsworth destacaram “um desafio interessante para os sistemas de computador: os conjuntos



*de dados geralmente são muito grandes, sobrecarregam as capacidades da memória principal, do disco rígido e até mesmo do disco remoto. Chamamos isso de problema de big data*". A evolução da indústria tecnológica resolveu a dificuldade com a criação de dispositivos mais poderosos e, sobretudo, mais baratos. Em pouco mais de vinte anos, estocar 1 *gigabyte*, ou 1 bilhão de *bytes* — unidade equivalente a 8 *bits*, suficiente para guardar um caractere de texto no PC —, caiu da casa do milhar para a de centavos de dólar.

Qual a utilidade de tanta informação? “Durante muito tempo, não era claro o uso que os dados poderiam ter”, diz o advogado Eduardo Magrani, coordenador do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro e autor de *A Internet das Coisas* (2018). “*O que sabíamos era que, após uma pesquisa feita no Google, logo aparecia um anúncio relativo ao assunto*”, comenta ele. Sim, naturalmente essa era, e é, uma das utilidades do armazenamento de dados: o uso comercial. Também se descobriu, no início deste ano, que a tecnologia poderia ser empregada com um propósito alarmante: atentar contra a democracia, como se viu no escândalo da Cambridge Analytica, que tentou manipular a eleição dos Estados Unidos e andou esticando suas mãos até o Brasil.

Hoje em dia, com um *smartphone*, um singelo *smartphone*, qualquer pessoa produz uma quantidade inimaginável de dados, que deixam rastros digitais. Em breve, sensores espalhados pelo corpo farão com que esses e muitos outros dados sejam multiplicados inúmeras vezes — e aproveitados de diversas maneiras. Em 2009, antecipando-se a isso, o escritor americano A.J. Jacobs iniciou uma curiosa experiência: encheu seu corpo de aparelhos e passou os dois anos seguintes monitorando quase tudo em sua vida, como a qualidade do sono, os passos que dava, as vitaminas que ingeria e as calorias que perdia na esteira da academia. A obsessão pelo registro dos próprios dados, que visava a fazer dele o homem mais saudável do planeta, levou Jacobs a

## REFLEXÕES XXXI

---

escrever *Drop Dead Healthy* (Morto de Saúde), lançado em 2012. O livro se tornaria um *best-seller*. Não por acaso: o futuro piscava ali. Com tantas informações simultâneas sobre o organismo de cada um, já nos próximos anos será possível realizar tratamentos antes de ficar doente.

A avalanche de dados do *Big Data* será tão colossal que os computadores saberão mais sobre as pessoas do que elas mesmas, e não há aí exagero algum. Com o uso de algoritmos, muitos *sites* já sugerem livros, canções, automóveis, filmes e até pessoas que poderão nos atrair. Farão muito mais, como determinar qual profissão devemos seguir. Na arena pública, os algoritmos poderão definir as políticas de um governo — e, pelo andar da carruagem, poderão também tomar as decisões no lugar do homem, que anda tomando decisões para lá de insensatas. ●

### **Duda Teixeira**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 18. O polegar: gigante por natureza

**Lucila Soares**



*Um dedo que quase não tinha uso sozinho hoje é o motor das trocas incessantes de mensagens, saltitando soberano sobre as telas dos smartphones*

Para onde quer que se olhe, lá está ele, saltando sobre as letras do teclado minúsculo. O polegar, aquele dedo da mão praticamente sem uso individual, vê-se agora alçado à posição de protagonista imprescindível da era digital (vem de *digitus*, a palavra latina que deu origem a dígito, digitar e... dedo). Não que o dedão fosse dispensável. Pelo contrário. As outras quatro extensões da mão precisam da ajuda dele para desempenhar boa parte de suas funções. Mas sozinho ele parecia fadado a fazer sinal de positivo e negativo e a servir de assinatura para analfabetos. A primeira chacoalhada nessa existência secundária se deu com a disseminação entre a garotada do controle dos videogames movido a pancadas frenéticas de polegares. A transposição para a tela do *smartphone* ocorreu num estalar de dedos (gesto, por sinal, que não se faz sem o polegar) — daí a intimidade entre máquina e dedo ser muito maior para quem tem menos de 40 anos.

***CURTIU? - Protagonista absoluto e onipresente no cotidiano on-line***

A importância do polegar teve origem milhões de anos atrás, quando uma mutação genética determinou que sua posição na mão de alguns primatas seria oposta à dos demais dedos. Deu-se aí uma revolução. Nos





ancestrais do homem, ele ganhou uma estrutura — oito músculos, sendo quatro na palma da mão, e um feixe de tendões — que permitiu algo extraordinário: o movimento de pinça, e, conseqüentemente, o uso das mãos para agarrar coisas com uma precisão única. De todos os dedos, só o polegar faz rotação e é capaz de ficar na posição perpendicular. Por causa dessas particularidades, ele é o responsável por mais de 40% da mobilidade manual. A Associação Médica Americana avalia que sua perda equivale à amputação simultânea e completa dos dedos médio, anular e mínimo. “*Em caso de acidente, recompor o polegar é prioridade porque sem ele o indivíduo pode perder a capacidade de trabalho*”, diz o cirurgião Youssef Abdouni, diretor da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

Assoberbado, o polegar sempre esteve sujeito a inflamações e desgaste muscular, principalmente em quem manuseia ferramentas pesadas e com vibração intensa, como britadeiras e furadeiras. Agora, porém, a sobrecarga da digitação rendeu ao pobre dedo uma aflição de nome específico, *texting* tendinites, que vem a ser a tendinite decorrente do exercício excessivo de teclar nos *smartphones*. Segundo Abdouni, a quantidade de pessoas com esse problema, sobretudo adolescentes, triplicou nos últimos três anos. O *smartphone* assumiu inclusive os dois papéis originais dos polegares. O dedo para cima é símbolo do “curtir”, a marca registrada dos usuários do Facebook; e a imagem digital do dedão virou senha de acesso em modelos mais novos de celular, introduzindo a boa e velha digital nos usos e costumes do século XXI.

### ***EVOLUÇÃO – A importância do mais curto dos cinco dedos começou com uma mutação genética (Universidade de Coimbra/.)***

Embora a vida sem polegares pregados na telinha hoje pareça impossível, os especialistas dizem que seu apogeu está passando: a tendência é que, aos





poucos, eles regressem a seu lugar nas sombras, como auxiliares de luxo. Nos *smartphones*, a digitação deve perder vez para o comando de voz. A leitura de digitais, por sua vez, cederá lugar ao reconhecimento facial, observa o consultor Fábio Gandour, que trabalhou na IBM por trinta anos e esteve à frente do laboratório de pesquisa e inovação da empresa.

O polegar já foi desbancado nos caixas eletrônicos e na abertura de cancelas pelo indicador e, alternativamente, qualquer outro dedo que não ele, por causa da posição do sensor. A própria tecnologia de reconhecimento por meio de digitais está em xeque, ameaçada por novos parâmetros de identificação individual como geometria da face, mapeamento da íris, identificador de voz e, numa vertente que parece coisa de filmes de ficção científica, padrões de comportamento.

No CIAB Febraban, o maior congresso de tecnologia bancária do país, realizado em junho em São Paulo, o tema mais debatido foi justamente o avanço nas técnicas de reconhecimento a partir da observação de padrões, como a maneira de a pessoa segurar o celular, rolar a tela ou movimentar o *mouse* no computador. “Você é a sua senha”, alardeava o material institucional. Até na área criminalística, que nunca prescindiu do pozinho revelador das impressões digitais, os vestígios de DNA — na saliva, na guimba do cigarro, nos fragmentos de pele — são cada vez mais usados para desvendar crimes e identificar autores. O mais provável, portanto, é que aos poucos o polegar perca o protagonismo e volte a ser parte (essencial) de um quinteto. Mas a condição extraordinária de símbolo universal de positivo, bem, essa talvez nem a tecnologia lhe roube. ●

**Lucila Soares**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## 19. Sem fio: foi tudo pelos ares

**Alexandre Salvador**



*As redes wi-fi encurtaram as distâncias e já dão novo salto: transmitem também energia elétrica*

Em 1892, o registro de patentes dos Estados Unidos recebeu um pedido esquisito: fio elétrico. A invenção, batizada de condutor elétrico por Thomas Edison, alardeava uma novidade estonteante — a capacidade de um fio, um pequeno e discreto fio, de conduzir eletricidade. Era o atalho para uma lista infindável de avanços tecnológicos que dependeriam de energia. Pois a criação revolucionária de Edison nasceu fadada a morrer. Em 1909, apenas dezessete anos depois do registro do fio, o sérvio-americano Nikola Tesla, em artigo publicado na revista *Popular Mechanics*, vaticinou o seguinte: *“Em breve será possível transmitir, sem o uso de cabos, mensagens a todos os cantos do planeta de maneira tão simples que qualquer indivíduo poderá carregar e operar seu próprio aparelho”*. Bingo. Só não foi exatamente “em breve”.

Em meados do século XX, por meio do campo das ondas eletromagnéticas, pelo qual viaja tudo o que não está fisicamente conectado, inclusive o velho telégrafo, surgiram novidades que nos acompanham na rotina de hoje: o rádio FM, a televisão, o GPS, o telefone celular e, finalmente, a internet sem fio. Hoje parece uma realidade estabelecida desde sempre, mas somente depois do ano 2000, com o lançamento dos primeiros roteadores *wi-fi*, foi possível acessar a rede mundial de computadores sem estar plugado a um fio na parede.

Mais recentemente, as companhias de celular aumentaram a velocidade da conexão dos *smartphones* — a próxima geração,

## REFLEXÕES XXXI

---

o chamado 5G, está a caminho. Em outro prenúncio feito há mais de 100 anos, Tesla decretou a morte da própria invenção de Thomas Edison: até a energia elétrica, preconizou ele, será transmitida sem fios. Pois bem. É outro vaticínio perto de se materializar. Já existe até um consórcio internacional destinado a padronizar os modelos de transmissão elétrica pelo ar. Será que, dentro de um século, os avós do futuro terão de explicar aos netos o que é um fio, um pequeno e discreto fio, assim como explicamos hoje o que é um relógio de bolso? ●

**Alexandre Salvador**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 20. A memória: é melhor esquecer

**Ana Claudia Fonseca**



*Ao preservar em detalhes muito da história de vida de cada um, a internet pode inibir a capacidade que o homem tem de seguir*

*em frente*

O mitólogo romeno Mircea Eliade (1907-1986) ensinava que cabe aos mitos explicar de que modo determinada realidade passou a existir — de uma simples planta às experiências humanas. Assim, de acordo com a mitologia grega, a deusa Mnemosine era a personificação da memória, e Lete, do esquecimento. A mãe da primeira era Gaia (a Terra); a da outra, ninguém menos do que Êris (a deusa Discórdia). Mnemosine, representação da memória, teve nove filhas: as musas, inspiradoras dos poetas. Já Lete, a alegoria do esquecimento, é frequentemente mencionada nas narrativas tradicionais como irmã de Hipnos (o Sono) e de Tântatos (a Morte). Examinando-se tais concepções mitológicas, seria razoável atribuir a elas a explicação para a verdadeira obsessão do homem pela memória e seu horror ao esquecimento.

***ESCONDERIJO - Servidores do WikiLeaks em um bunker de Estocolmo, na Suécia: milhões de documentos secretos***

Afinal, por que escolher a filha da Discórdia em lugar da mãe das inspirações literárias? Só há um problema nessa preferência: em razão de sua natureza biológica, o ser humano aparentemente está programado para se esquecer das



coisas e não para se lembrar delas. Segundo o neurocirurgião americano Eric Leuthardt, da Washington University, o esquecimento seria uma forma encontrada pelo cérebro para se livrar do que é irrelevante e se concentrar no que de fato importa. “Esquecer não é uma falha, mas uma solução evolucionária”, escreveu ele na revista *Psychology Today*.

A fim de superar o que era de algum modo sentido como uma falha, a fragilidade da memória, o homem criou uma série de recursos para driblar o esquecimento — dos desenhos rupestres à poderosa escrita. Ler e escrever, contudo, se mantiveram durante milênios como habilidades de poucos. Apenas no início do século XX os níveis de analfabetismo começaram a cair, e livros e jornais passaram a ser mais lidos. O papel, porém, sofre o desgaste do tempo e custa caro. Esquecer, portanto, continuava mais “natural” do que lembrar.

Foi então que a internet começou a mudar tudo isso. A persistência e a capacidade da memória digital são quase um acinte ao cérebro humano. Não por acaso, os poderosos servidores do *WikiLeaks* — a bombástica organização criada pelo ciberativista australiano Julian Assange que publica em seu *site* documentos oficiais secretos — foram alojados em um *bunker* antinuclear, situado em Estocolmo, na Suécia, país-sede da empreitada. Com a *web*, recordar virou a regra — e esquecer, a exceção. “*Hoje somos como uma criança em uma loja de doces. Uma vez que lembrar virou algo fácil e barato, não nos damos mais ao trabalho de apagar o que se tornou irrelevante*”, disse a VEJA Viktor Mayer-Schönberger, professor de governança da internet na Universidade de Oxford e autor do livro *Delete: the Virtue of Forgetting in the Digital Age* (*Apague: a virtude de esquecer na era digital*).

Esquecer nos dias de hoje está cada vez mais difícil. A disseminação da realidade on-line, com destaque para as redes sociais, tornou quase impossível escapar do passado — em que pese a tecla “delete” —, e isso vem minando nossa capacidade de superar as diferenças. Aquela foto na qual você

aparece sob efeito do álcool em uma festa da faculdade pode voltar como uma assombração durante uma disputa de emprego, anos mais tarde. O mesmo vale para a mensagem com conteúdo ofensivo enviada ao colega em um momento de fúria. *“Reviver a própria história em detalhes proustianos inibiu o nosso poder de esquecer e, assim, o de perdoar — individualmente e como sociedade —, o que pode limitar nossa capacidade de seguir em frente”,* acredita Mayer-Schönberger.

**PASSADO RETOCADO** – *Leon Trotski (no detalhe) foi apagado de foto oficial ao lado de Lenin após cair em desgraça na URSS*

A novidade também pode fazer com que as pessoas passem a confiar mais no que aparece na tela do computador do que nas próprias lembranças. É perigoso. Como mostra a história, exercer controle sobre o passado de uma sociedade é um tipo de manobra apreciado pelos regimes totalitários — mesmo que para isso seja preciso adulterar documentos. Na extinta União Soviética, artistas eram contratados para retocar fotos oficiais e “apagar” das imagens os desafetos do regime. O mundo virtual não está livre dessa interferência. *“Se substituirmos a confiança em nossas lembranças pela confiança na memória digital, os regimes ditatoriais não terão mais de controlar a mente de um indivíduo. Basta que controlem o depósito de nosso passado coletivo”,* diz Mayer-Schönberger.



Nunca antes tanta informação esteve disponível para tantos — e de forma tão barata. Mais de 3,8 bilhões de pessoas usam a internet no planeta, produzindo algo em torno de 2,5 quintilhões de bytes de dados por dia. Postam-se diariamente 67 milhões de fotos no **Instagram** e 4,3 bilhões de opiniões no Facebook, e 22 bilhões de mensagens de texto são trocadas. A quantidade global de dados é duplicada a cada ano, e com a internet das coisas ela dobrará a cada doze horas. Mesmo se

estivéssemos dispostos a aceitar o preço da alienação tecnológica, ainda seríamos perseguidos pelos rastros digitais que os outros deixam sobre nós, como aqueles *posts* e *tags* de conhecidos. Como recuperar o controle sobre a própria história? As leis de proteção de dados podem ser um primeiro passo.

A discussão sobre privacidade surgiu com a ideia do “direito a ser deixado em paz”. Num artigo publicado em 1890 na *Harvard Law Review*, Louis Brandeis, futuro juiz da Suprema Corte dos EUA, argumentava que a legislação precisava se adaptar aos tempos modernos. Ele se referia à câmera fotográfica portátil, que causava alvoroço ao permitir a qualquer pessoa tirar fotos em qualquer lugar. O presidente americano Theodore Roosevelt (1858-1919) foi uma das vítimas da nova tecnologia. Ao deixar a missa durante sua primeira semana no cargo, foi surpreendido por um garoto de 15 anos que, de posse de uma Kodak portátil, passou a clicá-lo pelas ruas de Washington. Irritado, Roosevelt ordenou a um policial que ficasse entre ele e a lente enxerida. “*Hoje é impossível falar nesse tipo de isolacionismo digital, mas podemos discutir um controle maior — aprender a nos revelar seletivamente*”, sugere Alexandre Pacheco, da FGV-São Paulo.

É esse o princípio que ordena o “direito ao esquecimento”. Em 2014, o Tribunal de Justiça da União Europeia decretou que seus cidadãos teriam o direito à privacidade e à proteção de seus dados pessoais. Quem não se sentisse representado nas ferramentas de busca, em decorrência de informações irrelevantes ou inexatas, poderia pedir que os *sites* “desindexassem” o material. A informação permaneceria no local de origem, mas não mais nas plataformas de pesquisa. O Marco Civil da Internet, que regula a *web* brasileira, diz, em seu artigo 19, que qualquer pedido de remoção de conteúdo com base em ofensa deve ser decidido por um juiz — e não pelos *sites* de buscas. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, sancionada em agosto pelo presidente Michel Temer,

avança nesse debate ao conferir aos brasileiros um certo direito ao apagamento. Funciona assim: se alguém discordar do uso de seus dados na *web*, pode pedir à Justiça que as informações sejam eliminadas ou retificadas. O mesmo ocorre se quiser deixar uma rede social — a partir do desligamento, o *site* em questão não poderá mais reter informações sobre o ex-usuário.

Para o pesquisador Sérgio Branco, autor de *Memória e Esquecimento na Internet* (Arquipélago Editorial, 2017), a *web* é um grande repositório da memória humana. Seria temerário ter um “botão para apagá-la”. Afirma Branco: “O melhor seria se as pessoas aprendessem a se comportar no universo virtual e assumissem a responsabilidade por suas postagens”. Enquanto isso não acontece, dispor de uma legislação que devolva ao indivíduo um pouco do controle sobre o uso de seus próprios dados é providencial. De qualquer modo, deve-se ter em mente esta observação: em grego, a negação da palavra *lete*, “esquecimento”, é *aleteia* — que significa “verdade”. Em tempos de redes sociais contaminadas pela invasão de privacidade e pelas *fake news*, essa é uma daquelas lições que não convém esquecer. Ou melhor: deve-se guardá-la na memória. ●

**Ana Claudia Fonseca**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601



### Nada é para sempre

**Mike Krieger**



*Recursos como o Stories, do Instagram, reproduzem a vida como ela é — deixando para trás o que pertence ao passado*

Em abril, minha irmã e eu estávamos com nossos pais. Foi ótimo. Relembramos nossa infância e dividimos planos para o futuro, mas a melhor parte veio logo antes de nos despedirmos, como fazemos todos os anos desde que éramos crianças. Cantamos Parabéns a Você para minha mãe. Naquele momento, vendo minha mãe sorrir enquanto batíamos palmas e cantávamos, fomos transportados de volta para São Paulo, sentados em torno da mesa da cozinha.

Mas não era o caso. Na verdade, minha irmã e eu estávamos em uma videoconferência lá da Califórnia, a mais de 10 000 quilômetros de distância dos nossos pais no Brasil, separados pela linha do Equador, por meia dúzia de países e um pouco de oceano. E ainda assim, de alguma maneira, durante aquela conversa de não mais que trinta minutos, estávamos todos juntos.

Inovação é comumente associada a algo nunca visto ou feito antes, e, em busca dela, muitos enxergam na criação de caminhos que permitam escapar da realidade cotidiana uma oportunidade de chegar lá, seja por novos aparelhos, experiências ou aplicativos. Porém, em sua melhor forma, a tecnologia não precisa ser uma distração do mundo real, mas uma força capaz de torná-lo ainda melhor. Acredito que, no futuro, as empresas mais inovadoras serão aquelas capazes de aplicar a tecnologia para aprimorar as coisas simples do dia a

dia e, ao mesmo tempo, nos aproximar do que nos importa e amamos.

Com isso em mente, se eu pudesse dar um simples conselho a aspirantes ao empreendedorismo tecnológico, diria o seguinte: identifique uma experiência *off-line* entre duas ou mais pessoas — uma experiência importante como cantar Parabéns a Você para sua mãe — e encontre uma maneira de não apenas replicá-la, mas torná-la melhor, mais simples ou possível ao transportá-la para o universo *on-line*.

*Seria preciso criar algo, nas redes, que espelhasse a fluidez da vida*

Está claro que no início da internet houve uma corrida para trazer o *off-line* para o *on-line*. Hoje, tudo, simplesmente tudo, é possível a qualquer momento e em qualquer lugar com um só clique, ou melhor, com um toque na tela do celular — desde encontrar amigos, contratar pessoas, comprar roupas até falar com a família. Em alguns casos, contudo, tenho a impressão de que a parte da experiência *off-line* que mais nos importa parece ter se perdido na tradução.

Um ótimo exemplo é a efemeridade. Muito do que torna nossos relacionamentos pessoais especiais e singulares é o conjunto de momentos específicos, espontâneos e que, conforme diz o senso comum, passam — e é bom que passem. O esquecimento é saudável. Sejamos honestos: aquela escolha de penteado infeliz nos anos 1990, aquela noite em que você se sentiu inspirado no karaokê e cantou como nunca. Foram momentos divertidos, inesquecíveis, de guardar no coração. Mas não precisam perdurar para todo o sempre. Seria preciso criar algo, nas redes sociais, que espelhasse a fluidez da vida.

O formato conhecido hoje como Stories, do Instagram, é assim. Ele permite que os usuários publiquem por um período finito fotos, vídeos e mensagens, que desaparecem automaticamente depois de um tempo determinado. É um sucesso porque possibilita que as pessoas se comuniquem sem a pressão da permanência e, impulsionadas pela efemeridade,

## REFLEXÕES XXXI

---

tenham as ferramentas necessárias para interagir umas com as outras da mesma forma que fariam na vida real. Afinal, não é exatamente assim que a nossa memória funciona? Algumas coisas ficam, enquanto outras caem na beleza do esquecimento. ●

O paulistano **Michel “Mike” Krieger**, radicado nos Estados Unidos, é cofundador do Instagram

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 21. A verdade: o valor da mentira

**Anna Carolina Rodrigues**

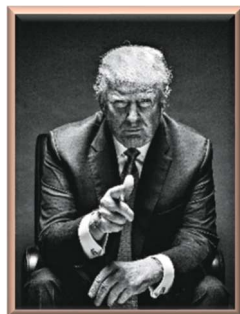


*Só cresce a onda das fake news, fenômeno que influencia eleições e pode até tirar a vida de alguém, como já ocorreu no Brasil*

Durante o conclave de 1522, que terminaria por ungir Adriano VI em papa, as estátuas no entorno da Piazza Navona, no centro de Roma, passaram a amanhecer com pequenos pedaços de papel pregados. Eram textos de autoria do escritor e poeta Pietro Aretino (1492-1556), já então uma das mais conhecidas “penas de aluguel” da Itália. Com seu estilo satírico e mordaz, inteligente e ferino, Aretino dedicava-se a atacar um por um os cardeais que poderiam vir a ser o novo pontífice. Os ataques eram financiados pelo cardeal Giulio de Medici, que acabou se tornando o papa Clemente VII um ano depois, com a morte de Adriano VI. A partir daí, o gênero dos “panfletos difamatórios” ficou conhecido como “pasquim”. Aretino transformou a difamação em negócio e fez fortuna com os jornalecos.

**NOVILÍNGUA - Donald Trump deu novo significado às fake news – agora, elas nomeiam tudo o que lhe desagradava**

Em 2016, as mentiras veiculadas com o objetivo de beneficiar um indivíduo ou um grupo – ou simplesmente franquear ao seu disseminador o prazer de manipular multidões – ganharam o nome de *fake news*. Aquele foi o ano em que o mundo se surpreendeu com a vitória do Brexit no Reino Unido e também o ano em que, nos Estados Unidos, as redes sociais foram infestadas por textos que diziam que a



então candidata democrata, Hillary Clinton, havia enviado armas para o Estado Islâmico, ou que o papa Francisco declarara apoio ao rival dela, o hoje presidente Donald Trump.

Nas *fake news* não cabem relativismos nem discussões filosóficas sobre o conceito de “verdade” — trata-se, pura e simplesmente, de informações deliberadamente enganosas. São lorotas destinadas a ludibriar os incautos, ou os nem tão incautos assim, ávidos por pendurar seus argumentos em fatos que não podem ser comprovados. O suposto desconhecimento de uns, aliado ao oportunismo de outros, ampliou o significado da expressão de forma a adequá-lo a demandas de ocasião. Em prática inaugurada por Trump, a expressão *fake news* passou a ser usada por poderosos para classificar tudo o que a imprensa profissional publica a respeito deles e que lhes desagrada — apesar de ser invariavelmente verdadeiro. Ajuda no sucesso dessa estratégia maliciosa a popularidade dos novos meios de comunicação nascidos com a internet.

*Companhias do Vale do Silício encampam iniciativas de checagem de fatos para mitigar os efeitos danosos das fraudes*

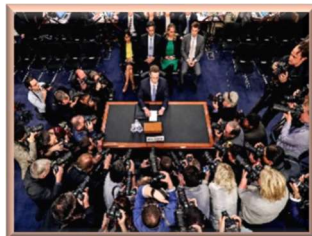
A noção de jornalismo profissional é uma ideia moderna, que só foi desenvolvida no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos. “Os primeiros veículos, chamados de ‘jornais de referência’, inauguraram a ideia da independência editorial e da busca pelo relato preciso, baseado em múltiplas fontes de informação e elementos de comprovação de veracidade, como documentos ou elementos fotográficos”, explica Ivan Paganotti, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP). Tais fundamentos, no entanto, com o advento da internet, passaram a perder relevância para o leitor, que preza o efêmero, o rápido, o imediato. Velocidade é o nome do jogo, e às favas a veracidade.

Uma pesquisa feita neste ano pelo Instituto Ipsos Mori, de Londres, com 19 000 leitores de 27 países, majoritariamente digitais, investigou quanto os indivíduos acreditam no

conteúdo que recebem em suas redes sociais, como Facebook, Twitter e WhatsApp. O resultado apontou os brasileiros como a população que mais acredita em *fake news* — 62% dos entrevistados admitiram já ter tomado calúnias por verdades e nem piscaram. Na Itália, esse porcentual foi de 29%. Outra pesquisa, essa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), buscou comparar a velocidade de propagação das informações — as falsas e as procedentes, cotejando umas com as outras. Concluiu que, no Twitter, as falsificações se propagam 70% mais rapidamente que as notícias comprovadas (o alto teor emocional das mensagens falsas seria a principal explicação para o fenômeno). No Brasil, uma pesquisa do Monitor do Debate Político no Meio Digital, da USP, identificou os grupos de WhatsApp como os principais vetores de notícias falsas — e poucas vezes esse fenômeno do rastilho de inverdades tem sido tão verdadeiro como nas eleições presidenciais brasileiras deste ano.

**RESPONSABILIDADE - Zuckerberg no Congresso: o Facebook foi acusado de negligenciar a manipulação de notícias**

VEJA fez sua primeira abordagem do poder dramaticamente destruidor das notícias falsas em reportagem publicada em fevereiro de 2016 — é a comprovação da juventude da



novidade, erva daninha apenas recentemente introduzida no cotidiano. Em 3 de maio de 2014, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33 anos, foi amarrada, arrastada, espancada e morta por uma multidão de moradores da periferia do Guarujá, litoral de São Paulo, incitados por uma informação falsa. Divulgada em uma página de Facebook, a “notícia” dizia que uma mulher loira vinha sequestrando crianças nas redondezas para arrancar-lhes o coração em rituais de magia negra. Fabiane, que tinha acabado de tingir os cabelos, foi tomada pela personagem, cuja existência nunca foi comprovada. Linchada, morreu, deixando o marido e duas

filhas, a mais nova de apenas 1 ano.

Conforme os efeitos perniciosos das notícias falsas foram sendo sentidos pelo mundo, as atenções se voltaram aos meios que ajudaram a propiciar seu surgimento. O Facebook tornou-se o principal deles depois do uso de suas ferramentas pela consultoria Cambridge Analytica, acusada de tentar manipular o pleito eleitoral americano. A barafunda em que a empresa de Mark Zuckerberg se envolveu levou seu fundador a ser chamado a depor no Congresso americano. Em resposta, a companhia e outras expoentes do Vale do Silício, como Google e Twitter, têm encampado iniciativas de checagem de fatos para tentar mitigar os efeitos danosos da informação fraudulenta. Mas, por enquanto, os Aretinos modernos, que disparam suas cascatas on-line, têm levado a melhor: não faltam estátuas para receber suas infâmias nem crédulos digitais para cair nelas. ●

**Anna Carolina Rodrigues**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 22. Os nerds: eles venceram

**Fábio Altman**



*O comportamento dos jovens que fizeram nascer a revolução digital, alvo de bullying há pouco tempo, é o novo padrão*

Em *A Vingança dos Nerds*, comédia de 1984, um grupo de jovens feiosos e um tanto estranhos, vítimas da agressividade e do *bullying* de colegas fortes e quase idiotas, decide ir para a revanche com um festival de estripulias bem-sucedidas. Ao som de *We Are the Champions*, clássico do Queen, eles celebram a vitória. O filme foi premonitório. Os *nerds* não deixaram pedra sobre pedra. Fizeram suas apostas e quebraram a banca. Na lista das pessoas mais ricas do mundo, há três deles nas cinco primeiras posições, todos pais e filhos da revolução digital: Jeff Bezos, da Amazon (112 bilhões de dólares), na primeiríssima colocação; Bill Gates, da Microsoft, no segundo lugar (90 bilhões de dólares); e Mark Zuckerberg, do Facebook, no quinto posto (71 bilhões de dólares). Para efeito de comparação, em 1982, tempo em que os *nerds* ainda eram ridicularizados, a figura mais rica do mundo era o dono de um estaleiro naval (Daniel K. Ludwig) que fizera fortuna vendendo embarcações para a indústria de petróleo.

**IRÔNICO** - *Bill Gates, em foto de 1977, aos 22 anos, detido por dirigir sem documentação*

Um olhar para os dois momentos, o de três décadas atrás e o de agora, comprova como a economia mudou, e hoje isso soa óbvio. Menos óbvia é a constatação de que a cultura *nerd* venceu, e por ter vencido





virou padrão. “Seja legal com os *nerds*, provavelmente você vai acabar trabalhando para um deles”, vaticinou Gates, não muito tempo depois da foto que ilustra esta página, de 1977, quando ele foi detido por dirigir sem documentos. A Microsoft acabara de nascer e, por trás daqueles óculos genuinamente *nerds*, brotavam um novo mundo e novas concepções do que é ser bacana. A aparente fragilidade de Gates era só aparência mesmo — e o leve sorriso irônico anunciava um salto destinado a dar um ctrl+alt+del nada metafórico em quem ainda achava possível andar ao modo da velha indústria.

A atual hegemonia *nerd* é a prova, também, de que todo estereótipo é tolo. Foram sempre rotuladas como *nerds* as pessoas muito inteligentes, em geral tímidas, fisicamente muito magras ou muito gordas, que cismam com um tema e dele não saem — pode ser computadores, personagens de Star Wars, histórias em quadrinhos, qualquer assunto que venha a virar mania. Nenhum desses *nerds* que agora mandam e desmandam, os ricos, cabe no batido preconceito. Bezos, inclusive, deu para fazer ginástica e está fortão, no avesso da imagem magrela que se esperaria de alguém com sua formação em tecnologia. Gates envelheceu com elegância, é campeão mundial de filantropia — o.k., Zuckerberg é a exceção que confirma a nova regra, eterno adolescente sem sal. Somos todos *nerds* — ou queremos ser, porque a força está com eles, ao menos a força econômica, e o que andava à margem, em quartos fechados e garagens, hoje virou padrão. Gates ficou bem na foto. ●

**Fábio Altman**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## 23. O espaço: a próxima odisseia

**Filipe Vilicic**



*Depois dos passos iniciais do homem no solo lunar, não houve um salto na exploração do universo. A “privatização” do*

*cosmo inaugura uma era*

*“Escolhemos ir à Lua nesta década e fazer as outras coisas (relacionadas à exploração espacial) não porque são fáceis, mas porque são difíceis, porque esse objetivo vai servir para organizar e medir o melhor de nossas energias, porque esse desafio é algo que estamos dispostos a aceitar, que estamos indispostos a adiar e que pretendemos vencer.”*

O discurso do presidente americano John Kennedy (1917-1963), proferido um ano antes de sua morte, procurava convencer a população a apoiar o projeto Apollo, da Nasa, e evidenciar o esforço dos Estados Unidos em ultrapassar a União Soviética na conquista do universo — em 1961, os soviéticos tinham colocado o primeiro astronauta em órbita. Em 1969, a Apollo 11 cumpriu o que Kennedy anunciara. *“Um pequeno passo para o homem, mas um grande passo para a humanidade”*, disse Neil Armstrong (1930-2012), ao pisar o solo lunar, às 23h56min do dia 20 de julho daquele ano.

**TERRITÓRIO AMERICANO - Após Armstrong e Aldrin (na foto), só dez astronautas foram à Lua — todos dos EUA**

O feito trouxe a impressão de que em breve voar pelo cosmo seria tão comum quanto cruzar os céus do planeta. Não por acaso, a ambição futurística era um dos



motes da propaganda de americanos e soviéticos durante a Guerra Fria. Imaginava-se que no século XXI viveríamos como no filme 2001 — Uma Odisseia no Espaço, clássico do nova-iorquino Stanley Kubrick lançado em 1968, o mesmo ano em que a primeira edição de VEJA chegou às bancas. Contudo, desde Armstrong e seu companheiro de viagem Buzz Aldrin, apenas dez homens — sim, nenhuma mulher —, todos americanos, puseram os pés na Lua; o último, em 1972. Mas, se em meio século as jornadas tripuladas nas estrelas não evoluíram, a percepção atual é que está se iniciando uma nova, digamos assim, odisséia no espaço. Isso graças à “privatização do universo”.

Os anos de estagnação ocorreram por um motivo prosaico: falta de verbas. A partir da década de 1980, os governos dos EUA e da URSS, que bancavam a corrida espacial, perderam o interesse em continuar torrando dinheiro na disputa — até porque ela parecia já ter sido vencida pelos americanos. Só o programa Apollo custara mais de 25 bilhões de dólares. Em valores de hoje, 110 bilhões de dólares. “O governo americano chegou a dedicar, nos idos de 1960, mais de 4% do Orçamento para a conquista do cosmo. A porcentagem caiu para 1% uma década depois, e hoje está abaixo de 0,5%”, explica o astrofísico brasileiro Nilton Renno, professor da Universidade de Michigan e pesquisador nas recentes missões da Nasa responsáveis por enviar sondas a Marte. Atualmente, a verba é inferior a 20 bilhões de dólares.

É nesse cenário que o setor privado começa a fazer diferença — uma autêntica novidade. A entrada para valer de empresas particulares no mercado espacial teve início nos anos 2010. Depois da aposentadoria dos ônibus espaciais americanos, com um último voo do Atlantis para a Estação Espacial Internacional (ISS) tendo sido feito em 2011, a maior parte da tarefa de explorar o trajeto entre a Terra e a Lua transferiu-se para empresas como a SpaceX, do bilionário Elon Musk, dono da fábrica de carros elétricos Tesla, e a Blue Origin, de outro bilionário, Jeff Bezos, dono da Amazon e do jornal The

Washington Post.

“Nas últimas décadas, a Nasa realizou um bom trabalho enviando satélites e sondas ao espaço, porém perdeu a mão na exploração focada no ser humano. Agora contamos com a ajuda da iniciativa privada para pensar em estabelecer colônias fora da Terra”, disse a VEJA o engenheiro aeroespacial americano Robert Zubrin, autor do livro *The Case for Mars* (1996). Na obra, ele discorre sobre como seria possível, hoje, do ponto de vista tecnológico, colonizar o planeta vizinho. Fundador da *The Mars Society*, organização que visa a incentivar tal conquista, o engenheiro é otimista em relação a essa e outras possibilidades de avanço na área em que atua. “A era de ouro da aventura espacial não ocorreu no passado. Na verdade, está prestes a começar”, diz. Segundo cálculos de Zubrin, compilados em um projeto enviado à Nasa, custaria em torno de 100 bilhões de dólares estabelecer uma base humana em solo marciano. Na conta, entretanto, não se considera que os colonizadores retornariam à Terra; eles aceitariam sucumbir a um inevitável câncer que seria causado pela radiação da atmosfera de Marte. Apesar disso, astronautas de várias nacionalidades já se mostraram dispostos a se lançar nessa viagem literalmente sem volta.

*“A exploração espacial fortifica a união dos povos. Para chegarmos a outros planetas, teremos de somar esforços de nações, talvez em combinação com o de empresas, pois os custos envolvidos são altíssimos. Acredito que isso irá ocorrer pois a humanidade sempre demonstrou o ímpeto de explorar”*, afirma a astrofísica brasileira Duília de Mello, vice-reitora da Universidade Católica da América, em Washington, e colaboradora da Nasa. No que depender do setor privado, tal ímpeto não será frustrado. Nos últimos anos, coube a companhias particulares iniciativas como levar equipamentos para a ISS, resultado de contratos bilionários firmados com governos de diversos países. O.k., tecnicamente, nada evoluiu. Mas as empresas conseguiram baratear aqueles voos — reutilizando foguetes inteiros, por exemplo. Com isso, a Nasa

passou a se concentrar em empreitadas mais ambiciosas do ponto de vista científico, como o envio de satélites para rastrear sistemas estelares em outras galáxias e sondas exploratórias para planetas de nossas cercanias.

Em 2011, o então presidente americano Barack Obama prometeu: *“Teremos novos avanços. Vamos crescer em conhecimento, educação e inovação. E eu dei aos homens e mulheres da Nasa uma missão: quebrar novos limites na exploração, culminando no envio de americanos a Marte”*. Era como se Obama ecoasse a voz de Kennedy no início da década de 1960. Cinco anos depois de seu pronunciamento, e pouco antes de passar o cargo a Donald Trump, o democrata estabeleceu uma data para efetivar seu projeto: a década que começa em 2030.

Dentro dos novos planos, e a agenda está mantida, a primeira colônia humana em Marte deve ser estabelecida em 2033. Uma das incumbências dos cientistas que toparem a aventura será procurar por vida nas águas dos rios e lagos marcianos recém-descobertos. A ideia é alcançar, enfim, uma antiga aspiração humana, assim resumida pelo célebre escritor inglês Arthur C. Clarke (1917-2008), autor do livro 2001: uma Odisseia no Espaço, que inspirou o filme homônimo: *“Cedo ou tarde vamos receber provas de seres vivos”*. A próxima odisseia da civilização é exatamente esta: encontrar vida fora do nosso planeta, ainda que seja vida incipiente. ●

**Filipe Vilicic**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 24. O cérebro: mente aberta

**Marcelo Marthe**



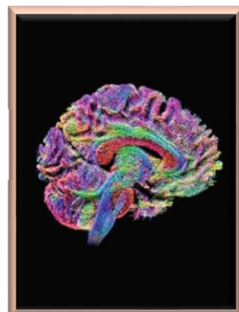
*Graças às novas tecnologias, nunca se soube tanto sobre o órgão que controla os sentimentos e o intelecto. A nova fronteira: consertar a*

*ética*

Criminosos têm conserto? Talvez num futuro próximo, antes que os arautos da punição severa e os defensores intransigentes dos direitos humanos se engalfinhem nos debates de praxe, outras vozes sejam chamadas a dar um veredito: os neurocientistas. Poucas áreas da ciência passaram por uma revolução tão espetacular nos últimos cinquenta anos como o estudo do cérebro. Da esperada cura de doenças como a esquizofrenia e o Alzheimer à potencialização do intelecto, as consequências das novas pesquisas deverão ter impacto sobre a existência humana no espaço de uma geração. Não está distante o dia em que a ciência será capaz de decifrar como se produzem as emoções e os mecanismos da memória. Vislumbra-se até, segundo a previsão de cientistas como o americano David Eagleman, que deslizes éticos poderão ser identificados e corrigidos à base de intervenções pontuais sobre regiões específicas da massa encefálica.

**QUÍMICA - Imagem digital: o mapeamento de sua rede complexa de bilhões de células revoluciona a ciência**

Ao menos desde o fim do século XIX, estudiosos vinham dando passos importantes na compreensão de como funciona a massa de proteína e gordura de



1,4 quilo que controla os sentimentos, o raciocínio e o comportamento. Só em décadas mais recentes, contudo, novas ferramentas tecnológicas promoveram saltos decisivos no conhecimento do cérebro. Graças aos aparelhos de ressonância magnética e a microscópios de alta resolução, cientistas hoje investigam com maior precisão as funções de cada estrutura que compõe o órgão. No momento, evolui-se com celeridade em outra fronteira essencial: o mapeamento detalhado dos neurônios.

*As lembranças de fatos e sensações são processos registrados por meio de sutis trocas de impulsos entre os neurônios*

O Projeto Conectoma Humano é a ponta de lança dessas pesquisas. Com apoio do governo americano, uma dezena de instituições ao redor do planeta devotam-se a esquadrihar cada nuance das conexões entre as células nervosas do cérebro. É uma tarefa de extensão épica: a complexa rede por onde correm os impulsos eletroquímicos que produzem as sensações e os pensamentos de uma pessoa é formada por 100 bilhões de neurônios, conectados uns aos outros por meio de até 10 000 sinapses. Se o sequenciamento do DNA exigiu 3 gigabytes, o mapeamento do cérebro vai requerer bem mais: 1 trilhão de gigabytes de memória (eletrônica, não humana, bem entendido).

Apesar dos progressos, ainda há mais lacunas do que respostas sobre o funcionamento do cérebro. Entre os mistérios que podem ser solucionados em prazo relativamente breve, estão questões fundamentais como a natureza da memória (agora sim, humana). As lembranças de fatos e sensações são processos registrados na mente, acreditam os cientistas do Projeto Conectoma, por meio de sutis trocas de impulsos entre os neurônios. Indo mais longe, Eagleman propõe que noções aparentemente abstratas como a consciência, o livre-arbítrio e a ética podem ser determinadas pela química cerebral. O americano Hal Hershfield, que estuda tomadas de decisões econômicas, defende ideia não menos perturbadora: o cérebro teria entre suas funções criar a

## REFLEXÕES XXXI

---

falsa ilusão de que a razão tem pleno controle do que fazemos, quando na verdade nossas ações são ditadas por mecanismos abaixo do nível racional. A mente tem caprichos que desafiam nossa inteligência. ●

**Marcelo Marthe**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

LUIZ BIANCHI



## 25. A evolução: assim caminhamos

**Ricardo Ferraz**



*A ciência revisita e amplia as teorias evolucionistas, incorporando a tese de que o meio e suas circunstâncias têm um papel nessa*

*história*

Pioneiro nos estudos sobre a evolução, o naturalista francês Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) acreditava que as espécies se modificavam como consequência das condições do meio ambiente. Um exemplo clássico de suas ideias é o das girafas, que teriam desenvolvido pescoço longo graças ao esforço pela sobrevivência para alcançar plantas mais altas, pois as rasteiras rareavam. As conquistas de uma geração passariam à seguinte, em um processo gradativo que teria culminado na girafa de pescoço comprido que conhecemos. “É puro lixo”, definiu o naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), cuja teoria da seleção natural prevaleceu sobre a do colega francês, que estava errada. Para Darwin, o meio ambiente não induz mudanças; elas são obra do acaso. Os afortunados que nascem mais fortes e aptos vencem e suas características se perpetuam. Tudo certo, mas a história não termina aí. Ela também evolui movida pela inesgotável curiosidade científica de explicar como e para onde caminha a humanidade.

***É O SABER AVANÇA - Lamarck, o pioneiro: ele errou feio, mas deixou brecha para uma nova frente de pesquisas***

De uns anos para cá, uma ala de cientistas vem revisitando com nova óptica e mais recursos um ponto específico da teoria



lamarckiana, que em seu conjunto caiu em desgraça: aquele em que o meio ao qual as espécies estão expostas pode impactar o modo como elas se desenvolvem. Eles ainda bebem muito mais da fonte darwiniana, sólida e irrefutável, mas a superam ao afirmar que desafios postos pelo ambiente afetam em certos casos (e não em todos, como pregava o francês) a maneira como os genes se manifestam (gene, aliás, um completo desconhecido tanto para Lamarck quanto para Darwin). Nada muda nas informações genéticas contidas no DNA, concordam. A novidade está em entender que o meio e suas circunstâncias podem fazer com que o organismo sofra alterações bioquímicas — e estas, sim, têm o poder de modificar, se não os genes, a forma como eles se expressam.

A descoberta mais extraordinária nesse campo, chamado de epigenética<sup>1</sup>, é que tais mudanças também influenciam os herdeiros — ou, em outras palavras, impactam a evolução. Pesquisas observaram, por exemplo, que no caso de pessoas submetidas a brutalidades, como abuso infantil e guerras, certas informações do DNA deixam de ser “lidas” pelas células, o que eleva as probabilidades de doenças psiquiátricas — para elas e os descendentes. A britânica Nessa Carey, da Universidade de Edimburgo, relata em livro um episódio que suscitou vários estudos. Em 1944, tropas nazistas impediram a entrada de alimentos na Holanda, submetendo a população a meses de fome. Depois o país prosperou, mas a geração seguinte, que nunca viveu privação igual, tinha número incomum de indivíduos traumatizados e obesos (resultado da escassez, uma vez que o organismo aprende a armazenar). Em alguma medida, os efeitos daqueles dias dramáticos passaram de pai para filho — herança em termos celulares, diz Nessa.

Essas ideias estão embaladas no que é hoje chamado de

---

<sup>1</sup> **Epigenética:** epigenética consiste nas modificações das funções genéticas que são herdadas, mas que por sua vez não alteram a sequência do DNA do indivíduo. Em suma, representa as variações não genéticas que são transmitidas de uma geração para outra.

Síntese Evolutiva Expandida (na sigla em inglês, EES), que absorve e enriquece a Teoria Moderna da Evolução. Cada passo da ciência para engrandecer o conhecimento, porém, deve ser visto com a cautela necessária para dar ao avanço seu real peso e medida. *“Os achados da epigenética são fascinantes e mostram que o ambiente pode mesmo interferir em traços hereditários, mas seu alcance para a evolução é relativamente limitado”*, pondera Diogo Meyer, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. *“O que se sabe até agora é que mudanças estimuladas pelo ambiente se estendem a uma ou duas gerações”*, diz o biólogo evolutivo Rodrigo Nunes da Fonseca, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Amparados no que já se sabe sobre a epigenética, cientistas estão abrindo um novo campo de pesquisas para a cura de doenças hereditárias. O Roadmap Epigenomics Project já começou a investigar o mapa epigenético de seres humanos, em parceria de universidades americanas com colaboradores do mundo todo. A previsão é que os estudos ajudem a descortinar, em futuro não muito distante, tratamentos e medicamentos para alguns tipos de câncer, doenças autoimunes e mentais. A evolução não para. ●

**Ricardo Ferraz**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## 26. Os genes: no limite da ética

**Jennifer Ann Thomas**

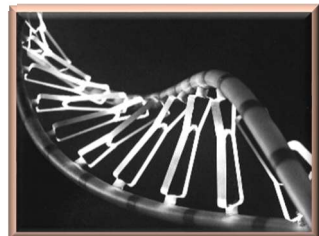


*O domínio da genética já permite a manipulação de nosso genoma. No futuro, será possível criar vida. A questão: até onde poderemos ir?*

O fio da meada de um dos mais apaixonantes mistérios da ciência começou a ser puxado há pouco mais de sessenta anos: afinal, quais elementos biológicos fazem com que um ser humano seja tão diferente de outro, não só nos aspectos físicos como também no comportamento? Hoje, conhece-se a razão. O segredo passou a ser desvendado pelo trio de biólogos Francis Crick (1916-2004), inglês, James Watson, americano, e Maurice Wilkins (1916-2004), neozelandês, pesquisadores da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que decifraram o DNA, o marco zero do início da jornada, em 1953. Pouco se sabia, naquele momento, da função da estrutura em dupla-hélice que formava a molécula. Dada a largada, a década de 1960 testemunhou a mais espetacular maratona intelectual da virada do século. É a procura que se mescla com a busca ancestral pela resposta de uma eterna dúvida do homem: “De onde viemos?”.

***NO PRINCÍPIO ERA... - O DNA, ácido desoxirribonucleico, molécula presente no núcleo das células de todos os seres vivos***

Antes da descoberta do DNA, a única base que se tinha para explicar as diferenças entre os animais (incluindo os do gênero homo) era a teoria da evolução, de autoria do mais famoso dos naturalistas, o inglês Charles Darwin (1809-1882).



Em seu clássico *A Origem das Espécies* (1859), Darwin apresentou a ideia de que a diversidade biológica era resultante de um processo de descendência, pelo qual os organismos se adaptaram gradualmente ao ambiente em que viviam. Evidentemente, o darwinismo firmou-se como a tese mais aceita para explicar a evolução, uma proposição ainda hoje respeitada e inescapável. No entanto, havia uma lacuna. Darwin acreditava que as heranças biológicas seriam selecionadas a partir da sucessão de gerações de cada espécie. Os estudos genéticos do século XX permitiram relativizar essa ideia.

Descobriu-se que as mutações genéticas, que impulsionam a evolução dos seres vivos ao longo do tempo, operam de forma muito mais fortuita do que Darwin imaginava. Há, como se sabe, as características herdadas diretamente de nossos pais. Contudo, elas podem sofrer alterações de geração em geração, independentemente do meio ambiente. Transformações que podem ser benéficas, como uma adaptação que permita ao sistema gastrointestinal digerir melhor a lactose, ou malélicas, a exemplo das que levam a deficiências físicas e intelectuais.

***NÃO É FICÇÃO - Projeto da Universidade Harvard (EUA) pretende reconstituir o DNA do mamute, extinto há 5 000 anos***

É um jogo cujas regras foram desvendadas pela ciência nas últimas décadas. Os estudos progrediram do sequenciamento isolado do DNA para sua decifração por completo. O Projeto Genoma Humano, tocado pelos Estados Unidos, levou, em 2003, ao primeiro desenho preciso de nossa genética. A iniciativa pioneira custou 2,7 bilhões de dólares e demorou treze anos para ser concluída — e agora é possível fazer o mesmo em alguns dias, num hospital qualquer, por 1 000 dólares. “*O avanço foi colossal e continuará nessa toada, e a genética será o campo científico mais emblemático do século XXI*”, diz a geneticista Mayana



Zatz, diretora do Centro de Pesquisas do Genoma Humano da USP. *“Se lá atrás ainda nos debatíamos para tentar identificar os genes, hoje já podemos até manipulá-los.”*

Desde 1996, quando se clonou a ovelha Dolly, a ciência demonstrou ter meios para reproduzir qualquer animal vivo — em teoria, até um ser humano, feito ainda não realizado devido às barreiras éticas. A ambiciosa meta é no futuro conseguir inclusive criar vida praticamente do zero. É o objetivo de um projeto da Universidade Harvard que, desde 2015, procura reconstruir o DNA do mamute, extinto há 5 000 anos. Soa como ficção? Pois saiba que o primeiro filhote de mamute pode sair do laboratório em breve.

Outro fim será possibilitar a edição de genes humanos. Já neste ano devem começar testes clínicos com pessoas que terão o DNA manipulado para permitir o combate a doenças. Mas há uma questão de fundo filosófico que surge nesse cenário: em que ponto deixaremos de ser considerados meros animais, fruto da natureza, e, ao adquirir o poder de criar e remodelar a vida, viraremos uma outra coisa ainda sem nome? Talvez sejamos mesmo portadores do “gene egoísta”, na clássica definição de Richard Dawkins, o biólogo britânico, de 1976, para quem todos os seres vivos são reles máquinas criadas pelos genes cujo objetivo essencial é apenas replicá-los. ●

**Jennifer Ann Thomas**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

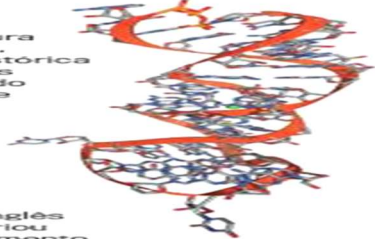


## EVOLUÇÃO ACELERADA

Em pouco mais de sessenta anos, a ciência partiu da quase total falta de conhecimento sobre os genes para o desvendamento completo do DNA

### Década de 60

Já se conhecia a estrutura em dupla-hélice do DNA, graças à descoberta histórica de Francis Crick e James Watson, em 1953, quando estudos realizados entre 1965 e 1967 revelaram a forma do **RNA** — o ácido produzido por uma molécula de DNA —, semelhante a uma fita



### Década de 70

Em 1977, o bioquímico inglês **Frederick Sanger** criou o método de sequenciamento dos genes usado até hoje. Em 1980 ele ganharia o Nobel de Química



### Década de 80

Houve um extraordinário salto: nos Estados Unidos foi patenteada a clonagem de genes; elaboraram-se teorias para a edição do DNA, pelo método conhecido como CRISPR; em 1988, os americanos anunciaram a criação de um projeto para decodificar o genoma humano

### Década de 90

Tempos dourados para as pesquisas. Em 1996, a ovelha Dolly tornou-se o primeiro mamífero a ser clonado a partir de uma célula adulta. Três anos depois seria decodificado o primeiro cromossomo humano, com 545 genes

### Anos 2000

O **Projeto Genoma Humano** foi concluído em definitivo em 2003, com 99% do DNA decodificado, ao custo de 2,7 bilhões de dólares



### HOJE

Os estudos avançam na área de epigenética, segundo a qual algumas características do DNA são hereditárias e outras podem mudar ao longo da vida, dependendo do ambiente e dos hábitos individuais. É possível agora fazer a edição do genoma humano em laboratórios comuns por cerca de 1000 dólares

### 27. As raças: origem única

**Jennifer Ann Thomas**



*Somos todos — negros, brancos — filhos de um mesmo ancestral. Mas a ciência propõe um novo desafio*

Em 24 de novembro de 1974, dois antropólogos americanos, Donald Johanson e Tom Gray, saíram a campo para uma busca de fósseis no sítio arqueológico Formação Hadar, na Etiópia. A certa altura, decidiram mudar de rota e, por acaso, toparam com ossos de um hominídeo. Os pesquisadores identificaram partes do seu crânio, fêmur, costelas, pélvis e mandíbula. Duas semanas depois, grupos de escavação acharam 40% do esqueleto, que viria a ser batizado como Lucy. O nome surgiu porque, na noite em que os cientistas comemoraram a descoberta, a música mais ouvida fora Lucy in the Sky with Diamonds, um clássico dos Beatles.

A celebração não era um exagero. Com 3,2 milhões de anos, Lucy fazia parte da espécie *Australopithecus afarensis*. Outro fóssil da mesma espécie, com 2,8 milhões de anos, já tinha sido achado em 1924, na África do Sul. Com essas descobertas, ficava evidente que a nossa origem estava na África, não na Ásia, como se supunha.

**MÃE ÁFRICA – Recriação do rosto de Lucy, descoberta em 1974 na Etiópia, com 3,2 milhões de anos: a origem da humanidade**



Mais: como aquele era, até então, o mais antigo ancestral conhecido de todas as espécies de hominídeos — em 2001 seria encontrado um de 7 milhões de anos, no Chade —, estava confirmado que qualquer homem ou mulher provinha de uma



mesma árvore genealógica, independentemente do local onde houvesse nascido ou de sua etnia.

Depois de Lucy, outros marcos científicos na frente antropológica se tornariam históricos, como a descoberta do ancestral do homem mais próximo do macaco, em 1992, e a reconstituição do rosto de Luzia, o fóssil humano mais antigo das Américas, em 1999. Em junho de 2000, quando foram apresentados os resultados preliminares do Projeto Genoma Humano — que compôs o sequenciamento completo do DNA da espécie —, um dos pioneiros da área, o americano Craig Venter, foi categórico: *“O conceito de raça não tem nenhuma base genética”*. Entre um macaco e um humano, a semelhança do DNA é de 96%. Entre dois humanos, de 99,9%. Detalhe: os genes de um negro podem ser mais parelhos com os de um caucasiano do que com os de outro negro. Isso significa que a cútis não pode ser usada para nos diferenciar.

Não há nenhuma dúvida: todos descendemos de alguns milhares de humanos que habitaram a África. À medida que alguns grupos migraram para outras regiões e continentes, pequenas alterações genéticas — como a mudança na pigmentação da pele — se firmaram por ser mais bem adaptadas ao novo meio. O chamado “racismo científico”, que advogava que o conceito de raça tinha fundamento biológico, levou a humanidade a experiências aterradoras, como a escravidão negra, a eugenia do início do século XX e a matança nazista de milhões de judeus.

Por isso, o que vem por aí é um desafio. As pesquisas genéticas têm demonstrado que existem, sim, diferenças biológicas entre grupos de população. São essas diferenças que explicam, por exemplo, por que os europeus do norte são mais altos do que os do sul. Ou por que os brancos têm maior tendência a desenvolver esclerose múltipla do que os negros. Ou por que os negros são mais propensos a doenças renais graves do que os brancos. O desafio é que tais diferenças biológicas reveladas pelas pesquisas genéticas já estão sendo usadas, aqui e ali, pelos mais empedernidos racistas para — mais uma vez —

## REFLEXÕES XXXI

---

justificar diferenças de comportamento, inteligência e caráter, o que poderá servir como base para explicar atrocidades como a escravidão, a eugenia, o nazismo. ●

**Jennifer Ann Thomas**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

LUIZ BIANCHI

## 28. O animal: semelhantes a nós

**Jennifer Ann Thomas**



*Estudos científicos descobriram que o comportamento humano é muito mais parecido com o de outras espécies do que se imaginava*

*“Então disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais grandes de toda a Terra.’”* Essa é uma das passagens mais célebres do Gênesis, o primeiro livro da Bíblia. Afinal, ali está definida a identificação do ser humano com a divindade. Nas últimas décadas, porém, o trecho ganhou notoriedade por outro motivo: grupos de ambientalistas começaram a enxergar na convocação de supremacia humana na Terra a mais remota explicação para os maus-tratos que impusemos aos animais.

Uma das vozes mais ativas dessa vertente é a do filósofo australiano Peter Singer. Para ele, *“tentar provar nossa superioridade não pode estilhaçar um fato duro: no sofrimento, os bichos são nossos iguais”*. Singer é autor de uma obra pioneira acerca do assunto.

***SELFIE - “Autorretrato” do macaco Naruto, feito em 2011, na Indonésia, com a câmera do inglês David Slater: disputa autorial***

Publicada em 1975, *Libertação Animal* tornou-se a base filosófica para os movimentos conservacionistas que ganharam força desde então, levando, por exemplo, à criação, em 1980, da fundação americana Peta (na sigla em inglês, “pessoas em favor do tratamento ético dos



animais”). Muito atuante, a instituição pretendia, entre outras coisas, que a autoria da imagem ao lado, feita em 2011, na reserva de Tangkoko, na Indonésia, fosse creditada ao macaco-de-crista Naruto, que acabou clicando a si mesmo ao manipular a câmera do fotógrafo inglês David Slater, que se encontrava posicionada em um tripé. (No ano passado, foi fechado um acordo num tribunal de São Francisco, nos Estados Unidos, pelo qual Slater se comprometeu a destinar 25% da renda gerada pela foto a entidades que zelam por Naruto e outros animais de sua espécie que vivem em território javanês.)

As ideias de Peter Singer acabariam ganhando respaldo científico. Até meados do século passado ainda era praxe nos separar dos outros animais, principalmente sob o argumento de que apenas nós teríamos consciência da própria existência. Seguiu-se o que fora dito, em 1798, pelo filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804): *“O fato de que o ser humano consegue ter a representação do ‘eu’ o eleva infinitamente acima de outros seres na Terra”*.

Atualmente, a máxima de Kant não se aplicaria. Para começar, a ciência descobriu que muitos bichos também possuem consciência de si mesmos — golfinhos e primatas se reconhecem em espelhos. *“A nossa percepção em relação aos animais se transformou de 25 anos para cá”*, disse a VEJA o primatólogo holandês Frans de Waal, professor da Universidade de Emory, nos Estados Unidos, e autor de livros que analisam o comportamento social de chimpanzés e bonobos — estes, aliás, em termos genéticos, 96% idênticos a nós. *“Passamos a compreender que não podemos tratar os bichos como máquinas. Tanto que hoje existem leis que os protegem, como as que proibem, nos EUA, testes com macacos”*, frisa De Waal.

Numa de suas obras mais conhecidas, *A Era da Empatia* (2009), o primatólogo mostra, por meio de pesquisas, como a maioria dos mamíferos tem habilidades cognitivas similares às dos homens. Já em *Política dos*

## **REFLEXÕES XXXI**

---

Chimpanzés (1982), fruto de um estudo de seis anos que realizou em uma colônia de macacos, ele revela que os animais são capazes de constituir sociedades.

Algumas teorias cujo princípio é a valorização dos seres não humanos, hoje amplamente aceitas pela comunidade científica, começaram a ganhar força com o trabalho de duas cientistas: a americana Dian Fossey (1932-1985) e a inglesa Jane Goodall. Em experimentos iniciados em 1960 na Tanzânia, elas foram as primeiras pesquisadoras a tratar seu objeto de estudo, os gorilas e os chimpanzés, não como números, mas por meio de nomes. Seus trabalhos ajudaram a consagrar descobertas que mostraram ao mundo como os animais, incluindo os domésticos, expressam comportamentos e sentimentos que, no passado, eram considerados exclusivamente humanos. Amar e odiar, por exemplo. Sim, temos mais semelhanças com os bichos do mar, do céu e da terra do que diferenças — e isso, em vez de nos diminuir, só nos engrandece. ●

**Jennifer Ann Thomas**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 29. Os gêneros: ser o que se é

**Fernanda Thedim**



*As classificações hoje vão além de masculino e feminino. São uma vitória contra o preconceito - e uma novidade ainda a ser digerida*

Entre as décadas de 1960 e 1970, movimentos que combatiam o preconceito contra os homossexuais irromperam nos Estados Unidos com força para se espalhar por outros países e começar — apenas começar — a pavimentar um cenário para a aceitação da diversidade. Os avanços foram acontecendo a passos lentos, mais vagarosos ainda no Brasil, até que definições convencionais — homem/mulher, heterossexual/homossexual — viram-se limitadas. A sigla LGBT, que surgiu nos anos 1990 para se referir a lésbicas, gays, bissexuais e travestis, expandiu-se para LGBTTTIS (agregando transexuais, transgêneros, intersexuais e simpatizantes), ou ainda LGBTQQICAPF2K+ (o 2 é de “dois espíritos”). Quando foi criado, há seis anos, o aplicativo de encontros Tinder dava ao usuário a opção de se identificar como homem ou mulher; hoje são 37 alternativas. O Facebook oferece 56. Desde 2016, a Comissão de Direitos Humanos de Nova York reconhece 31 gêneros, assimilados nas empresas e na esfera pública. Mesmo assim, neste século XXI, muita gente prefere não se definir.

***TUDO MUDOU - Caitlyn, nascida William: porta-voz dos transgêneros, que começam a deixar o limbo do deslocamento***

A questão de gênero não se restringe à orientação sexual, mas percorre também



uma delicada linha que mescla um tanto de subjetividade e por vezes um componente de ideologia, já que se trata da maneira como cada um percebe a si mesmo e quer ser percebido em sociedade. Referência nos estudos de gênero, a filósofa americana Judith Butler defende uma posição radical, segundo a qual ninguém nasce homem ou mulher — “*As pessoas aprendem a desempenhar esses papéis*”, diz ela. Sua visão é que a identidade deve ser algo “livre” e “flexível”, sem rótulos. Para muitos já é. Os transgêneros, para quem o sexo biológico é um e a identidade de gênero é outra, formam um grupo de 1 milhão de pessoas no Brasil e 35 milhões no mundo. Eles não brotaram do nada: sempre existiram, só que ficavam recolhidos à sombra do estranhamento e preconceito, que ainda não se dissiparam.

Mas há uma clara mudança em marcha, empurrada pelas redes sociais e capitaneada por figuras de visibilidade como a ex-atleta americana Caitlyn Jenner, 68 anos, nascida William Bruce. Depois de três casamentos com mulheres e seis filhos e filhas (duas delas irmãs de Kim Kardashian), ela passou pelo processo de transição de sexo e de identidade — agora é transgênero —, acompanhada por milhões de seguidores no Instagram. Em 2015, apareceu glamourosa na capa da revista *Vanity Fair* e discursou em uma premiação do mundo esportivo americano para ajudar a romper a nuvem de rejeição a casos como o dela.

*“Tenho a responsabilidade de contar minha história e fazer tudo o que puder para mudar o modo como os transexuais são vistos e tratados”*, disse. No Brasil, o tema chegou às novelas na trama global *A Força do Querer*, em 2017. O personagem transgênero vivido pela atriz Carol Duarte era Ivana e virou Ivan sob os olhos de milhões de espectadores que fizeram a audiência explodir. *“Trazer essa questão à tona é de suma importância para sua aceitação”*, avalia o psiquiatra Alexandre Saadeh, coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Hospital das Clínicas.

## REFLEXÕES XXXI

---

A ciência ainda procura respostas para o que define como “disforia de gênero”, esse desencontro entre corpo e mente. A explicação fisiológica mais aceita recai em alterações cerebrais e hormonais no feto, durante a gravidez. A hipótese é que haveria um descompasso na produção de hormônios masculinos que circulam no corpo da mãe entre a décima semana de gestação, quando se formam os órgãos genitais, e a vigésima, quando se desenvolve a região cerebral responsável pela identidade de gênero. É aí que se abriria uma janela para um cérebro masculino em corpo feminino, ou o contrário. Assimilar o novo caldeirão de gêneros vai levar tempo, não há dúvida, mas uma vitória recente aponta para um futuro longe da vala do preconceito: em junho, a Organização Mundial da Saúde decidiu excluir a transexualidade do rol dos transtornos mentais. Como ocorreu com a homossexualidade, é um passo para a normalização. ●

**Fernanda Thedim**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601



### 30. A tolerância: aceitar é progredir

**Roberta Paduan**



*O aumento do respeito às diferenças sociais não faz do mundo um lugar apenas mais pacífico – faz com que ele seja também mais*

*próspero*

O termo tolerância, em sua acepção social, foi registrado pela primeira vez durante o século XVII. Na época, filósofos como o inglês John Locke estavam preocupados com as labaredas dos conflitos entre católicos e protestantes, que atrasavam o desenvolvimento da Europa. Em sua Carta sobre a Tolerância, escrita em 1689, Locke afirmou: *“Não é a diversidade de opiniões (o que não pode ser evitado), mas a recusa de tolerância para com os que têm opinião diversa o que deu origem à maioria das disputas e guerras que se têm manifestado no mundo cristão por causa da religião”*.

Pois no início deste mês a Suprema Corte da Índia decidiu que manter relações homossexuais não é mais crime no país. Antes disso, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais corriam o risco de amargar dez anos de prisão, devido a uma lei de 1861.

***Protestos após a invasão do bar gay Stonewall: o princípio da luta pelos direitos civis dos homossexuais***

Em junho passado, a Arábia Saudita começou a expedir as primeiras carteiras de motorista para mulheres, até então proibidas de dirigir. É inegável que a descriminalização da homossexualidade na Índia e a liberação de carteiras de



motorista para as sauditas acontecem com atraso, muito atraso. Mas é igualmente inegável que são uma expressão de que a tolerância, aquela de que Locke já falava, está avançando no mundo.

Os homossexuais, que formam uma das minorias mais castigadas da história da humanidade, são também um dos grupos mais beneficiados pelo aumento da tolerância. Nos últimos doze anos, 21 países deixaram de tratar a homossexualidade como prática sujeita a sanção penal. Ainda que 71 dos 193 membros da ONU continuem a considerá-la crime, os números mostram que, para a maior parte dos habitantes do planeta, soa hoje inconcebível alguém ser preso por ser gay. É uma mudança recente, quando se lembra que foi apenas em junho de 1969 que a prisão de treze pessoas, no bar Stonewall, em Nova York, resultou em seis dias de protestos violentos que deram origem à luta pelo reconhecimento dos direitos civis dos gays.

O avanço da tolerância no mundo não é um fenômeno fácil de ser medido. Mas não é difícil constatar que o grau de aceitação de práticas e costumes diferentes dos da maioria evolui melhor do que em relação à variedade de posições políticas. Uma pesquisa recente do instituto Ipsos mostrou que a diferença de pontos de vista políticos é a principal causa de tensão na maioria dos 27 países avaliados. O foco de tensão entre ricos e pobres foi o segundo maior problema apontado pelos entrevistados. A questão dos imigrantes ficou em terceiro lugar. As diferenças religiosas, entre grupos ou países, mereceram a quarta colocação. No Brasil, os principais focos de tensão são, por ordem, as diferenças políticas, de classe social e religiosas.

*“A valorização da tolerância é fruto do avanço civilizatório”, afirma o historiador Jaime Pinsky, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mas não é possível dizer que a humanidade caminha inexoravelmente nessa direção. Há na história fartos exemplos de retrocessos. A Grécia, por exemplo, que foi um farol do desenvolvimento da ciência e das*

## REFLEXÕES XXXI

---

artes na Antiguidade, chegou ao século XVIII como um conjunto de aldeias primitivas, fanáticas e analfabetas. E, no século XXI, a humanidade ainda produz grupos como o Estado Islâmico e a Al Qaeda.

O alento é que o exercício de tentar entender como e por que existem outras ideias e práticas diferentes das nossas constrói sociedades não apenas mais pacíficas, mas também mais criativas, inovadoras e ricas. O nível de tolerância entrou para o rol de indicadores-chave usados na medição da prosperidade dos países. O Martin Prosperity Institute, que faz o Índice de Criatividade Global, diz que a tolerância é, ao lado da tecnologia e do talento, um dos três elementos que formam o tripé gerador de prosperidade.

Isso talvez explique por que entre as nações tidas como as mais tolerantes do mundo por pesquisadores do tema estão Canadá, Nova Zelândia, Bélgica, Austrália e países nórdicos — todos ricos, inovadores e com poucos conflitos históricos. Se o caminho para a paz é a tolerância, o atalho mais seguro para ela é o progresso. ●

**Roberta Paduan**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 31. O ódio: o rancor, o rancor

**Paula Soprana**



*A quantidade de informações disponíveis na web fez crescer aquilo que funciona como propulsor da ira – a discórdância entre as*

*peças*

*“É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?”* A pergunta, de Albert Einstein para Sigmund Freud, foi feita por carta em 1932, onze anos após Einstein ter recebido o Prêmio Nobel de Física e dois anos depois de Freud publicar *O Mal-Estar na Civilização*. O mundo assistia então à ascensão nazista e, para Einstein, a ameaça de guerra era *“o mais urgente de todos os problemas”*.

A resposta do psicanalista ao físico, também enviada por carta, foi que não, ele não achava que seria possível estancar o ódio (*“Não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem”, escreveu*), mas acreditava na possibilidade de “desviar” esse sentimento, “num grau tal que ele não necessite encontrar expressão na guerra”.

**CHARLOTTESVILLE, EUA - O menino vestido com o uniforme da Ku Klux Klan aprende cedo a rechaçar o soldado**

Uma das formas de fazer esse desvio, propunha Freud, seria estreitar os vínculos emocionais entre os homens, pela empatia ou pela identificação. *“Tudo o que leva os homens a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimentos, essas*



*identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas, em grande escala.”*

Quase um século depois, constata-se com facilidade que é precisamente o contrário da identificação — a discordância — o principal propulsor do ódio contemporâneo, mais gritantemente expresso na internet. Uma vez que a rede alçou a níveis estratosféricos a quantidade de informação disponível sobre todas as coisas, os focos de diferença de opiniões aumentaram — e onde a diferença se funde à incompreensão sobra espaço para o ódio. Ajuda no processo o fato de, no ambiente virtual, o detentor da ira poder agir repetidas vezes, sobre diferentes alvos, e na impunidade do anonimato.

*No Brasil, desde a radicalização política que explodiu em 2014, as barbaridades on-line viraram uma doença incurável*

A inexistência de uma relação física entre quem odeia e quem é odiado também estimula a ira gratuita e desmedida, explica a socióloga Mariana Valente, diretora do Internet Lab, um *think tank* sobre tecnologia. “Isso ocorre porque quem emite a agressão ou destila o ódio não compreende o efeito dessas atitudes na vida de quem está do outro lado”, diz ela. Em estudo feito nos Estados Unidos pelo Pew Research Center em 2017, quatro em cada dez americanos afirmam já ter sido alvo de ódio na internet, e sete em cada dez dizem conhecer alguém que passou pela mesma experiência. No Brasil, recentemente, dada a radicalização política que explodiu em 2014 e nunca mais cessou, as barbaridades on-line viraram uma doença incurável e assustadora.

Estudo realizado pela Universidade de Warwick nas redes sociais alemãs cruzou postagens feitas pelo partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha, o principal difusor da ideia anti-imigração no país, com dados de ocorrências policiais envolvendo agressões contra refugiados. Os pesquisadores concluíram que, a cada quatro postagens críticas aos refugiados, um incidente de agressão era

## REFLEXÕES XXXI

---

registrado. Como contraponto, nas periferias alemãs, onde o acesso à internet é mais precário e menos constante, a correlação entre as postagens e a violência contra refugiados mostrou-se menos evidente. O estudo sugere, portanto, que o ódio virtual não se encerra no próprio ambiente, podendo transbordar para o mundo real — um problema que Einstein certamente elencaria no seu rol de preocupações urgentes. “É possível controlar isso?”, perguntaria de novo. Desta vez, porém, ainda não há resposta à vista. ●

**Paula Soprana**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 32. A autoestima: o tempo do eu

**Fábio Altman**



*As selfies não nos tornaram mais ególatras que nunca — um olhar histórico mostra que fomos sempre assim, porém tudo agora é muito*

*mais rápido.*

Em 2013, na pré-história da civilização digital de hoje, e foi outro dia, o dicionário Oxford escolheu a palavra *selfie*, em inglês, como o vocábulo do ano. Era o destino natural de uma obsessão — em apenas um ano, antes da edição daquele pai dos burros, registrara-se um aumento de 17 000% no uso do termo, um estrondo. Os organizadores do volume chegaram até a pedir desculpas, porque não se tratava de nenhuma grande novidade, aquelas seis letras juntas já vinham sendo pronunciadas havia algum tempo. “*A palavra do ano não precisa necessariamente ter sido criada nos últimos doze meses e não precisa ser uma palavra que durará por um bom tempo*”, justificou Judy Pearsall, diretora editorial do Oxford.

**ROBERT CORNELIUS** - *O pesquisador americano foi o autor do primeiro autorretrato em foto, imagem capturada em 1839*

Não há dúvida de que o termo *selfie*, s-e-l-f-i-e, será pronunciado ainda por muito tempo pela boca de qualquer ser humano que tenha um *smartphone* (foram 7,8 bilhões de linhas de aparelhos em 2018). E sua origem, na condição de “uma fotografia que uma pessoa faz de si mesma”, vem de priscas eras. A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em Washington, guarda a primeira *selfie* de





que se tem notícia, de 1839, tirada por Robert Cornelius, estudioso da fotografia que ficou pelo menos três minutos parado como uma estátua diante de um daguerreótipo. A rigor, ao decidir registrar para a posteridade o autorretrato, ele repetia as pinceladas de Rembrandt, Van Gogh, Picasso, etc.

Cornelius não foi um pioneiro qualquer, e mereceria mais destaque na história dos inovadores. Foi apenas em 2003, portanto 164 anos depois daquele passo inaugural, que a Sony pôs no mercado o primeiro e mal-ajambrado *smartphone* com uma câmera frontal. A precocidade de Cornelius, que se inspirou em pintores que nunca deixaram de retratar a si mesmos, talvez represente um balde de água fria na ideia da *selfie* como algo revolucionário (não é), mas, sobretudo, indica não estarmos vivendo um fenômeno de comportamento que faz de todo ser humano um narcisista ao cubo, para quem o centro do mundo é uma *selfie*. Soa exagerado imaginarmos que há um novo “eu”, e que esse novo “eu” está atrelado ao ritmo dos lançamentos tecnológicos. O mal-estar da civilização é o mesmo que sempre foi, talvez esteja um tanto mais acelerado, e a busca de reconhecimento na sociedade não mudou muito.

*“Pensamos que todas essas coisas, o Twitter, o Facebook, o iPhone, causaram a auto-obsessão, mas é claro que não é verdade”*, diz o jornalista britânico Will Storr, autor de *Selfie: How We Became So Self-Obsessed and What It’s Doing to Us* (*Selfie: Como Nos Tornamos Tão Auto-Obcecados e o que Isso Está Fazendo Conosco*, 2017). “O problema somos nós, a civilização que construímos, uma cultura que há muitas décadas incentiva graus cada vez maiores de autoestima.”

E uma *selfie*, tudo somado, é apenas uma *selfie* — tem doses de exibicionismo, sim, é alguém querendo se mostrar a um milhão de amigos, mas não raro é apenas uma brincadeira benigna como a que fez um grupo de artistas de Hollywood na cerimônia do Oscar de 2014 (Ellen DeGeneres, Brad Pitt, Meryl Streep, Julia Roberts, etc., todos com vergonha, hoje, de



## REFLEXÕES XXXI

---

ter posado ao lado do assediador Kevin Spacey, mas naquela noite a casa ainda não tinha caído para o Frank Underwood de House of Cards). A mais badalada de todas as *selfies* foi retuitada por mais de 800 000 pessoas em apenas uma hora, e contando desde então. Era a troça de uma dúzia de atrizes e atores que cultivam o ego, ganhavam e ganham dinheiro com ele, o que não significa que sejamos todos, os comuns dos mortais, ególatras atávicos. Embora, como ensinou o psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981), a alteridade ocupe um lugar central, porque não há um sujeito sem o outro para espelhar-se. Um salve para as câmeras frontais, sem as quais mal sairíamos para a rua. ●

**Fábio Altman**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 33. O amor: o que vale a pena

**João Batista Jr.**



*Com menos influência religiosa, aumento dos divórcios e as conquistas feministas e do movimento gay, os casamentos se pautam, cada vez*

*mais, pelo afeto.*

A palavra vem do latim, carrega consigo o peso de representar o núcleo da sociedade, mas tem hoje um significado que a distancia sobremaneira do termo que a originou. Etimologicamente, “família” descende — com o perdão do verbo — de *famulus*, que designava a mão de obra escrava doméstica. Foi durante a vigência do Império Romano que o vocábulo se modificou para passar a se referir a qualquer grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum — ou por meio do matrimônio. Só então o conceito de vínculo sanguíneo foi associado a “família”. Não era ainda uma associação necessariamente pautada pelo afeto — o novo grupamento era regido em especial por motivos econômicos. A própria prática sexual era tabu.

***JUNTO E MISTURADO - Barack Obama com seus meios-irmãos e a madrasta numa visita a Nairóbi, em 1988: núcleo estendido***

No entanto, como apenas por meio do sexo, evidentemente, os laços de sangue prosperariam, a ideia de família ancorou-se, durante um longo período da história, na biologia. Foi preciso que a modernidade chegasse para que o conceito se libertasse desse fator. Segundo o psicanalista francês Jacques Lacan, o mais fiel dos herdeiros do austríaco Sigmund



Freud, família não é um fato biológico, e sim social. Se o laço puramente biológico é incontornável, o social é fluido e precisa ser construído. Assim, fluida é a família na atualidade. Provavelmente, a palavra nunca esteve tão divorciada — com o perdão do adjetivo — de sua matriz, que se vinculava à condição de escravo.

*“Em decorrência de fatores religiosos, financeiros e jurídicos o casamento foi, durante séculos, algo imutável. Não importava se o casal era feliz ou se tinha perdido a afinidade”,* observa a historiadora Mary Del Priore, autora do livro *História do Amor no Brasil* (2005). *“Por herança dos portugueses, conservadores e católicos, entendia-se que apenas Deus poderia separar um casal”,* frisa Adriano Ryba, ex-presidente da Associação Brasileira dos Advogados de Família. Os casamentos também se estendem porque a lei impedia que fossem desfeitos.

*Segundo o psicanalista francês Jacques Lacan, fiel herdeiro de Sigmund Freud, família não é um fato biológico, e sim social*

Com o advento do divórcio no Brasil, em 1977, a redução da influência religiosa e os avanços do feminismo e do movimento gay, a família tem abrigado, cada vez mais, múltiplos modelos. O conceito de estrutura nuclear, antes restrito aos pais e filhos, vem acompanhando essa mudança. O ex-presidente americano Barack Obama, com sua família estendida — que inclui meios-irmãos e a madrasta, pai nascido no Quênia, mãe nos Estados Unidos —, é um bom exemplo.

*“Ex-marido, ex-sogros e enteados se tornaram parentes. Há muitas crianças que crescem com dois pais, duas mães... Isso é natural e positivo”,* diz Mary Del Priore. Um caso assim, semelhante ao de Obama e a de tantos outros, tem como protagonistas a cantora e atriz Jennifer Lopez e seu marido, o ex-jogador de beisebol Alex Rodriguez. Sem filhos em comum, eles sempre são vistos com as crianças que tiveram em relacionamentos anteriores e com os ex-companheiros. O

## REFLEXÕES XXXI

---

casamento entre gays também vem se tornando mais frequente, depois da legalização. A mais recente novidade à frente das famílias contemporâneas é o casal de mais de duas pessoas, o chamado *trisal*, com todas as variações possíveis. No século XXI qualquer constituição de família — de amor — está valendo a pena, como na canção Paula e Bebeto, de Milton Nascimento e Caetano Veloso, um clássico popular dos últimos cinquenta anos. ●

**João Batista Jr.**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 34. A felicidade: a obrigação de sorrir

**Ana Claudia Fonseca e Rinaldo Gama**

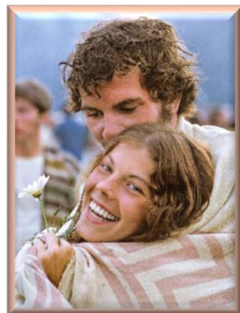


*Como a imposição de ser feliz a todo custo ajudou a formar uma sociedade cada vez mais individualista e propensa à depressão.*

Quando perguntaram a Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), já idoso, se tivera uma vida feliz, o escritor alemão respondeu que sim, mas disse não se lembrar de uma única semana em que o houvesse sido. Nada menos faustoso. Nem mais preciso: a máxima traduz de forma irretocável a natureza fugidia da felicidade. É algo que ninguém deixa de reconhecer, e, no entanto, não se consegue explicar de modo definitivo. O tormento coincide com os primeiros sismos da filosofia. Na Grécia antiga, o ser feliz estava ligado à procura do bem supremo e da virtude. Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) via a felicidade como “a atividade da alma dirigida pela liberdade”. Nada mais moderno, sobretudo quando se considera que Sigmund Freud (1856-1939) vinculava a felicidade à liberdade. Como Jean-Paul Sartre (1905-1980) acreditava que o homem está “condenado” a ser livre, a felicidade seria uma sentença?

***Festival de Woodstock, realizado nos Estados Unidos, em 1969: “paz e amor” virou um tipo de dever***

Se a resposta é “sim”, então a felicidade é uma bela condenação. Uma rápida pesquisa em livrarias penduradas na internet revela mais de 60 000 títulos que apregoam a melhor maneira de alcançar aquele, digamos, estado de satisfação plena. Um curso sobre como ser feliz inaugurado em 2017 na Universidade Yale, nos Estados Unidos, bateu o recorde



em matrículas nos 316 anos da prestigiosa instituição — e acabou servindo de inspiração para uma idêntica disciplina oferecida agora na Universidade de Brasília (UnB). “De todas as emoções humanas, a felicidade é a mais difícil de definir”, disse a VEJA o filósofo francês Pascal Bruckner. *“É algo que muda de acordo com a pessoa, a época e a idade. Ela pode ser encontrada em alguns momentos, contudo não vem quando a chamamos — e chega quando menos se espera”*.

Em seu livro *A Euforia Perpétua* (2000), Bruckner detalha como a obsessão por essa quase miragem se impôs com características de um pesado fardo sobre os ombros ocidentais a partir da segunda metade do século XX. A busca pela felicidade, considerada pelos iluministas uma prerrogativa de todo ser humano, passaria a ser, sob o incentivo dos movimentos de contracultura da década de 1960, um ideal coletivo e obrigatório. Em outras palavras: o que era um direito se tornou quase um dever. Bruckner localiza isso no lendário Festival de Woodstock, que se realizou entre 15 e 18 de agosto de 1969, nos Estados Unidos.

O fenômeno encontraria sua justificativa em duas grandes mudanças. A primeira se deu no âmbito do capitalismo: já não bastava trabalhar; era preciso consumir. E fomos todos às compras. Quando mostramos a maior casa, o carro mais novo, a roupa de marca, somos reconhecidos pelo outro como vitoriosos. E, nesse reconhecimento, nós nos sentimos bem. Entretanto, trata-se de uma sensação efêmera, porque sempre se quer mais, o que gera enorme ansiedade. “O ser feliz inclui momentos de frustração, de inquietação, de angústia, de busca que não é atendida”, comenta o economista Eduardo Giannetti, autor de *Felicidade* (2002). *“Vivemos, porém, uma época em que todos os desejos têm a expectativa de ser imediatamente satisfeitos. Se não o são, temos a impressão de que estamos perdendo algo”*, acrescenta.

A segunda mudança foi o impulso do individualismo, alimentado pelo enfraquecimento da ideia de uma moral generalizada, como já havia detectado o existencialismo, e pela

ampliação do sentimento de descrença em algum tipo de vida após a morte. A partir do momento em que a moral ganha ares de escolhas particulares, e a sorte de cada um não é mais uma questão da providência divina, é preciso tomar as rédeas do próprio destino. Se o indivíduo não é feliz, só tem a si mesmo para culpar. Começa-se então a enxergar a felicidade como o objetivo final da vida, e não como um momento alegre na existência. Assim, quem não se considera feliz passa a se sentir simplesmente como alguém excluído da sociedade.

Para Goethe, ser feliz não significava uma vida sem dificuldades, e sim ter conseguido superá-las. Essa noção perdeu vigor no último meio século. Hoje, a menor contrariedade atinge os indivíduos como uma afronta. *“As pessoas se sentem infelizes por não ser felizes. Não percebem que estar bem o tempo todo pode ser uma maldição”*, atesta Bruckner. *“O ser humano funciona na falta. Quando nos sentimos incompletos, sonhamos e criamos mais”*, afirma o psicanalista Jorge Forbes. A busca é, portanto, o motor da felicidade.

A natureza abstrata e caprichosa do ser feliz elucida o poder sedutor desse sentimento. Nunca sabemos se somos integralmente felizes, e o mero ato de formular a pergunta já faz com que deixemos de sê-lo. Para Forbes, trata-se de uma experiência de satisfação plena que leva quem a vive a questionar a si próprio. *“A felicidade é sempre um encontro surpreendente, que sidera (fulmina) o indivíduo que o experimenta a ponto de ele temer perder o controle”*, destaca o psicanalista. Nada a ver com a sensação comezinha vivenciada, por exemplo, após a vitória do país numa Copa do Mundo. Para entender melhor isso, é preciso fazer uma distinção entre o estar feliz e o ser feliz. O primeiro é um estado de ânimo, uma circunstância que oscila no dia a dia. Já o segundo não é resultado de um cálculo; assim, quando chega, interrompe o curso do tempo e causa assombro. Para saboreá-lo é preciso coragem, não se medir pela expectativa dos outros nem se deixar abater pela angústia de que se trata

de algo transitório. Até porque muito provavelmente a coisa se repetirá.

Em fevereiro deste ano, na reportagem de capa “A ciência da felicidade”, VEJA noticiou um estudo da Harvard que acompanhou 300 pessoas durante oitenta anos a fim de descobrir o que faz alguém feliz. Segundo a pesquisa, todos os que disseram ter tido uma vida plena haviam mantido relacionamentos de qualidade — familiares, amorosos ou de amizade. Não é uma ideia nova. O filósofo Epicuro de Samos (341 a.C.-270 a.C.) já a pusera em prática quando, ao se mudar para Atenas, comprou uma casa grande em que podia abrigar uma dezena de amigos. *“Mais importante que saber o que você vai beber ou comer é saber com quem vai beber ou comer”*, costumava dizer. Epicuro entendia que não era a quantidade de amigos que importava, mas a qualidade das amizades.

***PRA FRENTE, BRASIL - Grupo de torcedores comemora na rua a vitória da seleção na Copa do Mundo de 70: efemeridade***



Passados mais de dois milênios do epicurismo, permanece o xis da questão: como manter relacionamentos de “qualidade”? Com 7,6 bilhões de almas no planeta, nunca tantas pessoas viveram e envelheceram tão sozinhas. O número de casamentos e a taxa de fertilidade nos países desenvolvidos vêm diminuindo. Mais indivíduos estão trabalhando em casa; já não vão ao escritório. Sindicatos, associações cívicas, organizações de vizinhos, grupos religiosos e outras fontes tradicionais de solidariedade social estão perdendo terreno, o que aumenta a sensação de isolamento. O Centre for Time Use Research, grupo de pesquisa da Universidade de Oxford, na Inglaterra, faz um alerta para o fato de que os americanos passam menos de meia hora por dia falando com outro ser humano, e 30% admitem jantar sozinhos. Segundo a organização Fondation de France,



30% dos franceses não têm um confidente. Na Inglaterra, 9 milhões de pessoas sofrem algum distúrbio relacionado à solidão. A Agência Nacional de Estatísticas, sediada em Londres, divulgou um estudo em que mostra que jovens entre 16 e 24 anos são os que mais reclamam da falta de companhia: 10% dos entrevistados disseram se sentir frequentemente sozinhos. Em janeiro passado, a premiê Theresa May criou o Ministério da Solidão, para combater o que chamou de “a triste realidade da vida moderna”.

E as novas tecnologias, não estão mudando esse quadro? Ao contrário, parecem agravar o problema. No raciocínio da escritora inglesa Ruth Whippman, autora do livro *America the Anxious* (América, a Ansiosa, 2016), o uso das mídias sociais só aprofundou as divisões e distâncias já existentes. “*A introspecção e certo grau de solidão são partes importantes de uma vida psicologicamente saudável. No entanto, em algum ponto do caminho perdemos o equilíbrio*”, avalia ela. Faz sentido. De que adianta ter milhares de seguidores nas redes e nenhum amigo para ir ao cinema? Quando desliga o celular, o computador, o *tablet*, o indivíduo se vê mais sozinho que nunca.

A dificuldade em criar vínculos é preocupante porque relações interpessoais saudáveis aumentam a longevidade. Pessoas solitárias enfrentam mais obstáculos para dormir, apresentam baixa imunidade e maior nível de stress. Alguns estudos sugerem que a solidão pode aumentar em 50% o risco de morte prematura. Se ela é tão nociva, por que as pessoas ainda se relacionam via aplicativos, em detrimento da vida real? Para Giannetti, o problema é que a tecnologia dá a impressão de nos proteger do sofrimento inerente a todo relacionamento pessoal. “*Ao nos relacionarmos virtualmente, temos a sensação de estar no controle; deletamos quem nos desagrada. Contudo, isso é viver na retranca*”, sublinha ele. “*Por mais que a tecnologia nos resguarde dos males do mundo, o que ela nos oferece não é felicidade, é prudência*”, acrescenta Bruckner. A prudência, tal como a satisfação plena,

pode ser paralisante. A verdadeira felicidade é o que move. ●

**Ana Claudia Fonseca e Rinaldo Gama**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

LUIZ BIANCHI

## 35. O feminismo: voz rejuvenescida

**Jana Sampaio**



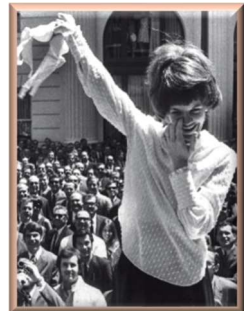
No século XX, intelectuais lideraram o movimento de libertação das mulheres. Hoje elas já sabem que têm poder para mobilizar

*multidões*

Quando este século começou, feminismo era coisa fora de moda. Lembrava os anos 1960, as vozes de Gloria Steinem, a bela, e Betty Friedan, a fera, insuflando donas de casa a rasgar os aventais, lutar por direitos iguais e pôr os maridos para lavar pratos e trocar fraldas. Esse movimento de mulheres para mulheres foi perdendo força até parecer ter-se esgotado —, mas a capacidade de mobilização em torno de causas femininas, vê-se agora, continuou vivíssima, aguardando uma faísca. Há um ano, o pavio acendeu e incendiou Hollywood, a terra do cinema e das celebridades: o poderoso produtor Harvey Weinstein, 66 anos, foi acusado de abuso, chantagem e estupro por uma, duas, cinco, dezenas de mulheres, entre elas nomes como Angelina Jolie, Gwyneth Paltrow e Salma Hayek. Na onda que se seguiu de indignação furiosa e denúncias a rodo contra figurões do cinema, da política e da imprensa, a voz do feminismo voltou com potência extraordinária, rejuvenescida e multiplicada milhões de vezes — e se espalhou pelo planeta.

**SÃO FRANCISCO, 1969 - Adeus, sutiã: livrar-se dele, como nesta manifestação, era um ato de liberdade**

O feminismo de agora não tem necessidade de mentoras que abram os olhos de mulheres subjogadas. Até em



consequência das vozes e das atitudes ousadas de antes, como jogar fora o sutiã em público (não, queimá-lo em fogueiras nunca aconteceu), hoje elas nascem poderosas e prontas para ocupar espaços. Bastou Weinstein ser exposto para para uma legião de anônimas tomar de assalto as redes e fazer virar um canal de libertação a *hashtag* #MeToo — o movimento criado dez anos antes nos Estados Unidos com o objetivo de acolher denúncias de assédio sexual. *“Um assunto desses nas redes sociais torna-se rapidamente campanha, com adesão em massa, visibilidade e capacidade de causar estrondo. Pode não ter a profundidade de um projeto embasado por intelectuais, como foi a liberação sexual e profissional feminina há meio século, mas é capaz de enormes transformações”*, explica a escritora Heloisa Buarque de Hollanda, pós-doutora em sociologia da cultura pela Universidade Colúmbia, em Nova York.

O caso Weinstein fez o #MeToo espalhar-se como teia, em questão de dias, por 85 países. Seis meses antes, outro slogan, “Mexeu com uma, mexeu com todas”, havia tomado conta da internet brasileira quando uma figurinista da Rede Globo, Susllem Tonani, escancarou gestos e palavras ofensivas dirigidas a ela pelo veterano ator José Mayer — que não foi processado, porque ela retirou a queixa, mas está até hoje afastado das novelas. *“Agora, quando uma mulher relata sua experiência, muitas outras aparecem e formam uma rede de apoio. As vozes e reivindicações ecoam, repercutem no mundo off-line e deságuam no sentimento coletivo de que determinada situação não é mais aceitável”*, avalia a escritora e ativista francesa Rokhaya Diallo. *“O feminismo se popularizou. Hoje alcança muito mais gente e virou um movimento globalizado”*, diz a historiadora americana Estelle Freedman, especialista em estudos da mulher.

**LOS ANGELES, 2017 - Abaixo o assédio: a atuação na internet abriu espaço para um**



### *maior engajamento*

Se na onda feminista do século passado a inimiga da mulher era ela mesma, no movimento atual o vilão é o homem que assedia. Mesmo antes da ação que tirou Mayer do ar, a internet brasileira já mobilizava as mulheres em campanhas como “Chega de Fiu Fiu” e “Meu Primeiro Assédio”. *“É interessante notar que cinco anos atrás a palavra assédio mal aparecia no vocabulário feminista, porque assediar não era visto como violência. De lá para cá, a percepção sobre o assunto mudou e veio a virada”*, lembra Antonia Pellegrino, uma das responsáveis pelo blog Agora É que São Elas, o primeiro a dar voz a Susllem. Até o momento, nenhum desses célebres acusados de assédio foi parar na cadeia, mas muitos perderam o emprego, e o bloco das denúncias continua na rua. Nos Estados Unidos, Weinstein depositou 1 milhão de dólares de fiança para responder em liberdade a um processo, em Nova York — nem a informação de que uma de suas primeiras acusadoras, Asia Argento, pagou para não ser ela mesma acusada de assédio por um ator então menor de idade arrefeceu os ventos antiabusadores.

A França aprovou uma lei que estabelece multas para atos de assédio na rua — inclusive o fiu-fiu. Isso no país onde, em resposta ao vendaval que varreu a comunidade dos assediadores em cargos de poder, 100 “francesas influentes”, entre elas a atriz Catherine Deneuve, assinaram um manifesto que pretendia fazer distinção entre flerte e abuso. *“O documento foi publicado na imprensa e fez barulho, mas representava uma parcela pequena das francesas. O #BalanceTonPorc”* (algo como “exponha seu porco”), *equivalente daqui ao #MeToo, teve repercussão muito maior*”, afirma a ativista Rokhaya. Até na discreta e meio empoeirada Academia Sueca de Letras, encarregada de selecionar anualmente o prêmio Nobel de Literatura, o clamor antiassédio se fez ouvir: dezoito mulheres acusaram o fotógrafo francês Jean-Claude Arnault, marido da poeta Katarina Frostenson, que integra o comitê do Nobel, e ele

próprio figura influente na academia. Em meio ao escândalo, o anúncio do prêmio de 2018 foi cancelado.

A indignação contra assediadores não surgiu do nada, de repente. A valorização da mulher, com tudo o que ela acarreta — sintetizada em uma palavra antipática, mas eficaz: empoderamento —, recolocou o feminismo na linha de frente e reabilitou uma bandeira que vinha sendo renegada pelas mulheres modernas, mas que nos últimos anos voltou a ser erguida abertamente. Artistas famosas puseram a vergonha de lado e se declararam feministas. Até as princesas da Disney estão dispensando o príncipe encantado (*veja o quadro abaixo*).

No rol das frivolidades, o concurso Miss América informou que as candidatas não mais desfilarão em trajes de banho e não serão julgadas pela “aparência exterior”. No vocabulário, o feminismo inventou os termos *maninterrupting*, para homens que interrompem a mulher que está falando, e *mansplaining*, aplicado àquele que explica coisas óbvias à mulher, vista por ele como um ser de duvidosa capacidade intelectual. No universo das causas sérias, a diferença de salários entre homens e mulheres que ocupam a mesma função ganhou contornos de campanha, a partir de estatísticas inapeláveis. No Brasil, em março deste ano, uma reportagem de VEJA que utilizou cálculos do Instituto IDados baseados em números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, mostrou que no fim de 2016 o holerite dos homens com diploma universitário era 75% mais alto que o das mulheres na mesma situação. Preocupada com esse cenário, a ONU lançou a Coalizão Internacional pela Igualdade Salarial, com metas para que trabalho igual, salário igual, seja realidade até 2030. Sem liderança e sem gurus, alastrado pelas redes sociais, no século XXI um novo feminismo pede passagem. Pede, não — exige.

**O show das poderosas Palco - Elas têm a força:  
Anitta desafia o machismo, Mulher-Maravilha**



O poder da mulher está presente nas letras e nas atitudes de cantoras como Beyoncé, Lady Gaga e, no Brasil, Anitta, a poderosa de plantão no machista ambiente do funk carioca. A força delas também moldou uma reviravolta nas princesas da Disney, desde Elsa, do megassucesso Frozen, que dispensa o casamento com um príncipe no *happy end*, até a havaiana Moana, que, além de solteira, é muito independente. Culminando o ímpeto empoderador, a Mulher-Maravilha (na pele da israelense Gal Gadot) subiu ao pódio de super-heroína com um filme para chamar de seu. ●

**Jana Sampaio**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601



### Embalado em ondas

**Rokhaya Diallo**



*Do século XVIII à atualidade, com altos e baixos, as mulheres vêm ficando seu lugar na sociedade — e seguem em marcha acelerada sob o*

*impulso das redes*

Tradicionalmente, o feminismo ocidental é dividido em uma sucessão de ondas. A primeira delas está simbolicamente associada ao período da Revolução Industrial, no século XVIII, época em que várias democracias (a americana, a francesa) traziam à luz suas declarações de direitos humanos. Eram manifestos em prol da igualdade de direitos. Não se atinham, porém, à distribuição tradicional de tarefas entre homens e mulheres. Faltava a perspectiva de gênero.

A II Guerra Mundial marca um ponto de virada para a onda seguinte do feminismo. A evolução científica originou a pílula anticoncepcional. A chegada maciça das mulheres ao mercado de trabalho deu a elas um terreno vasto de reflexão sobre sua autonomia financeira.

***Lindoneia, a Gioconda dos Subúrbios' Técnica mista, 1966, 90 cm x 90 cm (Istituto Rubens Gerchman/Divulgação)***

Os movimentos de emancipação na Europa e nos Estados Unidos dos anos 1960 inspiraram e ofereceram uma nova caixa de ressonância a feministas mais radicais. O tema da igualdade avançou para um questionamento do sistema patriarcal, projetado para privilegiar os homens. A luta se ampliou: elas foram atrás de liberdade para se vestir, viver





relações homossexuais e, sobretudo, frear as violências sexuais. A ideia essencial de movimentos que derivaram daí — *My Body, My Choice* e outros — é que as mulheres deveriam dispor de seu corpo, livre das amarras postas pela dominação masculina.

O que se considera a terceira onda feminista surgiu nos Estados Unidos e se propagou por várias décadas pelo mundo. Nos vibrantes anos 1970, um novo ângulo, mais segmentado, despontou em paralelo à agitação das ruas: militantes negras perceberam que não encontravam um lugar ideal nos movimentos feministas, em que eram alvo de racismo, nem nos movimentos negros, em que o sexismo era excessivo. Foi assim que nasceram o *Black Feminism* e o *Chicana Feminism*, também chamado de chicanismo pelas militantes de origem latina.

Desse ponto em diante, as mulheres assumiram identidades mais complexas: somos mulheres E negras, mulheres E androfóbicas. Essa nova onda vem impulsionada pelas vitórias anteriores, mas tem um componente crítico em relação a elas: há uma certa desmobilização da militância feminista e até mesmo uma rejeição da própria noção do feminismo, que passa a ser percebido como antiquado, algo caricato. Até aqui as reivindicações haviam sido conduzidas principalmente dentro da esfera pública por mulheres da burguesia que não consideravam os argumentos de grupos menos privilegiados.

*“Sojourner, escrava americana, disse às mulheres brancas em um congresso: ‘Ain’t I a woman?’ (Eu não sou uma mulher?)”*

O pensamento feminista está ancorado, ele mesmo, em uma desconstrução crítica, que coloca a concepção de gêneros no lugar da de sexos. Os sexos dividiam a humanidade de maneira binária — homens e mulheres — como se isso fosse uma condição natural. Já a noção de gênero se expande pela ideia de uma construção social e, paradoxalmente, revive a teoria de Simone de Beauvoir (1908-1986): “Ninguém nasce

mulher: torna-se mulher”. Assim, é a sociedade que fabrica os gêneros, por meio das injunções sociais. Não se fala mais somente em dois grupos, mas em uma multidão que pode recusar a intimação do gênero feminino ou masculino e se declarar, inclusive, não binária.

E chegamos à quarta onda, que desemboca no fim dos anos 2000. É a tecnologia acessível via internet que permite a mais mulheres ocupar espaços e fazer com que sua voz ressoe. Algumas delas, que sempre foram invisíveis na esfera pública dominante, ganham o poder da palavra agora que estão nas redes sociais. A internet permite rapidamente a divulgação massiva de ideias e testemunhos, bem como a formação de grupos feministas e a organização de manifestações. Elas ocupam com força uma plataforma que possibilita a quem nunca teve fórum nem audiência expor seu pensamento, criando *hashtags* como #MeToo. Isso era impossível em um mundo pré-internet. Trata-se de um avanço. Um novo mundo. Contudo, Tarana Burke, a americana que deu origem ao MeToo, uma mulher negra, acabou sendo preterida por atrizes hollywoodianas — o que, em certo grau, perpetua uma invisibilidade das vozes dessas mulheres menos poderosas.

O feminismo que se impõe, essencialmente pró-escolha, expande suas fronteiras: ele foca o direito das mulheres de dispor livremente de seu corpo, como já foi dito — isso abrange o direito à contracepção, a se vestirem como desejarem, a terem o seu lugar. Mas não para por aí. A escolha deve ser a mais vasta possível. As mulheres também devem ter o direito de se expor publicamente com um lenço religioso na cabeça, de se desnudar, de reivindicar um reconhecimento profissional e de ter acesso aos direitos sociais associados ao exercício da profissão. A questão da aceitação de corpos fora dos padrões das normas dominantes, outro tópico de alta relevância no rol dos avanços, também entra em cena — brilhantemente tratada pelo movimento Body Positive.

Esta descrição do feminismo como uma sucessão de ondas é sobretudo uma visão ocidental, ampla, mas incapaz de

explicar a complexidade dos movimentos feministas em todos os países em que se pronunciaram. Diante da pluralidade de culturas, a expressão do feminismo varia muito de um lugar para outro. Não é possível criar uma história do movimento como uma flecha avançando de maneira contínua globalmente. Não há apenas um caminho em direção a um único feminismo que emancipará todas as mulheres da mesma forma. Sendo assim, são as mulheres que devem definir suas prioridades dentro de suas respectivas realidades. Enquanto o movimento MeToo sacudiu positivamente muitos países, outros caminham a passos mais lentos. Mudar hábitos, costumes e visões de mundo não é nada fácil. Há anos a Índia se mostra publicamente apreensiva com a questão da violência sexual, por exemplo.

A história fornece muitas narrativas de mulheres nas quais se inspira, mas sua saga (e isso não é raro) acaba sendo esquecida, apagada em favor de homens que reivindicaram para si seus feitos. Algumas, às vezes em nome do próprio feminismo, se deixaram oprimir por outras mulheres. Vale lembrar, por exemplo, de Sojourner Truth, escrava americana que, no século XIX, se expressou em um congresso feminista constituído de mulheres brancas de forma simples e contundente: “*Ain’t I a Woman?*” (“Eu não sou uma mulher?”). Ela indagava a essas mulheres que pretendiam libertar todas as outras porque sua condição de mulher negra era inferior. Como Sojourner, existem muitas que lutam por sua igualdade fora dos grilhões brancos e cristãos. Sua briga é menos vistosa, mas não menos importante. A leitura atual do movimento feminista se mantém impregnada de um prisma etnocêntrico. Para seguir caminhando, precisa extrapolar essa ótica, de modo que a inclusão seja, enfim, universal. ●

**Rokhaya Diallo:** francesa, é escritora e ativista

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 36. A fama: quinze segundos e só

**João Batista Jr.**



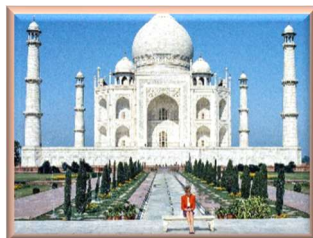
Qualquer um pode virar celebridade, embora por bem menos tempo do que os quinze minutos profetizados por Warhol. O sucesso é

*enganador*

“No futuro, todo mundo será famoso durante quinze minutos.” Quando o artista pop americano Andy Warhol tornou pública essa que se transformaria em uma das mais repetidas máximas do século XX — registrada no catálogo de sua primeira retrospectiva europeia, aberta em 1968 no Moderna Museet, em Estocolmo —, a ideia de que um dia qualquer pessoa pudesse desfrutar o sucesso por tão curto espaço de tempo podia soar como uma boutade (tirada espirituosa ou engraçada). A inusitada profecia, no entanto, seria confirmada pela era digital em que o planeta está hoje mergulhado, com sua avalanche de *selfies* publicadas nas redes sociais por uma multidão de anônimos, que, assim, deixam de sê-lo — quem sabe por quinze segundos — e podem faturar com isso.

**SOLIDÃO** - *Diana diante do Taj Mahal, em 1992, antes da web: ela morreu em 1997, perseguida por paparazzi (Anwar Hussein/Getty Images)*

Há, claro, quem multiplique os segundos com uma sucessão de *posts*, como a *socialite* americana Kim Kardashian, a mais perfeita tradução da notoriedade virtual, no pleno sentido da expressão. Muito diferente da princesa Diana, que morreu num acidente em 1997,



## REFLEXÕES XXXI

---

vendo seu carro ser perseguido por *paparazzi* pelas ruas de Paris. Para além do teor profético, a frase de Warhol era fiel às origens da palavra fama. Na Grécia, *pheme* significava “reputação” no mau sentido. Na tradição literária romana, Fama era uma divindade que residia num palácio de bronze, com mil aberturas, pelas quais ressoavam todas as vozes que lá chegavam, por mais baixas que fossem. Em volta dela viviam a Alegria infundada, os Rumores — e o Engano. ●

**João Batista Jr.**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 37. O compartilhamento: a arte de usar sem ter

**João Batista Jr.**



*O advento da era digital consagrou uma nova experiência social, baseada em princípio da confiança, que vai do trabalho ao turismo.*

Se a década de 1990, depois da explosão da internet e da criação dos navegadores da *web*, popularizou o *e-commerce*, com *sites* como o da Amazon vendendo de tudo, os anos 2010 trouxeram uma nova contribuição para a economia do século XXI: os serviços de compartilhamento on-line. E, como tudo o que se refere à era digital, a novidade, baseada no princípio da confiança, impactou tremendamente o cotidiano. Em lugar da cultura de ostentação patrimonial individualista, tão celebrada pelo capitalismo tradicional, brotou a ideia de usar sem ter, por meio da qual o verbo compartilhar — o escritório, o apartamento, o carro, a bicicleta, etc. — é conjugado livre de constrangimentos.

**TELA VIVA - Releitura da obra 'Quarto em Arles' (1889), de Van Gogh, feita pela Airbnb e pelo Instituto de Artes de Chicago em 2016**

Embora a adesão ao compartilhamento se espraie entre pessoas de diferentes idades, o entusiasmo maior é o dos mais jovens — como os representantes da Geração Y, formada por aqueles que nasceram no período que vai dos anos 1980 até meados da década seguinte. Também chamados de *millennials*, os indivíduos desse grupo têm entre suas principais características a disposição para testar comportamentos e produtos, como se essa postura fosse, digamos



assim, uma forma de protesto. Não é de estranhar que tenham embarcado na era do compartilhamento, que, além da despreensão e do despojamento, oferece novas vivências.

“As pessoas hoje são menos apegadas a bens materiais”, disse a VEJA a economista americana April Rinne, que em 2013 movimentou o Fórum Econômico Mundial de Davos ao abordar o tema da economia compartilhada. “Viver uma experiência diferente é fundamental na hora de escolher o trabalho e a próxima viagem.” Não por acaso, um dos sinônimos desses novos tempos é o conceito de *coworking*, uma inovadora forma de encarar o ambiente de trabalho. Não, o escritório não é mais ocupado só por funcionários de determinada companhia ou área de atuação; aliás, podem participar da coisa inclusive profissionais autônomos. A proposta ajuda na divisão de custos, no estabelecimento de novas parcerias e até na superação do isolamento trazido pelo advento do *home office* — manter relacionamentos de qualidade é considerado um dos fatores básicos para alcançar uma vida feliz (*leia a reportagem sobre felicidade*).

Criada em 2010 na cidade de Nova York, a WeWork, empresa de escritórios compartilhados, está avaliada em 20 bilhões de dólares. Na época de seu lançamento, foi vista com ressalvas. Acreditava-se que atrairia, no máximo, *start-ups* sem dinheiro. Pregando a cartilha do Vale do Silício, com sofás em salas de reunião, luz amarela para dar sensação de conforto e *wi-fi* superpotente, a WeWork conquistou locatários de peso — como o Google e o Facebook. “A reserva de nossas salas é feita por um simples aplicativo”, diz Lucas Mendes, diretor da empresa no Brasil, onde uma estação de trabalho custa a partir de 800 reais. A WeWork chegou ao país em 2017. Até o fim deste ano, terá quinze prédios para ser compartilhados, em endereços como a Avenida Paulista, em São Paulo.

Um ícone da moda do compartilhar propriamente dito é a Airbnb, fundada em 2008 com o objetivo de oferecer hospedagem em residências particulares como alternativa aos hotéis. Ela teve 5 milhões de ofertas de aluguel ao redor do

## REFLEXÕES XXXI

---

mundo em 2017 — 180 000 no Brasil — e está avaliada em 31 bilhões de dólares. Só aqui, 2,2 milhões de pessoas usaram o serviço no ano passado. *“Os primeiros a apostar na nossa plataforma foram os millennials”*, atesta Leonardo Tristão, diretor da Airbnb no país.

O publicitário Diego Ferreira e a profissional de hotelaria Luana Zingi, ambos de 33 anos, são exemplo disso. Eles ofereceram o apartamento paulistano onde moram para alugar durante a Copa de 2014. *“Hoje recebemos cinco hóspedes por mês”*, diz Ferreira. *“Não perco a minha intimidade. Na verdade, falo outras línguas e ainda faço amizades”*, explica Luana. É a graça de usar sem ter, ou de ter sem possuir. ●

### **João Batista Jr.**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601



## 38. A nostalgia: viagem de volta

**Edoardo Ghirotto**



*Por que a maré de banzo histórico, que favoreceu a eleição de Trump e o Brexit inglês, é diferente das outras — e até onde ela pode nos levar*

As esperanças podem desapontar, mas a nostalgia é irrefutável. Quando o cientista político da Universidade de Columbia Mark Lilla publicou seu livro *A Mente Naufragada — Sobre o Espírito Reacionário* (2016), o conceito da idealização do passado como discurso de cooptação imbatível diante dos males do presente ajudou a explicar fenômenos aparentemente inexplicáveis. A vitória do Brexit na Inglaterra, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a ascensão do Estado Islâmico no mundo, por exemplo, tinham em comum o fato de estar ancoradas numa fantasia de retorno a um período edulcorado pela poeira do tempo. *“Toda grande transformação social deixa para trás um novo Éden que serve como objeto de nostalgia para alguém”*, escreveu o americano.

**DIA DE AÇÃO DE GRAÇAS - Os EUA do início dos anos 1940 numa ilustração de Norman Rockwell: antes era assim**

A nostalgia é um impulso fundamentalmente reacionário, diz Lilla, já que nega o futuro e se baseia na crença de que houve um passado — próximo ou distante — em que as misérias do presente não existiam. *“Onde alguns veem o rio do tempo correr, outros enxergam no fluxo da corrente as ruínas de um paraíso perdido.”* Valeram-se dessa crença Recep



Erdogan, na Turquia, com seu discurso de retomada da glória do Império Turco-Otomano, e Narendra Modi, na Índia, com sua exaltação da civilização anterior à chegada dos muçulmanos ao país. O terrorismo islâmico, na visão do cientista político, é o exemplo mais acabado do que é capaz de produzir a “era da nostalgia”. Ao perseguirem a fantasia da volta a um califado em que imperavam a pureza religiosa e a força militar, terroristas islâmicos buscam restaurar sua Idade do Ouro. Como não conseguem fazê-lo por persuasão, fazem-no pela força.

No início do ano, o Brasil deixou registrada sua cota de adesão à onda nostálgica. No auge da greve dos caminhoneiros, uma pesquisa do Ibope constatou que um terço da população era favorável a uma intervenção militar. A ascensão de Jair Bolsonaro, capitão da reserva do Exército e apoiador do golpe de 1964, é mais um dado a reforçar o espírito desses tempos. Não há, porém, nenhum ineditismo nisso. Voltas ao passado são frequentes no curso da humanidade.

Na virada do século XIX para o XX, despontou na Alemanha um movimento conhecido como Wandervogel (“Pássaro Errante”), em que jovens usavam roupas no estilo medieval e acampavam nas florestas para escapar da industrialização que se acelerava nas cidades. Sentimento semelhante se viu na década de 1960, quando os hippies faziam protestos contra o capitalismo e pregavam a volta a um passado de convivência comunitária. O sociólogo Paulo Baía, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diz que a nostalgia tomou parte do Brasil logo depois da troca da monarquia pela república. *“Havia nos anos 1910 essa saudade do império, que se dava sobretudo em razão das incertezas que se apresentavam com o novo regime”*, afirma. Outra passagem nostálgica aconteceu com o governo de Juscelino Kubitschek, que, sucedido por crises e uma ditadura longeva, ganhou ares de “anos dourados”.

A onda atual tem ao menos um elemento original — o ressentimento. Grupos que se sentem às margens da globalização, que se desencantaram com as estruturas

## REFLEXÕES XXXI

---

políticas tradicionais e foram, em algum aspecto, negativamente afetados pelas novas tecnologias são presas fáceis do rancor. *“Houve uma aceleração nas mudanças em todo o mundo: nossas famílias mudaram, nossa noção de sexualidade mudou, nossa noção de possibilidades mudou, nossa relação com o resto do mundo mudou”*, diz Lilla. Daí essa *“sensação global de deslocamento e de que o presente não faz sentido e é insuportável”*.

É dos grupos ressentidos que parte o endosso a discursos populistas que prometem recuperar supostas glórias do passado. *“Há uma crise que leva camadas da população a perder as posições que tinham ou imaginavam ter”*, afirma a historiadora Heloísa Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais. Esse sentimento de perda, objetiva ou difusa, gera o que Lilla chama de *“sentido de traição histórica”*. Elemento presente em diversas sociedades contemporâneas e motor de ideias reacionárias que atraem adeptos em todo o mundo, o fenômeno implica um risco ainda maior: condenar o futuro em nome de um passado que nunca existiu. ●

**Edoardo Ghirotto**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## 39. A infância: meninice abreviada

**João Batista Jr.**



*Sobrecarregadas de atividades impostas pelos pais, as crianças têm se transformado em miniadultos. As consequências são alarmantes. A saída é*

*brincar*

*“Na sociedade medieval, a consciência da particularidade infantil, que distingue essencialmente a criança do adulto, não existia”, atesta o historiador francês Phillipe Ariès no clássico História Social da Criança e da Família (1960). Assim, a ideia de infância se constituía pelo negativo, por aquilo que a criança (ainda) não era ou não fazia — basta lembrar que o próprio termo “infância” vem da expressão latina “infans”, que significa “aquele que não fala”. Até a Idade Média, tão logo o infante adquiria condições “de viver sem a solicitude de sua mãe ou de sua ama, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais deles”, explica Ariès. A criança não passava, então, de um adulto em miniatura.*

**RECREIO – A diversão faz parte de um desenvolvimento saudável e já é “prescrita” pela pediatria**

Foi somente na Idade Moderna que essa visão começou a ser modificada. O culto da “inocência infantil” e uma atenção maior à saúde da criança, verificados nos séculos XVII e XVIII, tiveram papel fundamental em tal transformação — consolidada nos séculos XIX e XX, com os avanços da psicologia do desenvolvimento e da psicanálise, que consagrariam o entendimento de que a criança tem,



sim, particularidades que a distinguem essencialmente do adulto. Esse conceito persistiu por décadas. Ultimamente, porém, a noção de miniadulto voltou a assombrar a infância. O motivo: a enxurrada de atividades extracurriculares imposta à garotada.

*“Meninos e meninas têm agora uma rotina tão corrida que parecem CEOs de multinacionais”,* diz a educadora Tania Zagury. O excesso de obrigações é uma determinação dos pais, que querem preparar melhor os filhos. As consequências podem ser danosas. Hoje, chama atenção o número de crianças que tomam medicação à base de cloridrato de metilfenidato — como a Ritalina —, uma substância estimulante. Em geral, a droga é prescrita quando os pequenos apresentam dificuldade de concentração. Contudo, distração e impaciência são notadas com maior frequência em meninas e meninos obrigados a fazer algo que não lhes interessa — uma atividade extracurricular, por exemplo. *“Há uma confusão entre a hiperatividade, que pode ser um distúrbio, e o fato de a criança ser apenas sapeca”,* diz Tania Zagury.

Nesse cenário, que mistura esforço, angústia e gastos financeiros, *“os adultos esquecem que a brincadeira faz parte da formação de uma pessoa saudável”,* constata a psicanalista Ada Morgenstern, do Instituto Sedes Sapientiae. Eis a razão pela qual, recentemente, a Sociedade Americana de Pediatria recomendou aos médicos prescrever — sim, prescrever! — brincadeiras. Na hora da diversão, a presença dos pais é bem-vinda — desde que seja para valer. *“Não adianta ficar com a garotada dando likes no Instagram das amigas”,* observa a psicóloga mineira Beatriz Velloso, mãe dos gêmeos Lucas e Pedro, de 3 anos e meio. É preciso ser adulto e criança para não criar, de novo, gerações de miniadultos. ●

**João Batista Jr.**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## 40. A correção política: a obra é coletiva

**Ricardo Ferraz**



*A linguagem politicamente correta nasceu de uma brincadeira. Irritou a esquerda, a direita — e ainda hoje é o epicentro de*

*um embate ideológico*

Era apenas uma brincadeira. Corria a década de 1990 e a irreverência dos estudantes das universidades americanas criou uma piada para consumo interno — que ninguém ousasse ser politicamente incorreto. A elite branca que então dominava o ambiente acadêmico estava começando a conviver com uma diversidade inédita, conquistada à base de cotas e outros incentivos que traziam para os campi estudantes negros, latinos, homossexuais e minorias em geral. E a brincadeira era que ninguém podia ofender a suscetibilidade dos novos matriculados. Marilyn Friedman, militante feminista e autora de um livro sobre o tema, conta que, quando alguém tropeçava em algum tópico espinhoso, os colegas logo diziam, em tom de ironia, que aquilo não era “politicamente correto”. A expressão pegou e logo se politizou.

***A LÍNGUA NÃO CALA - Muro em Bogotá: o modo como uma sociedade se expressa espelha o que ela é***

A natureza ideológica da “correção política” é fruto do tempo. O mundo girou, o “politicamente correto” se universalizou e o que parecia ser uma patrulha do vocabulário, coisa de reacionários, acabou adotado pela esquerda como um meio de proteger a diversidade — e a coisa tornou-se anátema (amaldiçoada) para a direita. Em



sua campanha, Donald Trump, presidente da pátria mundial do politicamente correto, comportou-se como seu inimigo. *“Recuso-me a ser politicamente correto”*, disse Trump, mais de uma vez. É sintomático que Jair Bolsonaro, personificação da direita radical no Brasil, também já tenha dito que essa é “uma das desgraças” do Brasil.

Hoje demonizada pela direita, a linguagem PC adquiriu uma nova conotação: virou conspiração. Os mais conservadores, que não gostam de evitar termos como “judiar” (por ofender os judeus) ou “denegrir” (por ofender os negros), afirmam que existe um movimento organizado para impor uma nova linguagem. *“Se existe uma conspiração, não me avisaram”*, ironiza o historiador Jaime Pinsky, da Unicamp. *“O politicamente correto se origina de uma preocupação legítima de não agredir o próximo.”* A mudança no vocabulário não é um conluio espúrio entre espíritos clandestinos, mas sim uma obra coletiva da sociedade. *“Não se governa o uso linguístico. Ele vai se moldando pela fala da sociedade”*, diz a linguista Maria Helena de Moura Neves, da Unesp.

As tentativas de disciplinar por decreto a adoção do politicamente correto são tão anacrônicas quanto inúteis. Uma das primeiras cartilhas do gênero surgiu na universidade americana de Wisconsin, em 1989. Pretendia censurar o uso de certas expressões. A questão chegou à Suprema Corte americana, que sepultou a tese, considerando que nenhum tipo de linguagem pode ser punido previamente e episódios de preconceito devem ser analisados caso a caso. Isso não impediu que palavras como *nigger*, pejorativa para negros americanos, entrassem para o rol de vocábulos banidos não pela Justiça, mas pelo senso comum (curiosamente, o epíteto é usado entre os negros). Nos Estados Unidos, até humoristas aderiram à cartilha, mesmo que a contragosto. No Brasil, a piada preconceituosa resiste, mas já não é todo mundo que ri.

Em 2004, o governo brasileiro também criou uma cartilha com 96 verbetes a ser evitados ou substituídos — “prostituta”



## REFLEXÕES XXXI

---

por “profissional do sexo”; “anão” por “pessoa afetada pelo nanismo”. Diante da chuva de críticas, o documento não vingou. *“Quando os dispositivos sociais exigem que se troque leproso, de enorme carga de preconceito, por portador de hanseníase, isso ajuda a diminuir o estigma. Mas permanece o fato de que Jesus, na Bíblia, curou leprosos, e não dá para mexer em um texto de 1 900 anos”*, diz o historiador Leandro Karnal, da Unicamp, em um alerta contra certos excessos. Antes rejeitado pela esquerda e hoje açoitado pela direita, sequestrado pelo populismo conservador, conspurcado pela cegueira das diferenças ideológicas, o PC mesmo assim vem conquistando, nestes tempos conturbados, mais alcance e amplitude do que em todas as décadas anteriores. Talvez, para além das ideologias, seja apenas a sociedade falando mais alto. ●

**Ricardo Ferraz**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601



### 41. Deus: fé sem doutrina

**Adriana Dias Lopes**



*O futuro será  
marcado por pessoas  
que buscarão  
experiências  
transcendentes sem  
necessariamente  
seguir entidades*

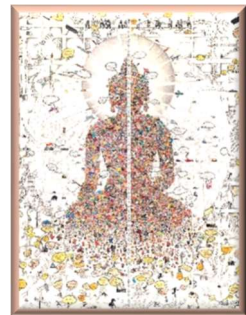
*divina*

“Para onde vai a Igreja?” Essa era a pergunta que resumia o grande embate da década de 1960, que contrapunha bispos progressistas a conservadores. Os católicos haviam recém-saído de uma reviravolta interna, o Concílio Vaticano II (1962-1965), um marco na modernização litúrgica e doutrinal. A assembleia em Roma tinha proposto a participação do bispado nas decisões da Santa Sé, de maneira semelhante ao que acontecia nos primórdios eclesiais. Aposentou o latim e permitiu que a missa fosse celebrada no idioma de cada país, tirou a obrigação do uso da batina e abriu espaço para movimentos sociais.

*“Este não deverá ser um concílio para combater erros, mas para pôr a Igreja em dia”, disse o papa João XXIII, ao inaugurar o evento. Estar em dia para a Igreja era o mesmo que dizer reaproximar-se do devoto.*

***ECLETISMO - As novas formas de se relacionar com o sagrado incluem meditação e movimentos esotéricos***

Mas não foi bem o que ocorreu no Brasil, o país com a maior concentração de católicos do mundo. O número de fiéis só caiu nas décadas seguintes. Na época do concílio, 91,8% dos brasileiros declaravam-se seguidores da religião. Hoje, eles não chegam a 65%. Em



contrapartida, os protestantes ocuparam um espaço fenomenal. Na década de 70 eram 5,2%, e hoje são 22%. A maior conquista aconteceu justamente nos lugares perdidos pelos católicos: as periferias das grandes cidades, as prisões. Foram os protestantes, portanto, que de fato conseguiram se comunicar com o fiel.

*A dança demográfica impulsionará um fenômeno que é ainda incipiente, mas já começa a crescer: o dos crentes sem religião*

Um segundo revés para a maior religião do planeta foi o crescimento dos ateus que aderiram ao “novo ateísmo”, vertente surgida nos anos 2000. Os novos ateus não apenas descreem de Deus, mas também condenam o que consideram os males da crença. “*A fé até pode ser benigna no nível pessoal, mas no plano coletivo, quando se trata de governos capazes de fazer guerras ou desenvolver políticas públicas, é um desastre absoluto*”, diz o neurocientista Sam Harris, um dos maiores defensores do novo ateísmo e autor de *A Morte da Fé* (2004).

A eleição do cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio como papa Francisco, o primeiro pontífice latino-americano da história, pode ser uma luz na tentativa católica de segurar a sangria de fiéis, por representar um aceno à simplicidade. Ainda assim, não há milagre no horizonte, e o catolicismo brasileiro dificilmente se manterá como antes nos próximos anos. Se a distribuição das crenças seguir no ritmo nas duas últimas décadas, em 2040 a fatia de protestantes será cerca de 5 pontos porcentuais superior à dos católicos, e os ateus chegarão a um total de 13%. A dança demográfica impulsionará um fenômeno hoje ainda incipiente, mas que começa a dar os primeiros sinais em boa parte do mundo: o dos crentes sem religião. São aqueles que se consideram abertos à questão religiosa, porém não estão vinculados a regras de um credo. “*O ateísmo e a fé se revelam como os dois lados de uma mesma moeda*”, disse Marco Rizzi, professor de literatura cristã da Universidade Católica do Sagrado Coração, de Milão, ao jornal italiano *Corriere della Sera*. As novas

## REFLEXÕES XXXI

---

formas de se relacionar com o sagrado incluem práticas de meditação e os movimentos esotéricos. É como se as pessoas estivessem mais preocupadas em buscar algo que as ultrapasse, que lhes dê um sentido, do que com a ideia da existência ou inexistência de um deus. Deus será possível, mas não necessário. ●

**Adriana Dias Lopes**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 42. A educação: a expansão do saber

**Jana Sampaio**



*A sala de aula vem se transformando nas últimas décadas — e mais mudanças ocorrerão, numa era em que aprender virou exercício*

*contínuo*

A Grécia, berço da filosofia, deu ao mundo o conceito de *zétesis* — a busca incessante do conhecimento pleno, mesmo com a consciência de que ele nunca será alcançado. Pois é um conceito criado há milênios que dá o tom da transformação radical que a educação vem sofrendo nas últimas décadas. Na história do conhecimento humano, nunca o exercício de procurar o saber foi praticado com tanto afincamento quanto agora, nestes tempos de informação vasta e acessível. Estima-se que em 2030 existirão 125 bilhões de dispositivos — *smartphones*, *tablets*, computadores — conectados a esse universo inesgotável. *“Quanto mais conhecimento a humanidade acumula, menos cada um de nós sabe e mais precisa buscar”*, diz o americano Marc Prensky, especialista em educação.

Transposta para a universidade dos nossos dias, a questão do limite do que se ensina ganha relevância inédita. Algumas instituições já vêm revisando seu papel para sintonizar-se com esta era em que a memória prodigiosa e o conhecimento enciclopédico perderam espaço para competências mais requisitadas: capacidade de expressar ideias,



***Conectados - Acesso ao conhecimento: qualquer hora, qualquer lugar***

produzir em equipe, navegar no desconhecido, conseguir criar e inovar, e raciocinar com lógica afiada. Vale mais fornecer aos alunos uma base sólida e ampla do que priorizar a aquisição do saber específico, que, além de perecer mais rápido do que nunca, pode ser absorvido na prática da profissão. “*As novas gerações vão mudar de carreira mais de uma vez durante a vida*”, lembra o filósofo Roberto Romano.

Os especialistas advertem que a jornada de aprendizado precisa ser encarada como uma lição de casa para a vida toda. Para quem ambiciona a via acadêmica, o diploma de graduação virou um mero degrau para que se alcance o Ph.D. — e além. A régua da excelência nunca esteve tão elevada. Instituições de ensino on-line que brotaram da iniciativa de uma turma inovadora, egressa das melhores universidades do mundo, estão abrindo caminhos para trazer à prática o conceito de que aprender não tem hora nem lugar; é um ato contínuo e abrangente.

No Brasil, essas ideias começam a germinar, mas entram em colisão com uma cultura antiquada que ainda vê na quantidade de conteúdo um sinônimo para ensino forte. Os países mais avançados — das primeiras séries à educação superior — estão trilhando rota exatamente oposta, ao cortar os excessos do currículo e ater-se ao fundamental, reservando tempo para aquelas competências que serão sempre úteis. Há muito que descobrir sobre como a tecnologia pode impulsionar a sala de aula, mas certamente ela já mudou o jeito de ensinar e aprender — e alargou os limites do conhecimento. ●

**Jana Sampaio**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 43. O futebol: gloriosos holandeses

**Fábio Altman**



*Com a Laranja Mecânica, de 1974, os contemporâneos de Johan Cruyff influenciaram os times modernos*

A eternidade de Pelé foi construída de 1958 a 1970, do primeiro ao terceiro título mundial do Brasil. Dali para a frente, dos anos 1970 até agora, o Pelé mais influente foi outro: Johan Cruyff (1947-2016). Dos seus pés, no Ajax de Amsterdã, no Barcelona da Espanha e na seleção holandesa que encantaria o mundo com o vice-campeonato de 1974, nasceu o futebol de hoje. De mãos dadas com o treinador Rinus Michels, Cruyff (pronuncia-se *Cróif*) pôs em prática uma concepção de jogo ancorada na ocupação de todos os espaços, na antecipação e na velocidade, no desrespeito voluntário às posições no gramado, num misto de balé e guerra.

A Laranja Mecânica, como ficou conhecida a seleção holandesa de 1974, movimentava-se como um batalhão, cercando os adversários, adiantando-se em bloco para deixar os atacantes impedidos, como se vê na foto abaixo. Daquela ideia revolucionária do “futebol total”, brotaria o estilo

**BALÉ E GUERRA - A seleção de Rinus Michels sobe em bloco contra a Argentina, na Copa da Alemanha**

hegemônico das atuais equipes vencedoras, de posse de bola, muita posse de bola, de intensa troca de passes — embora, ressalve-se, a Copa da Rússia talvez tenha selado o início do fim dessa regra. As três seleções que mais ficaram com a bola — a



## REFLEXÕES XXXI

---

Alemanha, a Argentina e a Espanha, todas com mais de 64% — saíram cedo do torneio. A campeã, a França, ficou no 18º lugar em posseção. Mas é cedo para decretar o fim de um tempo, que o digam os times treinados por Pep Guardiola, o mais refinado discípulo de Cruyff, que depois de pendurar as chuteiras fez fama e sucesso como treinador.

Deu-se, com os holandeses, o nascimento de outro modo de enxergar o futebol — o esporte como carbono de uma sociedade. Costuma-se associar o futebol brasileiro à irreverência de um Garrincha macunaímico. Talvez nunca tenha sido assim, e certamente não o é nos dias de hoje. O escritor britânico David Winner esgrime uma tese que ajuda a entender por que o “futebol total” é uma bela ideia — gloriosamente holandesa — de nosso tempo. Diz ele: *“Ao reinventarem o jogo como uma competição de controle do espaço, Cruyff e Michels estavam inconscientemente recorrendo à cultura nativa. Durante séculos, o povo da Holanda havia encontrado formas inteligentes de pensar, explorar e controlar um território pequeno, de terras lotadas e ameaçadas pelo mar. É sensibilidade que aparece nas telas de Vermeer, Saenredam e Mondrian, na arquitetura e, finalmente, também no futebol”*. ●

**Fábio Altman**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 44. A cidade: atração urbana

**Marcelo Sakate**



*O crescimento da população em grandes centros é um fenômeno global, impulsionado pela tecnologia, que torna mais sensata a vida*

*nas metrópole*

“Todas as sociedades tendem a um bem e, principalmente, ao bem supremo. O bem supremo, o que abrange todos os outros, é a chamada cidade”, escreveu Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), monumento da filosofia grega. É humano, demasiado humano, o movimento de formar aldeias, vilas, cidades, metrópoles, megalópoles. Nos últimos cinquenta anos, o Brasil, um exemplo radical de urbanização, deixou de ser 44% rural para tornar-se 84% urbano (outro caso extraordinário é a China). Hoje, seis de cada dez brasileiros vivem em cidades grandes ou médias, aquelas com mais de 100 000 habitantes.

As ruas de Florença nos deram o Renascimento, e as de Birmingham, a Revolução Industrial, já dizia Edward Glaeser, notável especialista em economia urbana. E as cidades propiciam as melhores oportunidades de quase tudo, do trabalho ao teatro, do lazer à gastronomia. Além disso, no sentido mais prático da

***TOQUE DIGITAL - O uso de aplicativos – voltados, por exemplo, para os transportes – vem se tornando frequente***

vida, as cidades se destacam na oferta de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança — ainda que, no Brasil urbano, tudo isso esteja hoje em decadência. A grande novidade das





últimas décadas, porém, que funciona como ímã nas cidades, é o fenomenal avanço da tecnologia. Pela primeira vez na história da humanidade, há “cidades inteligentes” — as *smart cities*, em inglês —, que buscam fazer uso da profusão de dados e de sua análise para facilitar a vida dos habitantes.

Com a expansão da internet das coisas, estima-se que o investimento mundial em serviços básicos — como energia elétrica e saneamento — deverá saltar de 5 bilhões para 40 bilhões de dólares no período que vai de 2015 a 2020, segundo o Boston Consulting Group, empresa americana de consultoria. As redes de transmissão de energia e fornecimento de água estarão conectadas em tempo real à internet, o que permitirá às empresas e aos consumidores gerenciar a oferta e a demanda de tais serviços. A partir de 2019, a cidade paulista de Barueri estará entre as primeiras do país a dispor do serviço conectado, ainda em caráter experimental. Em Barcelona, a iluminação pública, com lâmpadas de LED, aumenta ou diminui conforme a presença de pedestres ou carros. A economia de energia chega a 30%.

As cidades, que sempre fascinaram o homem, serão cada vez mais o epicentro da experiência humana — só que estarão ainda mais fascinantes. Tome-se o caso da mobilidade urbana, uma das dificuldades mais agudas da vida em grandes cidades. Com a fatura de dados produzida pelo ambiente digital e a inteligência artificial, há cidades americanas que já são capazes de enfrentar as questões do transporte com minúcia. Em Dallas, no Texas, o foco é atender à demanda na chamada “primeira ou última milha”. Ou seja: a distância que separa a casa e o trabalho das pessoas da estação de metrô ou do ponto de ônibus mais próximo.

Na China, mais de duas dezenas de prefeituras trabalham em parceria com a Didi, a maior empresa de aplicativo de transporte do mundo, para coletar informações em tempo real sobre o trânsito e direcionar o funcionamento de semáforos, faixas reversíveis e painéis de orientações aos motoristas a fim de antecipar-se aos congestionamentos. O uso de análise de

## **REFLEXÕES XXXI**

---

dados pela Didi — que no início deste ano adquiriu o controle da 99 no Brasil — permite prever com quinze minutos de antecedência picos de demanda em determinados bairros, o que torna possível o envio de táxis adicionais ao local.

As cidades do futuro — do futuro muitíssimo breve — vão dispor do carro autônomo, que será a estrela dos aplicativos de transporte. O Brasil, porém, terá um longo caminho a percorrer para extinguir mazelas do século passado que ainda povoam suas cidades, como a decadência dos centros históricos, as pichações, os moradores de rua, a insegurança brutal — problemas presentes em quase todas as capitais do país. Mas as cidades, esse vulcão de vida, seja em Istambul, seja em Montevideu, continuarão sendo o melhor resumo da experiência humana. ●

**Marcelo Sakate**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 45. O carro: relação no divã

**Ernesto Neves**



Os automóveis moldaram a vida da civilização. Agora, novidades tecnológicas e mudanças de hábito estão transformando

*esse velho elo entre homem e máquina*

Da década de 1960 ao início do século XXI, nenhum item de consumo foi tão decisivo para o ser humano quanto o carro. Símbolo de *status*, ele era um potente resumo da masculinidade e da prosperidade, proporcionando conforto e satisfação a cada membro da família. Jovens viam a entrega da primeira chave como o ritual definitivo de transição para a vida adulta. O automóvel foi adotado como política de Estado e motor de desenvolvimento — isso se deu em todo o mundo, sobretudo no Brasil. Cidades inteiras foram planejadas a partir dele, com destaque especial para Brasília. Duradouro, o casamento entre brasileiros e seus automóveis parecia indissolúvel. Hoje, porém, exhibe sinais de esgotamento. No ano passado, a frota nacional cresceu apenas 1%, número considerado baixo (entre 2001 e 2012, período de crédito fácil, ela dobrou, passando de 24 milhões para 50 milhões).

**EX-OBJETO DE DESEJO - Vitrine da Porsche: cada vez mais jovens chegam aos 18 e não tiram carteira de motorista**

É claro que a crise econômica é um componente das vendas fracas. Mas não é suficiente para explicar o que aconteceu. O *glamour* em torno dos automóveis ficou opaco. Ter um carro tornou-se caro



demais, com as taxas, os seguros e a manutenção, e chato demais. Além do metrô, uma combinação vem tomando seu lugar em razão da praticidade e do apelo ecológico. De um lado, o surgimento dos aplicativos de transporte, como o Uber, o mais famoso deles, já com 20 milhões de usuários no Brasil. Outro fator é a produção de bicicletas, que deverá atingir 727 mil unidades neste ano, 9% a mais que em 2017. O setor estima que a expansão será puxada, sobretudo, pelas classes A e B.

*A crise econômica é só um componente na queda das vendas. Dirigir tornou-se caro, pouco prático, antiecológico e sem glamour*

O fenômeno comportamental é ainda mais consolidado nas economias avançadas. Muito à frente da América Latina no planejamento urbano, cidades europeias adotaram o conceito de transporte multimodal como norma — aquele em que, em vez de concentração num meio específico, há combinação de uma ou mais opções, o que racionaliza o deslocamento diário. A onda é tão intensa que varre até os Estados Unidos, pátria mundial do automóvel como pilar da vida moderna. Conduzido pela Universidade de Michigan, um levantamento mostra que, em 1983, 80% dos americanos que chegavam aos 18 anos tinham carteira de motorista. Em 2014, não passavam de 60%. “A redução foi contínua. Ou seja, ela aconteceu tanto em períodos de crescimento econômico quanto de recessão”, diz Michael Sivak, professor da instituição e autor do estudo.

Os carros, evidentemente, não vão sumir dos cruzamentos. Novas tecnologias desencadearam uma corrida entre investidores. A principal delas é o veículo autônomo, que se locomove sem a necessidade de um condutor. O Google até criou uma empresa específica para tratar do tema, a Waymo, que, antes mesmo de lançar qualquer modelo comercial, já é avaliada em 175 bilhões de dólares. A Uber, por sua vez, planeja concretizar outra ideia saída dos contos de ficção científica. Até 2023, a companhia quer lançar em Dallas e Los Angeles, nos Estados Unidos, o “UberAir”, como chama seu táxi voador. Com tanta novidade, é provável que as próximas

## REFLEXÕES XXXI

---

gerações ainda andem de “carro”, mas desconheçam a antiga satisfação de possuí-lo — e nem tenham ideia do que significou no passado segurar suas chaves pela primeira vez. ●

**Ernesto Neves**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

LUIZ BIANCHI

### 46. A morte: quase eternos

**Natalia Cuminale**



*O caminho que nos levará a vencer o tempo está traçado, e tudo indica que viveremos cada vez mais. Resta saber se valerá a pena tanta*

*longevidade*

Ao longo dos milênios, a morte teve várias vidas. Já foi espetáculo público e recato privado. Já se morreu em casa, com o cadáver exposto no centro da sala, e hoje se morre no hospital, com cerimônias de caixão fechado. Morreu-se de modos muito distintos, mas nada nos preparou para a experiência da francesa Jeanne Louise Calment — que simplesmente não morria nunca. Foi a mulher mais longeva da história da humanidade. Viveu por 122 anos e 164 dias. Nasceu em 1875. Faleceu em 1997. O tempo lhe permitiu testemunhar, entre a adolescência e a vida adulta, as obras de construção da Torre Eiffel e as duas guerras mundiais. Jeanne Louise fumou a vida inteira — deixou o hábito apenas aos 117 anos, e somente porque tinha dificuldade de levar o cigarro até a boca, com a visão quase perdida, em decorrência de catarata. Era magra, mas nunca se preocupou com a alimentação, bastava que a comida e o vinho fossem bons.

**ESSE BEBÊ FARÁ 1 000 anos? – Para o biólogo inglês Aubrey de Grey, o ser humano que terá idade milenar já nasceu**

Jeanne Louise representou uma das maiores incógnitas para a moderna medicina. Como viver mais e melhor, considerando-se que ela chegou



razoavelmente bem ao fim de seus dias? Até pouco tempo atrás não existia consenso científico de que seria possível encontrar caminhos para frear os efeitos do tempo. No máximo se admitiam as possibilidades de melhorar a qualidade de vida dos idosos. Em 1973, tornou-se popular um dos primeiros produtos comercializados como elixir da juventude — um multivitamínico sintetizado pela geriatra romena Ana Aslan (1897-1988). Dava-se como certo que o argentino Juan Domingo Perón havia acabado de viajar à Romênia para testar o método. O que ele buscava, segundo noticiou a imprensa, a sério, era *“experimental, entre outros sintomas, um desejo de viver e trabalhar, maior poder de concentração, de visão e melhoria da memória”*. Soa risível, nos dias de hoje, uma “bala de prata” como a que se oferecia a Perón. Mas não está errado dizer que o caminho que nos fará vencer a velhice já está sendo trilhado.

A longevidade está associada a uma sinfonia de recursos científicos. O desenvolvimento de vacinas capazes de prevenir doenças infecciosas teve um impacto extraordinário no prolongamento da vida. A ocorrência das enfermidades diminuiu, restringindo, portanto, a circulação de vírus entre nós. Surgiram os antibióticos, as melhorias nas condições sanitárias e de alimentação. O impacto na expectativa de vida foi brutal.

Na Renascença, vida longa, mas longa mesmo, era chegar aos 30 anos. No século XIX, chegar aos 35 anos era incomum. Um século e meio depois, a expectativa de vida dobrou: hoje é de 72 anos. Aqui não é diferente. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) mostram que o número de idosos no Brasil, a partir de 60 anos, acaba de superar a marca de 30 milhões de pessoas. O país será o sexto no mundo com maior número de pessoas da terceira idade até 2025. Cinco décadas atrás, o brasileiro vivia, em média, até os 57,6 anos. Para 2060, projeta-se que chegará aos 81,2 anos. Nos EUA saltará de 68,7 anos para 85. Há no mundo pelo menos 500 000 pessoas com mais de 100 anos — contingente

que deve dobrar na próxima década. E, surpresa, o biólogo inglês Aubrey de Grey acredita já ter nascido o humano que chegará aos 1 000 anos. Sim, 1 000.

A busca da longevidade está no DNA humano. A medicina trabalha para desvendar o relógio biológico, processo que torna a vida finita. O que significa compreender a programação genética do ciclo celular. As células têm um tempo de vida. Conforme envelhecemos, perdemos a capacidade de controlar como nossos genes são regulados. A senescência, ou envelhecimento biológico, refere-se à deterioração geral das funções fisiológicas, que leva ao aumento da suscetibilidade a doenças e, por fim, à morte.

***A BUSCA PELA PERMANÊNCIA – Fonte da Juventude, tela atribuída ao italiano Giacomo Jaquerio (1375-1453)***



Recentemente, pesquisadores do Instituto de Biologia Evolutiva, da Universidade Pompeu Fabra, na Espanha, identificaram um novo método que tornou possível detectar 25 mutações localizadas em genes associados à cicatrização de feridas e coagulação sanguínea. Os resultados serão a base para desenvolver alvos terapêuticos certos para o tratamento de doenças relacionadas à idade. Em um futuro um pouco mais distante, a terapia genética permitirá barrar a passagem do tempo substituindo as células naturalmente velhas por jovens. Em junho de 2011, De Grey disse a VEJA: *“É patético ver o envelhecimento como natural. Não há nada de bom em ficar velho, e é preciso usar as armas ao nosso dispor para combater a senilidade”*.

Uma frente paralela ao estudo dos genes é o uso da nanotecnologia na medicina. Microscópicos, os nanorrobôs ou as nanopartículas possibilitarão intervenções diretas no corpo humano. Em novembro de 2017, a agência americana de registro e controle de medicamentos, a FDA, aprovou o



primeiro comprimido com chip capaz de informar aos médicos se e quando o paciente tomou a medicação. A tecnologia permitirá que a medicina aja antes mesmo de uma doença aparecer. *“Ao adotarmos estratégias de prevenção e controle das doenças crônicas antes de elas se complicarem, viveremos mais e melhor”*, diz Wilson Jacob Filho, geriatra e professor titular da disciplina na Universidade de São Paulo.

Mas valerá mesmo a pena viver tanto, sejam os 122 anos de Jeanne Louise, sejam os 1 000 anos de que fala Aubrey de Grey? Diz o geneticista Salmo Raskin: *“Se me perguntassem qual seria um limite razoável há cinquenta anos, eu diria que chegar aos 70 anos estaria excelente. Hoje já passou dos 120”*.

Que chegaremos lá com dignidade e qualidade, ainda não pode ser tratado como certeza absoluta. Não terá graça alguma — na verdade, seria um estorvo — envelhecer como os *struldbugs*, personagens com o dom da imortalidade criados em 1726 pelo irlandês Jonathan Swift no clássico da literatura *As Viagens de Gulliver*. Pessoas minúsculas, de 15 centímetros de altura, e pertencentes ao reino de Luggnagg, elas foram isoladas aos 80 anos de idade em um lugar chamado “hospital dos imortais pobres”. São imortais biológicos, mas já morreram para a vida civil e para o convívio social. Um *struldbug* é o avesso do que a medicina do metabolismo humano está conquistando em um ritmo cada vez mais intenso. ●

**Natalia Cuminale**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 47. O corpo: transplantes, não

**Natalia Cuminale**



*As cirurgias serão substituídas por órgãos criados em impressoras e por injeções de células-tronco que reconstituirão as*

*funções do organismo*

Há cinco décadas, o primeiro transplante de coração do Brasil, realizado pelo médico Euryclides de Jesus Zerbini, deu início a uma revolução. A possibilidade de transferir um músculo cardíaco saudável para substituir o órgão doente salvava vidas. O primeiro transplantado, João Ferreira da Cunha, o João Boiadeiro, morreu 28 dias após a cirurgia. O segundo transplantado viveria 378 dias. Em ambos os procedimentos, celebrou-se o sucesso. Mas havia um problema incontornável: era preciso encontrar um meio de combater a rejeição ao órgão transplantado — e, enquanto isso não acontecesse, os transplantes ficariam limitados a casos extremos.

Cinquenta anos se passaram. A ciência evoluiu e, agora, há medicamentos eficazes contra a rejeição. O transplante tornou-se corriqueiro para quase todos os órgãos.

***TUM-TUM-TUM - Um coração sintético em 3D: cumprindo as funções do órgão doente***

Em 2017, foram realizadas mais de 27 mil operações do gênero no Brasil. Ainda assim, o tempo de sobrevivência é mais ou menos limitado, dependendo do órgão. No caso do coração, a expectativa média é de dez anos. Como expandir o limite de tempo? *“Enxergar a medicina de outra maneira”*,



responde Juliana Giorgi, cardiologista do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo.

Essa outra maneira envolve uma estrada de duas vias: o uso de impressoras 3D e a manipulação de células. As impressoras serão capazes de criar estruturas personalizadas de acordo com a anatomia do paciente. Pesquisadores do Instituto Federal de Tecnologia de Zurique, na Suíça, deram os primeiros passos, usando a técnica para a criação de uma cartilagem desenvolvida a partir do material genético do próprio paciente. Em paralelo, a ciência estuda o uso de células-tronco embrionárias, que podem se transformar em unidades especializadas de qualquer órgão ou tecido do corpo humano.

Nas próximas décadas, em vez do órgão doado, o paciente poderá ter células saudáveis implantadas em uma cirurgia pouco invasiva. Em 1969, o médico americano Walton Lillehei previu que as cirurgias de transplante se tornariam uma forma rotineira de salvar vidas. E vaticinava: *“Para prever esse futuro, basta olhar o passado, quando a simples ideia de abrir um coração vivo era um sonho demoníaco”*. É, enfim, a abertura de uma avenida que norteará a medicina: já não se tratará de transplantar, mas sim de substituir, tal como já fazemos com as peças de máquinas. ●

### **Natalia Cuminale**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

### 48. A medicina: um remédio só meu

**Natalia Cuminale**



*Medicações e exames permitirão tratar e prevenir enfermidades de forma personalizada. Os primeiros movimentos já*

*começaram*

Calmanes para dormir. Estimulantes para melhorar a concentração. Pílulas para emagrecer. Na década de 1960, a FDA, a influente e reputada agência reguladora de medicamentos dos Estados Unidos, aprovava, em média, quinze novos remédios a cada ano. Era o início do desenvolvimento dos chamados *blockbusters*, remédios que pareciam representar uma bala de prata para os males mais comuns de nosso tempo. Em 1987, aprovou-se a lovastatina, antídoto contra o colesterol. No mesmo ano, a fluoxetina, antidepressivo conhecido pelo nome comercial Prozac, rapidamente se anunciou como uma arma letal contra a melancolia.

***NO ALVO – A americana Emily, 13 anos, foi curada com o primeiro tratamento individual para leucemia***

Em 1998 chegou o metilfenidato, a Ritalina, considerada um calmante para as crianças e apelidada de “babá química”. E então brotou o sildenafil, o Viagra, a milagrosa pílula azul com a qual as noites de amor passaram a exigir apenas o desejo. Nos últimos dez anos, realizaram-se, em média, 32 aprovações anualmente. Em toda a sua história, desde o primeiro remédio produzido em escala industrial, a



Aspirina, a FDA já aprovou 1 600 substâncias.

O impacto de cada medicamento foi fenomenal, um estrondo atrás do outro, numa espetacular corrida promovida pela medicina. No entanto, a partir do fim dos anos 1990, deu-se uma novidade ainda mais luminosa. A comunidade científica chegou à conclusão de que custaria caro demais — e sem o mesmo sucesso — olhar para as doenças sem levar em consideração aspectos individuais e intransferíveis dos pacientes. Com o Projeto Genoma, concluído em 2003, descobriu-se que os genes desempenham papel seminal na origem das doenças — descoberta nada surpreendente, mas fundamental. É como se houvesse uma doença para cada pessoa, e, portanto, um tratamento específico para cada caso.

*Estamos a um pequeno passo de superar a lógica da cura, que dominou a ciência por séculos, para entrar na era do fim das doenças*

Os *blockbusters* já não produziram o efeito sonhado. Tome-se como exemplo o câncer. Sabe-se que a proliferação desordenada de células malignas causa tumores. Mas a forma como cada célula maligna se comporta depende de inúmeros fatores de cada organismo. O resultado mais extraordinário dessa nova abordagem — de uma medicina para cada um, a chamada medicina personalizada — ocorreu no fim do ano passado.

É a história da garotinha americana Emily Whitehead, 13 anos, a primeira criança no mundo a ser curada de leucemia com uma nova terapia capaz de reprogramar as células para atacar o mal de modo absolutamente único. Com o nome de Car-T, o tratamento foi aprovado pela FDA em 2017. Estima-se que, nas próximas décadas, a individualização da medicina será estendida à maior parte das doenças — e aí, sim, estaremos mais perto da tão esperada cura total.

E mais: a personificação chegará à prevenção. Testes genéticos identificarão os riscos de doenças crônicas, como diabetes e Alzheimer, e dessa forma será possível intervir antes do surgimento dos males. Diz o geneticista Salmo Raskin:

## REFLEXÕES XXXI

---

*“No futuro, tratar será exceção. A regra será evitar as doenças”.* Estamos, portanto, a um pequeno passo de superar a lógica da cura, que dominou a medicina por séculos, para entrar na era do fim das doenças. ●

**Natalia Cuminale**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

LUIZ BIANCHI

### 49. A arte: o fim da beleza?

**Jerônimo Teixeira**



*O esgotamento das vanguardas e as imposturas do mercado alarmam os críticos. Contudo sempre haverá quem produza trabalhos de*

*qualidade*

Há um permanente mau augúrio pesando sobre as artes. Já se fala em decadência pelo menos desde que o impressionismo do século XIX diluiu contornos e realçou a luz. No século passado, do modernismo em diante, o espectro de um fim da arte foi vislumbrado. Alguns movimentos de vanguarda, como o dadaísmo, chegaram a abraçá-lo com entusiasmo. Mais frequentemente, porém, os profetas do apocalipse cultural são críticos desalentados da vulgaridade que o consumo de massas teria imposto à cultura. Nos últimos cinquenta anos, com a proliferação tecnológica das mídias, essa renitente melancolia ganhou envergadura teórica nos ensaios de um Harold Bloom ou de um George Steiner. Até Mario Vargas Llosa, tenaz defensor do liberalismo econômico, escreveu um livro, *A Civilização do Espetáculo* (2012), para atacar os supostos efeitos do livre mercado sobre a arte e a

**VIVÍSSIMO PEIXÃO MORTO – O tubarão milionário de Damien Hirst foi vendido por 8 milhões de dólares em 2004**

cultura. Estará correto o seu soturno diagnóstico de que não existirá mais lugar para a arte séria em uma civilização cada vez mais viciada em diversão ligeira?

É bom tomar esses prognósticos com um



judicioso grão de sal. O imediatismo dos novos meios tecnológicos tende, sim, a inflar autores, tendências, modas sem substância. Mas isso não permite dizer que a Arte, com maiúscula, corre grave risco. Consideremos as artes plásticas — mais do que a literatura, o teatro ou a música, um terreno suscetível ao comercialismo selvagem de galeristas manipuladores e colecionadores espertos, e no qual viceja, notoriamente, muita impostura que se vende como vanguarda. Com cansativa frequência, a obra exibida na foto da página acima costuma ser citada como a evidência de que algo vai muito mal no mundo da arte. Concebida pelo artista inglês Damien Hirst por encomenda do colecionador e galerista Charles Saatchi, a instalação tem um título pedante, *A Impossibilidade Física da Morte na Mente de Alguém Vivo*, que faz lembrar uma *boutade* do jornalista americano Tom Wolfe: chegará o dia em que o texto teórico explicando a arte será mais importante do que a obra em si. Muitos que viram a obra ao vivo, porém, atestam que ela exerce um impressionante impacto visual. Ainda que se considere que o peixão morto de Hirst seja uma tolice caríssima (em 2004, Saatchi o vendeu por estimados 8 milhões de dólares), convém não se deixar levar pela fama publicitária desse caso.

*Uma boutade de Tom Wolfe: “Chegará o dia em que o texto teórico explicando a arte será mais importante do que a obra em si”*

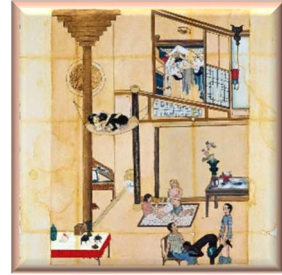
O oceano da arte é vasto, e há peixes maiores e mais belos nadando por aí. O artista dissidente chinês Ai Weiwei faz peças modernas que mantêm um diálogo iconoclasta, mas fértil com a tradição de seu país (e ainda irritam o Partido Comunista). Em elegantes composições abstratas feitas para largos espaços, o anglo-indiano Anish Kapoor e o americano Richard Serra provam que a arte moderna é capaz de grandiosidade (os dois, aliás, não têm muito apreço mútuo — mas o mesmo valia para Michelangelo e Leonardo Da Vinci: a vitalidade do cenário artístico também se atesta por grandes rivalidades). O escultor inglês Antony Gormley vem atualizando a antiga fascinação renascentista pelo corpo



## REFLEXÕES XXXI

humano.

**CAROLISMO** – ‘Cena de Interior II’ era peça central da mostra *Queermuseu*, censurada em Porto Alegre



Há mais gente fazendo arte de qualidade. Para citar apenas um exemplo brasileiro, vale lembrar as revisões do barroco de Adriana Varejão. Um quadro seu, o inquietante *Cena de Interior II*, foi dos mais discutidos na canhestra controvérsia em torno da mostra *Queermuseu*, censurada por pressão de movimentos carolas em Porto Alegre e recentemente reaberta no Rio de Janeiro. O episódio talvez ateste o papel da arte nos debates públicos, mas também prefigura um cenário em que obras serão julgadas pela pauta estreita e militante da polarização política. A própria concepção da mostra, aliás, acena para uma perigosa circunscrição dos artistas a guetos identitários. Hoje, o fato de um romancista ser negro ou de um pintor ser gay é visto não como dado circunstancial, mas como um elemento importante para a valoração de suas obras. A tão propalada diversidade de perspectivas pode ser saudável, mas, tornada um imperativo dos novos tempos, tem mostrado uma agressiva vocação censória, expressa em conceitos duvidosos como “apropriação cultural” — que, levada ao limite, impediria músicos brancos de tocar jazz ou cantar samba. Isso já aconteceu antes na história da arte: ideias que a princípio pareciam inovadoras e libertadoras acabam se convertendo em ortodoxia. Espera-se que sempre surjam artistas com o destemor de afrontar ortodoxias. Talvez a única coisa segura que se pode dizer sobre o futuro da arte é esta: não acabará, pois é uma necessidade humana. ●

**Jerônimo Teixeira**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601

## 50. O efêmero: o show nunca para

**Isabela Boscov**



*Desde que 'Star Wars' e 'Tubarão' chacoalharam a história do cinema, Hollywood muda sempre para que tudo continue igual. Há*

*uma ameaça à vista: a China*

Quem investigar os campeões de bilheteria deste ano vai encontrar os suspeitos de sempre: mais um Vingadores (Guerra Infinita já é o quarto integrante do seletíssimo clube dos 2 bilhões de dólares), outro Jurassic World, um novo Os Incríveis. Vai constatar também a queda de barreiras históricas, como o 1,3 bilhão acumulado por Pantera Negra, com elenco e realizadores quase todos negros. E vai estranhar títulos como Operação Mar Vermelho e Detetive Chinatown 2. Que filmes são esses, que nunca foram (nem serão) exibidos por aqui? Aí está a grande novidade do mercado cinematográfico: a gigantesca — como sempre — e agora meteórica presença chinesa.

Praça mais disputada por Hollywood, que a afaga até com trechos customizados de filmes (como os quatro minutos exclusivos de Homem de Ferro 3), a China protagoniza duas façanhas em 2018.

**SUCESSESSO QUARENTÃO - Os robôs de 'Star Wars' (1977), C-3PO e R2-D2: a franquia ainda é um estouro de bilheteria**

No primeiro trimestre, sua arrecadação ultrapassou a bilheteria doméstica americana. Nunca um país havia cravado essa marca. E agora ela produz seus próprios arrasa-quarteirões, para



consumo interno, como os dois títulos citados acima. Hollywood não sabe se ri ou se chora: o apetite da China por entretenimento ajuda a assegurar seu lucro numa fase em que a bilheteria americana é ameaçada pelo impacto esmagador do *streaming* — mas essa bem-sucedida produção própria preocupa os estúdios.

A bilheteria de cinema obedece a mecanismos que não param de se transformar. Quatro décadas atrás, ela se metamorfoseou na criatura cujo aspecto conhecemos até hoje. Graças ao tino artístico e comercial do Steven Spielberg de *Tubarão* (1975) e do George Lucas de *Star Wars* (1977), nasceu o blockbuster: o filme que é um evento *pop*. No cálculo ajustado pela inflação, *Tubarão* ocupa o sétimo lugar no *ranking* de todos os tempos, e *Star Wars*, o segundo. No alto do pódio prossegue ...E o *Vento Levou*, de 1939, que amealhou lentamente o que hoje equivaleria a bilhões de dólares: os filmes eram então lançados apenas nas maiores cidades e, pouco a pouco, percorriam as praças menores e os mercados estrangeiros. *Tubarão* e *Star Wars*, porém, instituíram que um sucesso é uma experiência cultural a ser vivida imediata e coletivamente, sob pena de se ficar de fora da conversa.

***AVATAR (2009) - O filme de James Cameron tem a maior renda em valor absoluto (sem ajuste de inflação)***

Desde o sismo dos anos 1970, o modelo vem se recalibrando. Firmou-se o conceito de “filme de verão”, porque as férias proporcionam tempo de lazer a crianças e adolescentes.

Decorrência natural dessa estratégia: o número crescente (hoje dominante) de filmes voltados para o gosto juvenil. O fim de semana de lançamento emergiu como o momento em que se decreta a vida ou a morte de um filme: como a estreia tem de abranger o maior número possível de salas (por baixo, 10% das cerca de 40 000 telas americanas) para que o público compareça em massa, a renda despenca de semana para



semana. Com a circulação instantânea de informações pela internet — mais a praga da pirataria —, criou-se o conceito de lançamento *day and date*: à parte os títulos de interesse limitado, os filmes hoje estreiam simultaneamente em todo o mundo.

Com tantos flancos a descoberto, a Hollywood do século XXI se protege do fracasso limitando o risco. Sua produção hoje está concentrada em filmes de super-heróis (o que tornou a Marvel um colosso), em continuações (Star Wars — O Despertar da Força quebrou a banca 38 anos depois da inauguração da saga) e em adaptações de livros que são eventos *pop* por direito próprio (como a série Harry Potter ou os *best-sellers* de Dan Brown). É o fim da inovação? De maneira nenhuma. As aventuras de super-heróis hoje assumem todas as colorações, do *thriller* ao drama e à comédia. As duas maiores rendas da história em valores absolutos (sem ajuste de inflação) são ideias originais — Avatar e Titanic, de James Cameron. E não é impossível imaginar que logo o restante do mundo, Estados Unidos incluídos, será apresentado à cultura *pop* chinesa. O mecanismo gira, e continua a se transformar — seu motor é o efêmero. ●

**Isabela Boscov**

Publicado em VEJA de 26 de setembro de 2018, edição nº 2.601